



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“Lazer, Juventude e Sociabilidade em um Conjunto de Favelas Cariocas”

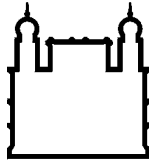
por

Fabio de Faria Peres

Tese apresentada com vistas à obtenção do título de Doutor em Ciências na área de Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Lopes Najjar

Rio de Janeiro, agosto de 2009.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Esta tese, intitulada

“Lazer, Juventude e Sociabilidade em um Conjunto de Favelas Cariocas”

apresentada por

Fabio de Faria Peres

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo

Prof. Dr. Rafael Fortes Soares

Prof.^a Dr.^a Simone Gonçalves de Assis

Prof. Dr. Carlos Otávio Fiúza Moreira

Prof. Dr. Alberto Lopes Najar – Orientador

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

P437 Peres, Fabio de Faria
Lazer, Juventude e Sociabilidade em um Conjunto de Favelas
Cariocas. / Fabio de Faria Peres. Rio de Janeiro : s.n., 2009.
119 f.

Orientador: Najar, Alberto Lopes
Tese (Doutorado) Escola Nacional de Saúde Pública Sergio
Arouca

1. Comportamento do Adolescente. 2. Áreas de Pobreza.
3. Atividades de Lazer. I. Título.

CDD – 22.ed. – 305.23098153

“el hombre como ser moral, es también el ser limitado que no tiene límites”

Georg Simmel, *Intuición de la vida*.

AGRADECIMENTOS

Não são poucas as vezes que um jovem pesquisador em formação se vê sozinho diante dos problemas, hesitações e desvios de sua pesquisa. Nem sempre lembramos que há uma rede bastante extensa de pessoas e instituições que de alguma forma auxiliam e dão suporte ao trabalho cotidiano da investigação. A elaboração desta tese dependeu em grande parte dessa rede, a qual finalmente posso agradecer.

Trata-se de um conjunto de bibliotecas, contatos, informantes, instituições de ensino, professores, amigos, orientadores, agências de fomento e parentes, aos quais sou muito grato e que por muitas vezes não tive a oportunidade de evidenciar tal sentimento. Seja qual for o possível mérito desta tese, devo compartilhá-lo com eles.

Sem dúvida, seria impossível agradecê-los de forma específica, detalhada e com a ênfase necessária que cada um deles merece. Limitei-me, então, a elaborar uma breve, mas sincera lista de pessoas e instituições que me ajudaram a caminhar ao longo desses anos. Meu profundo agradecimento:

A Alberto Lopes Najar pela orientação e pelos passeios de vela.

Aos jovens (e suas respectivas famílias) que participaram da pesquisa, dando entrevistas, sugestões e, em especial, permitindo que acompanhasse parte de suas vidas privadas e coletivas.

Às organizações e iniciativas sociais de Manguinhos que abriram suas portas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

À Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP).

Aos membros da banca de qualificação e da banca examinadora.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em especial, aos professores, à Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos e aos setores de reprodução e fotocópia.

Aos meus pais, irmãos e suas esposas.

Aos colegas e amigos, entre os quais, dedico um agradecimento especial a Victor Melo, Carlos Augusto Santana, Marcelo de Melo e Carlos Otávio.

A Raphael Peres e a Maria Carolina Peres.

E, principalmente, a Silvia Rodrigues.

RESUMO

LAZER, JUVENTUDE E SOCIABILIDADE EM UM CONJUNTO DE FAVELAS CARIOCAS

Fabio de Faria Peres

ORIENTADOR: Alberto Lopes Najjar

Este trabalho tem como objeto os momentos e as práticas de lazer de jovens moradores do conjunto de favelas de Manguinhos, localizado na cidade do Rio de Janeiro. São investigadas as maneiras como se configuram os pertencimentos e os laços sociais através desses momentos e práticas: as formas como se dão os arranjos coletivos em que esses jovens estão inseridos e como são atualizados os laços de amizade, lealdade, aliança e conflito. Resultado de uma pesquisa etnográfica, este trabalho aponta para a relação entre a participação e experiência em um quadro cultural e social heterogêneo - com “múltiplos mundos sociais e níveis de realidade” – e a construção da individualidade e da subjetividade dos jovens pesquisados.

Palavras-chave: Lazer, Juventude, Sociabilidade.

ABSTRACT

LEISURE, YOUTH AND SOCIABILITY IN A SETTLEMENT OF *CARIOCA* SLUMS

Fabio de Faria Peres

ORIENTADOR: Alberto Lopes Najjar

The aim of this study are the leisure moments and practices of the young dwellers from the settlement of slums of Manguinhos, located in the city of Rio de Janeiro. The ways by which the attributions and social bonds are arranged up these moments and practices are investigated: the means by which the collective arrangements where these young residents are inserted are given and the means by which the bonds of friendship, loyalty, alliance and conflict are updated. This work, which is a result of an ethnographic research, points towards both to the relation between participation and experience in a heterogeneous cultural and social condition – with “multiple social worlds and levels of reality” – and to the building of the examined youth’s individuality and subjectivity.

Keywords: Leisure; Youth; Sociability.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA DA PESQUISA	7
1. PRIMEIRO ARTIGO	14
LAZER, ESPORTE E CULTURA NA AGENDA LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM MANGUINHOS	
2. SEGUNDO ARTIGO:	28
A DIVISÃO SOCIAL DA CIDADE E A PROMOÇÃO DA SAÚDE: A IMPORTÂNCIA DE NOVAS INFORMAÇÕES E NÍVEIS DE DECUPAGEM	
3. TERCEIRO ARTIGO:	37
SIMMEL, SOCIABILIDADE E “JOGO” DE DISTÂNCIAS: CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DO LAZER	
4. QUARTO ARTIGO:	64
A EXPERIÊNCIA DE “SER EU MESMO”: PRÁTICAS DE LAZER, JUVENTUDE E SOCIABILIDADE EM UM CONJUNTO DE FAVELAS CARIOCAS	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

APRESENTAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Esta tese é resultado de uma pesquisa sobre os momentos de lazer e tempo livre de jovens moradores do conjunto de favelas de Manguinhos, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Organizada em forma de artigos, traduz a busca de articulação entre estudos cujo eixo foi compreender a maneira pela qual tais momentos animam as interações sociais e os modos como se dão os arranjos coletivos em que esses jovens estão (ou não) inseridos.

A ideia central da tese surgiu ainda no mestrado. Naquele momento, a pesquisa que desenvolvi na dissertação se relacionava com a compreensão dos significados e valores que as lideranças comunitárias de Manguinhos atribuíam ao lazer e com a compreensão dos processos associativos vinculados às iniciativas nessa área.

O estímulo para elaboração do projeto de pesquisa se deu, na verdade, a partir do contato, em 2002, com duas pesquisas a respeito de Manguinhos¹. Ambas apontavam os momentos de lazer como uma dimensão essencial da vida social de Manguinhos.

Um conjunto de inquietações iniciais começou a delinear e demarcar a realização da dissertação: como o lazer figuraria na paisagem, ainda que bastante heterogênea, de pobreza e de desigualdade presente em Manguinhos? Qual seria a percepção das lideranças comunitárias a este respeito? Diante de baixas condições sociais e precariedade de acesso a serviços públicos, o lazer não seria um aspecto considerado dispensável do ponto de vista da ação política desses líderes comunitários? Os sentidos atribuídos ao lazer o tornariam suficientemente relevante a ponto de se

¹ Uma das pesquisas, denominada “Diagnóstico Rápido Participativo de Manguinhos”, foi elaborada pela Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (2000). A outra, intitulada “Manguinhos: guia de equipamentos e iniciativas sociais” (Bodstein *et al.*, 2001), foi realizada na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) como parte do Projeto de Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS/Manguinhos).

tornar reivindicação importante? Os líderes comunitários desempenhariam algum papel nesse campo? Haveria algum tipo de desafio ou conflito político que de alguma forma dificultasse a reivindicação de iniciativas ou mesmo a mobilização política no âmbito do lazer?

Neste sentido, o objetivo da pesquisa era composto por dois planos distintos, embora complementares. O primeiro, ligado ao grau de importância que as iniciativas no campo do lazer ocupavam no espaço social e no rol das demandas políticas de Manguinhos. Assim, minha preocupação era compreender os significados e valores que os líderes comunitários atribuíam ao lazer e às iniciativas nesse campo. O segundo plano se relacionava com as implicações que tais sentidos (conferidos ao lazer) possuíam no cotidiano político de tais lideranças. Busquei entender a prática e a interlocução política dessas lideranças, tendo em vista que, enquanto representantes locais, tais sentidos e significados não estariam estritamente relacionados, por assim dizer, à esfera privada ou pessoal, mas adquiriam também um sentido público e político bastante claro – isto é, configuravam-se no campo da *ação* que se pretende legitimada ou no conjunto de esforços com o propósito de participar do poder ou de exercer influência na divisão do poder (Weber, 1985)².

Uma das estratégias adotadas foi a análise das categorias e dos sistemas de classificações – que organizam as estruturas de pensamento – utilizadas para compreender o “ponto de vista” das lideranças comunitárias (Durkheim, Mauss, 2001).

O ponto de partida foi, então, a realização de trabalho de campo a partir não apenas do Diagnóstico Participativo, do Guia de Equipamentos e da constituição de uma agenda e de fóruns de discussão de desenvolvimento local em Manguinhos iniciados em

² A participação nessas áreas foi um elemento fundamental para a constituição do papel de liderança comunitária (Alvito, 2001; Peres, 2004).

1999, mas também a partir de questionários, entrevistas, vídeos, documentos, jornais, além da observação de atividades, palestras, encontros com outras lideranças e conversas com moradores. Independentemente da variedade de dados, privilegiou-se uma abordagem etnográfica com base nas representações das lideranças locais.

Entretanto, não se tratava apenas de “comprovar” ou até mesmo efetivamente afirmar se o lazer era ou não uma dimensão essencial da vida social de Manguinhos, ainda que as lideranças comunitárias apontassem para isso. Naquela ocasião, as perguntas centrais que, antes de mais nada, guiavam a pesquisa se resumiam, do ponto de vista sociológico, a duas questões gerais: “O que faz do lazer uma dimensão considerada importante? E como as associações são ou não possíveis?”. Ou seja, o interesse recaía mais sobre a tentativa de compreender os sentidos atribuídos ao lazer e as relações sociais que lhe davam suporte do que propriamente concordar ou recusar os argumentos apresentados pelos líderes comunitários.

Naquela época, estabeleci uma série de contatos com jovens de Manguinhos. O convívio com lideranças comunitárias e o acompanhamento de diversas iniciativas e projetos permitiram encontros e conversas com alguns jovens. Participantes ou não dos projetos e iniciativas sociais, tais jovens pareciam valorizar de maneira singular os momentos que estamos chamando de lazer.

Estudantes, funkeiros, capoeiristas, trabalhadores, crentes, *rappers*, entre outras categorias autorreferidas que na maior parte das vezes se espraiam umas sobre as outras, identificavam tais momentos não apenas como necessários do ponto de vista individual, mas também como essenciais no cotidiano e nas formas de vida coletiva.

Sair com os amigos, namorar, jogar bola ou *videogames*, dançar etc. se configuravam em atividades nas quais a busca pelo prazer se conjugava com a

construção e o fortalecimento de laços sociais. A participação em projetos e iniciativas sociais de lazer parecia guiada, antes de tudo, por tal associação entre diversão e composição de uma rede de vínculos e relações sociais.

Neste sentido, o primeiro artigo, “Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos”, reflete esse momento de transição e os primeiros passos da pesquisa desenvolvida no doutorado: apresenta não apenas os principais resultados presentes na dissertação de mestrado, mas evidencia a importância que a representação da questão do lazer possui quando associada aos jovens. De forma gradativa, os jovens começaram a aparecer como objeto político (das lideranças comunitárias) e também como atores.

Nestas situações de encontro e convívio com eles, começou-se a se desenhar uma percepção que, com decorrer do tempo e da elaboração da tese, veio a se consolidar cada vez com linhas mais fortes: as diversas práticas desenvolvidas no que se entende por tempo livre desempenham um papel fundamental na construção e sustentação de redes de sociabilidade e de relações de troca e conflito desses jovens.

Mas as mudanças no foco de análise representavam também um deslocamento ou, por assim dizer, um processo de construção de novos *mapas* conceituais e analíticos na abordagem do tema. O segundo e o terceiro artigos, por sua vez, representam um momento chave (e talvez um dos mais difíceis) na condução da tese. Ambos traduzem um estranhamento em relação aos pressupostos ou, nos termos de Durkheim e Mauss (2001), aos “esquemas de classificação” com que eu estava habituado a pensar determinados fenômenos da vida social. Os artigos refletem uma busca por um olhar mais matizado que estivesse mais adequado e em consonância com a pesquisa de campo.

Apesar de alguns contratempos, percebi cada vez mais a necessidade de lançar uma nova perspectiva sobre os espaços favelizados da cidade e, em especial, de Manguinhos. Esse novo olhar foi fruto, notadamente, do contato com o professor Alberto L. Najar que me convidou – naquela ocasião – para contribuir na confecção do artigo “A divisão social da cidade e a promoção da saúde: a importância de novas informações e níveis de decupagem”. Embora não aborde especificamente a temática lazer e juventude, este segundo artigo apresenta uma revisão do debate teórico-metodológico fundamental para o trabalho de pesquisa caminhar: discute as complexas relações entre a noção sociológica de segregação socioespacial, a pobreza urbana e a promoção da saúde.

O terceiro artigo, “Simmel, sociabilidade e ‘jogo’ de distâncias” – também de caráter teórico-metodológico –, apresenta as possíveis contribuições do pensamento social de Georg Simmel (1858-1918) ao estudo do lazer. A elaboração do artigo se baseou na ideia de que a interlocução e o diálogo com a teoria social de Simmel poderiam oferecer ferramentas que auxiliassem a minha, por assim dizer, “aventura” etnográfica.

A maneira como Simmel concebe o *fazer* sociológico traz uma potencialidade metodológica – sobretudo por meio de um jogo de distâncias, aproximações e de relações variadas – capaz de enxergar as complexidades, as mudanças de tonalidades e as modulações da vida social. Em outras palavras, a tentativa de criar uma interface com o pensamento simmeliano estava inserida no esforço de estimular o surgimento de novas questões a serem levadas a campo, de novos trajetos e direções.

O quarto e último artigo – “A Experiência de ‘Ser Eu Mesmo’: lazer, juventude e sociabilidade em um conjunto de favelas cariocas” – apresenta a análise dos dados

obtidos ao longo da pesquisa de campo. Retrata, portanto, o ponto de convergência dos caminhos (e, sem dúvida, também dos descaminhos) da tese na tentativa de compreender o papel que as práticas e os momentos de lazer desempenham na construção dos grupos sociais e da percepção da individualidade dos jovens pesquisados, de maneira a entrever os circuitos e as redes de sociabilidades, de trocas e de conflitos que entremeiam tais momentos.

O pensamento social de Simmel, assim como o de outros autores, foi utilizado mais como um conjunto de pontos orientadores ou de *insights* que permitissem margens de manobras do que propriamente um decalque que deveria *a priori* ser aplicado à realidade de Manguinhos. Não se tratava de ir a campo destituído completamente de referenciais, valendo-se de uma postura que Charles Wright Mills denominou “*empirismo desprovido de reflexão*” – o que, de acordo com Giddens, “*leva a trabalhos muito pouco desafiadores e não cumulativos*” (2001, p. 100). Tampouco se tratava de atribuir às teorias de Simmel ou de qualquer outro autor a capacidade de apresentar as respostas procuradas na investigação (o que significaria que o pesquisador talvez estivesse fazendo as perguntas erradas!), de maneira a se proteger do fortuito, do inesperado, do que foge ao que está previamente informado pela explicação teórica.

Ao contrário, esta etnografia procurou estar ligada de maneira indissociável à prática artesanal e cotidiana tão cara ao fazer e ao ofício sociológico, no qual há uma combinação de ideias, experiências e questões (talvez inesperada) que está adequada à situação pesquisada e que se afasta do “*fetichismo de método e de técnica*” (Mills, 2009).

A pesquisa de campo para a elaboração do artigo contou com experiências e contatos estabelecidos, ainda que intermitentes, desde o ano de 2002 e foi realizada de

forma regular e intensiva entre março e novembro de 2008. Fruto do exercício de um olhar “de perto e de dentro” e ao mesmo tempo de uma perspectiva distanciada sobre os momentos e as práticas de lazer de jovens moradores de Manguinhos, o artigo sintetiza os resultados encontrados.

Ao final dos quatro artigos, o leitor encontrará as considerações finais, nas quais procuro aprofundar algumas questões presentes nos artigos, bem como apresentar reflexões a respeito da etnografia empreendida na tese.

Por certo, a trajetória da investigação envolveu um sem-número de atalhos, tropeços, dúvidas, hesitações e surpresas. Mas, se consideramos que, por definição, uma pesquisa é sempre algo que se procura, este caminhar por vezes incerto e vacilante faz parte e é mesmo condição da própria investigação social.

PRIMEIRO ARTIGO

LAZER, ESPORTE E CULTURA NA AGENDA LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM MANGUINHOS

Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos

Leisure, sports and culture on the local agenda:
the Manguinhos' health promotion experience

Fabio de Faria Peres ¹
Regina Bodstein ¹
Célia Leitão Ramos ¹
Willer Baumgarten Marcondes ¹

Abstract *Located in the north zone of Rio de Janeiro City and consisting of eleven slums, Manguinhos is marked by poverty and social inequalities, showing a lack of public policies. The constitution of a Local Development (DL) and Health Promotion policy in the region revitalized the association life and raised a heated debate about the present demands. The main focus is to understand the meanings and values that the community leaders attribute to leisure, sport and culture and the political practice and relation between these leaderships, and their internal conflicts. Differences in the everyday political practice of the community leaders were identified. This creates a scenario permeated by cleavages and political distrust which represent "collective action dilemmas". Consequently, one of the conclusions indicates little ability for cooperative action between the different local leaderships, which as a result impairs the development of a common agenda to be negotiated with the public sector or other local social organizations and makes it difficult to put forward the demands, particularly those concerning leisure, culture and sport. Additionally, we concluded that initiatives in these subject are very important to Manguinhos' communities.*

Key words *Leisure, Health promotion, Local agenda, Community initiatives*

Resumo *Localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e composta por 11 favelas, a região de Manguinhos é marcada pela pobreza e pela desigualdade, demonstrando o estado de omissão de políticas públicas. Constituiu-se naquela região uma política de Desenvolvimento Local (DL) e de Promoção da Saúde que provocou uma revitalização da vida associativa e um intenso debate acerca das demandas presentes nas comunidades. Lazer, cultura e esporte apareceram como forte demanda das lideranças comunitárias. Este artigo trata da compreensão dos significados e valores que os líderes comunitários atribuem ao lazer, à cultura e ao esporte. Buscamos entender a prática e a ação dessas lideranças e seus conflitos internos no papel de mediadores culturais. Foram identificadas diferenças na prática política entre os líderes comunitários. Trata-se de um cenário permeado por clivagens e desconfianças que representam consideráveis "dilemas da ação coletiva". Assim, a baixa capacidade de ação cooperativa entre as diversas lideranças locais acaba por prejudicar a elaboração de uma agenda comum a ser negociada com o poder público e demais organizações sociais do local, dificultando o encaminhamento das demandas, em particular, aquelas em torno de lazer, esporte e cultura.*

Palavras-chave *Lazer, Promoção da saúde, Agenda local, Iniciativas comunitárias*

¹ Departamento de Ciências Sociais. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rua Leopoldo Bulhões 1.480, sala 915. Manguinhos, 21041-210, Rio de Janeiro RJ. peres@ensp.fiocruz.br

Pode-se dizer que a liberdade de articular e perseguir demandas por reconhecimento é a principal condição de autonomia, da capacidade prática de autoconstituição (e, portanto, potencialmente, de auto – avanço) da sociedade em que vivemos [...] (Bauman, 2003).

Introdução

Experiências e projetos sociais de lazer, esporte e cultura são cada vez mais presentes no Rio de Janeiro, sobretudo, voltados para crianças e jovens moradores de favela. Secretarias públicas, organizações não-governamentais e empresas privadas elaboram, financiam e implementam, com grande visibilidade, projetos desse cunho. Essas iniciativas revelam o espaço que a questão vem ocupando na agenda pública voltada para as populações residentes em comunidades carentes da cidade, deixando entrever a existência de uma demanda crescente por projetos e iniciativas sociais desse tipo.

O campo da Promoção da Saúde voltado para iniciativas comunitárias e programas de saúde reconhece que melhorias nas condições de saúde e na qualidade de vida pressupõem uma visão integradora das políticas sociais, onde o diálogo interdisciplinar, as ações interseccionais e a participação das comunidades envolvidas adquirem centralidade (Potvin *et al.*, 2001; Rootman *et al.*, 2001). Nessa perspectiva, políticas e programas de promoção da saúde mais inovadores preocupam-se com os determinantes econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos vocalizados pelas próprias comunidades dentro de contextos de pobreza e exclusão social. Abordagens avaliativas em torno de um conjunto amplo de experiências de promoção da saúde têm mostrado a importância crescente das iniciativas educacionais, de cultura e lazer, quando a meta são mudanças locais efetivas e sustentáveis. A literatura atual sobre avaliação em promoção da saúde enfatiza que a efetividade dos programas e das iniciativas de melhoria da saúde e da qualidade de vida implicam um profundo envolvimento dos atores e da população beneficiária. Esse envolvimento será mais efetivo na medida em que considera o processo de (re)construção de identidades culturais, fortalecimento da cidadania ativa e das redes sociais locais (Pawson, 2003; Sullivan & Matka, 2002).

A identificação e a valorização do circuito local de sociabilidade e dos padrões e ativida-

des sócio-recreativas e culturais prevaletentes nas comunidades – como indicador da maior ou menor presença do chamado capital social (Putnam, 2000) constituem um passo fundamental para a mobilização e participação das comunidades nos programas de promoção da saúde, mesmo em situações de grande privação material, exclusão social e ausência de equipamentos urbanos básicos. Na literatura internacional a temática sobre promoção da saúde aparece tanto vinculada a uma esfera individual, na medida em que relaciona o estilo de vida com o risco de contrair doenças – por exemplo as campanhas que estimulam a prática de atividades físicas, a alimentação saudável, entre outras medidas –, quanto a um processo coletivo ou comunitário em sua dimensão sociocultural, e, portanto, como política pública. Neste sentido, lazer e cultura tanto podem influenciar o processo saúde/doença – quer no plano individual ou no coletivo – como também as políticas públicas a partir de uma perspectiva integrada e intersetorial de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida. A perspectiva deste artigo relaciona lazer e cultura com a presença dos chamados mediadores culturais que atuam como lideranças comunitárias, propiciando um contexto favorável de discussão e interação em torno das iniciativas de promoção da saúde e de desenvolvimento local. É, portanto, do lazer e da cultura como demanda social, política pública e dimensão importante dos projetos de melhoria da qualidade de vida e da saúde que trata este artigo.

Nossa indagação diz respeito à importância que as iniciativas no campo da cultura e do lazer ocupam no imaginário e nas demandas das comunidades carentes e faveladas da cidade do Rio de Janeiro, e em Manguinhos, em particular, comunidade vizinha da Fiocruz e envolvida em uma diversidade de iniciativas de promoção da saúde e de desenvolvimento local (Buss, 2000; Zancan, *et al.*, 2002). Assim, nossa preocupação é compreender significados e valores que as lideranças comunitárias de Manguinhos atribuem ao lazer e às iniciativas nesse campo, entendendo que tais lideranças desempenham uma função central de mediação cultural.

O ponto de partida foi a realização de um extenso trabalho de campo em torno de um diagnóstico participativo, da constituição de uma agenda e de fóruns de discussão de desenvolvimento local em Manguinhos. Esse processo evidenciou que reivindicações pelo acesso

aos bens culturais e a equipamentos específicos de lazer apareciam se não como absoluta prioridade diante da precariedade de infra-estrutura urbana, pelo menos como uma demanda consensual e urgente entre as lideranças e principais representantes da região (FCDDHBR, 2000; Bodstein *et al.*, 2001; Peres, 2004).

Aspectos conceituais

Debates recentes acerca das possibilidades de acesso ao lazer deixam entrever as diversas representações e valores atribuídos ao termo, resultando em entendimentos diferenciados e às vezes divergentes. O próprio uso indiscriminado da palavra “lazer” suscita significados – por vezes contraditórios – que se reduzem apenas às suas manifestações e aos conteúdos da ação, como: “jogar bola”, “distração”, “prazer”, “ir ao teatro”, “descanso”, “ver um filme”, entre outros. Por outro lado, observa-se uma visão tradicional, em que o lazer é pensado exclusivamente em oposição ao trabalho. Concebido como tempo totalmente alienado e alienante, contraditoriamente aparece também representado como tempo da absoluta liberdade e motor de profundas mudanças sociais (Masi, 2000). Além disso, a temática do lazer e da cultura, aparentemente, concorre, em contextos de grande desigualdade e de exclusão social, com outras temáticas e necessidades vistas como mais importantes e básicas para a qualidade de vida. Assim, o direito ao lazer e à cultura frequentemente aparece como um aspecto secundário, se não de viés elitista.

O lazer, sem dúvida, ocorre num tempo específico caracterizado pela ausência de um certo gênero de obrigações e deveres profissionais, familiares, religiosos, entre outros. Conseqüentemente, é caracterizado como o espaço do lúdico e prazeroso vinculado à satisfação pessoal sem fins funcionais e utilitários, expressando a cultura de um grupo ou sociedade (Melo & Alves, 2003; Dumazedier, 1999; 2001). O termo cultura aqui empregado não se limita apenas aos seus equipamentos, às suas manifestações, nem tampouco ao que tradicionalmente é considerado de “alta cultura”, “culto”, de “bom gosto” ou exclusivamente às manifestações artísticas. Ao invés de ser concebida somente como produto, entendemos a cultura de uma forma ampliada e plural, isto é, além da arte, do “erudito”, refere-se ao cotidiano, ao pensado, aos valores, ao simbólico entre tantos outros aspectos

da vida social (Brant, 2002; Faria, 2003; Kliksberg & Tomassini, 2000).

Desta forma, as atividades de lazer são atividades culturais em seu sentido amplo, que se distinguem pela conjunção *sui generis* entre tempo (disponível) e propensão (busca pelo prazer/satisfação). Ao ser tomado como uma forma de expressão cultural, o lazer, se por um lado pode ser visto como mecanismo de homogeneização ou *difusor/reprodutor* do *status quo*, apresenta, ao mesmo tempo, o potencial de suscitar e expressar diversas formas de sociabilidade e de reciprocidade, dado seu caráter relacional, educativo e crítico-reflexivo. Ao nos referirmos a uma política de lazer estamos fundamentalmente falando de uma intervenção no âmbito da cultura. Logo, a política de lazer deve ser compreendida como política cultural, assumindo a relação existente entre lazer e cultura, que apesar de não serem dimensões totalmente coincidentes, são, sem dúvida, campos com inúmeros pontos de contato (Aguileta, 2000).

Por outro lado, ao serem confundidos exclusivamente com as suas manifestações, esses campos – lazer e cultura – dificilmente são considerados a partir dos determinantes e das condições socioculturais prevaletentes nas chamadas sociedades modernas (Giddens, 2002). Como nos diz Anthony Giddens, uma das características básicas das sociedades contemporâneas é o enfraquecimento dos laços preestabelecidos com outros indivíduos e grupos. Laços de parentesco de vários tipos que ancoravam as experiências de vida dos indivíduos na maioria dos contextos pré-modernos foram quase totalmente destruídos. São condições propícias a uma crescente individualização e fragmentação social, onde a vida surge como uma trajetória relacionada acima de tudo aos projetos e planos do indivíduo (Giddens, 2002; Velho, 1999a, 1999b, 2001). Individualidade e impessoalidade, multiplicidade dos contatos e pluralidade de circuitos aparecem como características gerais que moldam comportamentos e experiências, exigindo novas habilidades, papéis e identidades de acordo com os diferentes estilos de vida e visões de mundo – conflitantes ou não. Como assinala Kuschnir (1999): *Com a expansão dos círculos sociais, característica do meio urbano, o indivíduo ganha espaço para uma mobilidade real e simbólica, para além de um único grupo de pertencimento (Simmel, 1939). Na metrópole, afrouxam-se os laços do indivíduo com os que lhe estão mais próximos, permitindo*

a criação de vínculos com círculos sociais mais amplos e diferenciados (Simmel, 1987). Uma das características da metrópole é a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo – ou múltiplos planos de realidade –, que garantem ao indivíduo ao mesmo tempo o acesso e recorte desses domínios.

Diante da intensificação dos contatos, a pluralidade de circuitos, de identidades e de papéis, o indivíduo tem necessidade de interpretar, compreender e acionar códigos referentes a universos simbólicos diferenciados. A possibilidade de trânsito entre dimensões ou “campos” culturais passa a ser uma característica extremamente valorizada. Na medida em que *cada vez mais [...] a construção do indivíduo e da sua subjetividade se dá através de pertencimento e participação em múltiplos mundos sociais e níveis de realidade* (Velho, 2001) –, o papel de mediador é crucial, dada sua capacidade de transitar e lidar com vários códigos e papéis, estabelecendo interação e comunicação entre categorias sociais e níveis culturais distintos. A função de mediador cultural em Manguinhos, como veremos, consiste justamente em apresentar e ampliar um “campo de possibilidades” associado a diversos “mundos” culturais.

Contexto local e estratégia de pesquisa

Manguinhos, bairro localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, é também a denominação de um complexo formado por 11 favelas, totalizando uma população de aproximadamente 40.000 habitantes. Apesar das peculiaridades – a região abriga inúmeras empresas e indústrias, sendo vizinha de uma refinaria e da Fundação Oswaldo Cruz –, o caso de Manguinhos não é diferente da maioria das favelas. Local marcado pela pobreza, o Complexo explicita a precariedade ou omissão de políticas públicas e a situação de exclusão social, configurando claramente, como assinala Alba Zaluar, uma manifestação de injustiça distributiva. Isto é, *uma situação em que pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços, benesses e garantias oferecidos ou assegurados pelo Estado, pensados, em geral, como direitos de cidadania* (1997).

Embora Manguinhos muito se assemelhe a outras favelas em vista das dificuldades comuns, apresenta uma especificidade que merece destaque: a constituição de um programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentá-

vel (DLIS) que a partir de 1999 vem mobilizando diversas parcerias e lideranças locais. O programa se constituiu através de uma estratégia ampla e inovadora de intervenção social e de promoção da saúde, sobretudo diante do contexto tradicional de assistencialismo/clientelismo e enfraquecimento da cidadania (Bodstein & Zancan, 2002). O DLIS partiu de uma concepção integrada de desenvolvimento (cultural, econômico, social) em que duas estratégias têm sido destacadas: a participação popular na definição das prioridades locais, através de processos participativos de diagnóstico, planejamento e avaliação; e colaboração intersetorial, através da coordenação do trabalho de diversos setores do governo e da comunidade, visando à formulação de uma agenda comum. O programa procurou estabelecer um processo de participação, interlocução e de *pactuação* entre os diversos parceiros/atores envolvidos, com o fortalecimento e ampliação das relações entre governo e sociedade civil, nas quais novos arranjos institucionais e novas formas de participação, organização e representatividade política ganharam destaque (Buss, 2000).

Vale afirmar que o principal desafio para a definição de uma agenda de desenvolvimento local traduziu-se na dificuldade de alcançar consenso sobre os principais parceiros, estratégias e prioridades de médio e longo prazo. De fato, estas dificuldades apontaram para a existência de conflitos e uma certa clivagem de interesses e perspectivas entre as próprias lideranças comunitárias (Bodstein *et al.*, 2004). Não obstante, a importância das atividades culturais, recreativas e esportivas como um caminho possível de fortalecimento de vínculos sociais e de maior coesão entre as comunidades que compõem o complexo de Manguinhos apareceu como uma questão de relativo consenso para o conjunto das lideranças locais.

Diante deste panorama, em que medida o lazer se constituiria em uma demanda? Qual seria a percepção geral das lideranças comunitárias a este respeito? Em vista da precariedade de infra-estrutura urbana e da situação de exclusão social, não seria um aspecto supérfluo? Qual a reivindicação das lideranças comunitárias e suas iniciativas nesse campo? Quais seriam as suas motivações? Quais seriam os significados atribuídos ao lazer que o tornaria suficientemente importante a ponto de se tornar uma demanda e uma reivindicação importante? Qual seria o papel que tais líderes desempenham nesse campo? E, por fim, quais seriam os

principais desafios políticos que estes líderes enfrentariam para reivindicar iniciativas no âmbito do lazer?

A partir dessas indagações, construímos uma estratégia metodológica dividida em dois momentos distintos. Inicialmente, em conjunto com a pesquisa Vida Associativa e Fórum Regional no Complexo de Manguinhos (Bodstein & Zancan, 2003) – foram aplicados questionários aos representantes de organizações sociais do Complexo de Manguinhos. Foram convidados 20 líderes comunitários, sendo que 18 se dispuseram a responder ao questionário. Dentre estes, apenas um não completou todas as etapas do questionário. Tal universo fora definido previamente a partir da análise das atas do Fórum Regional e do mapeamento de entidades e iniciativas sociais de Manguinhos. A discussão específica referente à cultura e ao lazer, inserida no questionário, visou, de forma exploratória, alargar a perspectiva de análise e revelar aspectos até então não identificados, bem como ratificar o fato de que a temática aparecia como a terceira prioridade entre as ações destacadas pelas lideranças para a região.

Num segundo momento, com intuito de aprofundar a análise, optou-se por uma perspectiva mais etnográfica, baseada fundamentalmente em entrevistas semi-estruturadas e na observação participante, visando a uma “descrição densa” da temática em estudo (Geertz, 1989). A intenção foi uma aproximação e exploração do universo discursivo dos atores e com a riqueza de significações e sentidos que a temática poderia adquirir em contextos sociais específicos. Assim, foram entrevistados 11 dos principais líderes ou representantes comunitários que demonstraram envolvimento – alguns de forma direta e outros indireta – com temas, propostas e iniciativas ligadas ao lazer e à cultura.

“Cultura, lazer e esporte” na agenda local

A situação de exclusão social enfrentada pelas camadas populares e população favelada está longe de anular a capacidade reflexiva e crítica, de produzir cultura, gerar conhecimento, enfim, de criar e recriar uma sociabilidade cotidiana, participando de diversas formas de associativismo e manifestações coletivas. Marcos Alvito ao analisar as diversas significações atribuídas à favela ao longo da história nos dá um

bom exemplo do perigo de se ter uma visão reducionista da questão: *A favela, na tradição brasileira e, mais particularmente, carioca, é o lugar por excelência da desordem. É vista como enclave de selvageria em pleno coração da nossa metrópole mais chic, mais civilizada, mais up-to-date. Ao longo do século XX, foi representada como um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano: a) foco de doenças, de mortais epidemias; b) sítio por excelência de malandros ociosos, negros malemolentes, inimigos do trabalho duro e honesto; c) amontoado promíscuo de populações sem moral; d) reduto anacrônico de migrantes de origem rural mal-adaptados às excelências da vida urbana, constituindo uma massa ignara a atrasar nosso desenvolvimento econômico e político; e) por fim, na sua mais recente e aterradora versão, covil de bandidos, zona franca do crime e do tráfico, onde quadrilhas, empunhando armas de último tipo capazes de alcançar nossas janelas de vidro, imperam sob a complacência de comunidades aplacadas por práticas assistencialistas deslocadas* (2001).

O reducionismo se manifesta na dificuldade de relativizar nossa percepção sobre as camadas populares, de compreender o “outro” ou o diferente em seus próprios termos. Dessa forma, foi necessário superar a perspectiva de uma suposta e conhecida (des)ordem nos espaços favelados, passando a perceber significados e sentidos, nas relações cotidianas, na ocupação dos espaços e nos estilos de vida. Foi tentar “ver” e perceber aquilo que à primeira vista se figura familiar, mas que possui uma complexidade intrínseca (Velho, 1999b). Enfim, foi necessário um esforço analítico de “relativizar” nosso olhar, colocando em questão as categorias e noções que fazem parte da nossa tradicional “visão de mundo”. A abordagem e o estudo dos microespaços políticos e de sociabilidade diferentes permitiram, como no caso de Manguinhos, o entendimento da complexidade das instâncias da vida associativa e das iniciativas locais que permeiam as comunidades locais. De fato, como afirma Karina Kuschnir, *o interessante é justamente investigar práticas que desafiam a lógica institucional mais ampla, mostrando o quanto esta pode ser permeável a princípios políticos os mais diversos* (2000).

Como vimos, foi constatada a enorme demanda das comunidades e, portanto, a importância atribuída às atividades de esporte, cultura e lazer, evidenciando que apesar de todas as dificuldades e carências em relação ao saneamento e a infra-estrutura urbana, lazer e cultu-

ra eram questões relevantes para os representantes dos moradores de Manguinhos e demais lideranças locais. Além disso, pareceu importante aprofundar as manifestações e espaços de lazer existentes na área, tais como campos de futebol, samba, festas, carnaval, arte, bares. Aliás, como destaca Victor Melo ao se referir às favelas: [...] *não cabe [...] chegar à comunidade com preconceitos e acreditando que exista uma ligação direta entre pobreza e infelicidade; nem tampouco acreditar que o processo de dominação cultural se dá de forma completa, anulando definitivamente todas as suas manifestações culturais* (2003).

Buscou-se então precisar o sentido e analisar os significados que iniciativas nas áreas de esporte, cultura e lazer poderiam adquirir na percepção dos representantes locais. A grande maioria dos entrevistados, com uma única exceção, considerou fundamental para a região as políticas e as iniciativas nessas áreas. Dentre estes, pode-se visualizar dois grupos. O primeiro grupo, que apesar de considerar essenciais tais ações, não as consideram as de maior prioridade ou, por assim dizer, da “ordem-do-dia”, tendo em vista a natureza complexa da realidade de Manguinhos. Já o outro grupo aponta as iniciativas e as políticas de cultura, lazer e esporte como demanda prioritária e emergencial. Assim, mesmo considerando estas duas percepções distintas, há entre os representantes locais a concordância de que tais iniciativas são, em maior ou menor grau, essenciais para Manguinhos.

Mediação cultural em Manguinhos

A pesquisa permitiu compreender que a ação dos representantes comunitários de Manguinhos na área da “cultura, esporte e lazer” se dá através de diversas atividades, como capoeira, futebol, dança, música, teatro, cinema/vídeo, vôlei, passeios, fotografia, cursos e palestras em geral. Estas atividades são caracterizadas não apenas por conversas ligadas diretamente à atividade em si, mas a um conjunto de representações, valores, crenças, entre outros. Temas ligados à educação, saúde, disciplina, respeito, confiança e ética, fazem parte do repertório de assuntos abordados pelos líderes comunitários. Importa perceber a existência de um potencial pedagógico embutido nessas atividades, já que identidades e uma certa ordem moral pode ser reforçada ou (re)construída. As atuações envol-

vem um agregado de significados e experiências vividas pelos representantes comunitários que transitam por campos culturais distintos, abrangendo diversos objetivos e tecnologias pedagógicas.

As atividades desenvolvidas refletem um entendimento sobre a situação social, o contexto de violência e de falta de oportunidades educacionais e de ascensão social oferecidas às crianças e aos jovens das comunidades de Manguinhos. Existe na verdade um consenso entre os líderes comunitários com respeito à capacidade e à potencialidade de que iniciativas no campo do “lazer, esporte e cultura” possam atenuar ou remediar de certo modo essa situação de exclusão, na medida em que apresentam alternativas a estes jovens e crianças. Assim, apesar de as lideranças comunitárias transitarem entre diversas estratégias e modos de atuação, podemos afirmar que há uma predominância de um aspecto que podemos chamar de *transformativo ou reflexivo*. Diante de circunstâncias tão adversas, as atividades recreativas e culturais representam a possibilidade de reação ou superação de certa passividade, já que alternativas transformadoras constituem o foco destas atividades. O consenso em relação à capacidade de reflexão sobre as circunstâncias, de apresentar e traduzir valores, informações e códigos de mundos sociais distintos, não anula as diferenças nas estratégias de atuação, ou seja, no que pode ser visto como uma mediação cultural *transformadora*.

Os mediadores culturais, como nos referimos anteriormente, estabelecem pontes, criando condições para que haja contatos e interações entre campos/contextos culturais distintos. O mediador é, assim, o cruzamento, o pólo e o ponto de convergência e comunicação cultural, que o diferencia de outros indivíduos que apenas circulam entre os “mundos” e níveis de cultura. Foi possível identificar que a função de mediador cultural constitui a principal atribuição dos representantes comunitários de Manguinhos, consistindo justamente na ampliação do “campo de possibilidades”. De certa forma, representam um esforço para ampliar e fortalecer laços com a sociedade inclusiva, através da promoção de valores ligados à cidadania e ao combate à desigualdade social. Implícita ou explicitamente tratam de *transformar* trajetórias – condicionadas e limitadas pelo contexto social da pobreza e da exclusão – através de iniciativas que ampliam as oportunidades e o “potencial de metamorfose” e de autonomia pre-

sentes nestas comunidades. Os representantes e líderes locais atuam como agentes de transformação, indicando “caminhos” e alternativas, procurando transformar não só trajetórias individuais, mas projetos que beneficiem as comunidades de maneira geral, reforçando o chamado capital social e as organizações sociais presentes. Projetos, entendidos aqui como a *capacidade dos indivíduos de planejar o seu futuro e, com isso, contribuir para dar sentido à sua experiência fragmentada* (Kuschnir, 2001).

Os representantes locais desempenham através do processo de mediação cultural papel-chave no processo de socialização, objetivando ampliar oportunidades, transmitir valores, construir identidades, transformar trajetórias e projetos diante da situação de risco e vulnerabilidade social. Afinal, a imagem de crianças e jovens sem oportunidades e expectativas, sendo inseridas no tráfico de drogas como possibilidade de ganho imediato é uma realidade em Manguinhos e nas demais favelas da cidade.

Devemos ressaltar que esse papel de mediador não ocorre de forma harmoniosa ou passiva. O mediador é mais do que um simples intermediário entre “mundos” estáticos. Afinal, o sucesso do mediador depende de estratégias que visem ampliar as suas esferas de relações e redes de contato. Na mediação estão presentes diversos interesses, que, dependendo do sucesso ou fracasso dos projetos, dão prestígio, honra e credibilidade social ao papel de liderança. Na realidade, são esses contatos, trânsitos, acessos e informações – de políticos, instituições, organizações sociais, amigos entre outros – que constituem ferramentas fundamentais de suas atuações, constituindo ao mesmo tempo decorrências e produtores da sua inserção social privilegiada.

Significados e representações nas estratégias de ação

O desempenho das lideranças comunitárias como *mediadores culturais* está associado às representações e às categorias de pensamento e classificação que possuem a respeito do que eles denominam “lazer, esporte e cultura”. É por intermédio dessas categorias – que organizam as estruturas de pensamento – que podemos compreender o “ponto de vista” dessas lideranças e, portanto, dos nossos informantes. Importa considerar quais são as “molduras” que, de certa forma, explicam as estratégias de

atuação dos representantes locais (Durkheim & Mauss, 2001). Assim, interessa saber quais são os sentidos e os significados que os representantes de Manguinhos dão às iniciativas no campo do “lazer, esporte e cultura”? E ainda, quais são as categorias associadas a elas?

Como dissemos, foi possível identificar que todos os informantes, com apenas uma única exceção, consideram as políticas e as iniciativas nessas áreas fundamentais para a região. Afinal, dos 18 informantes consultados, 11 pelo menos declararam que desenvolviam ou já desenvolveram alguma iniciativa nas áreas de lazer, cultura e esporte. Inclusive a participação nessas áreas constitui um elemento fundamental para a constituição do papel de liderança comunitária. Como assinala Marcos Alvito a respeito dos líderes comunitários em Acari: *E como chegam a tornar-se líderes comunitários? Ao compararmos os líderes comunitários, enfatizamos as diferenças existentes entre eles. Há, entretanto, um elemento comum a quase todos eles. Com exceção de um, justamente o evangélico, todos os outros participam ou já participaram de atividades que eles chamam de “lazer”: futebol, caipira, samba, forró. De fato, foi nessas atividades que eles se constituíram como figuras centrais de relações diádicas (isto é, face a face, diretas, entre dois indivíduos)* (2001).

Os líderes comunitários de Manguinhos consideram as iniciativas culturais, de lazer e esporte essenciais, tendo em vista a capacidade de tais ações em se contrapor à violência, especialmente, para os segmentos mais vulneráveis – as crianças e os jovens. Entre a maioria dos informantes, tal perspectiva – na qual a criança e o jovem figuram como foco principal – norteia as representações e os valores atribuídos à cultura, ao esporte e ao lazer, sendo estes frequentemente relacionados à educação e à ocupação do tempo “livre”. De fato, a ocupação dos morros e das favelas pelo tráfico de drogas a partir da década de 1970, e o conseqüente uso da violência (física e simbólica) como força hierárquica local, tem papel central na configuração das relações e das representações sociais a respeito das favelas cariocas, bem como da cidade como um todo. Afinal, como alerta Alessandra Rinaldi, o medo e a tensão em torno da favela chegou a tal ponto que se elaborou uma percepção determinista na qual o *favelado, se não for um criminoso, está na iminência de sê-lo* (1998).

A imagem de jovens vivendo em favelas, com educação precária e sem ofício específico,

passa a ser diretamente relacionada ao tráfico de drogas e à criminalidade. Lazer, esporte e cultura agregam – em maior ou menor grau – sentidos e significados que não correspondem às fronteiras que “habitualmente” delimitam tais campos. Configuram alternativas que ampliam e modificam o “campo de possibilidades”, uma vez que se opõem à violência e à criminalidade. Reúnem uma variedade de valores e éticas que transitam em uma série de planos culturais. Traduzem, assim, a capacidade de modificar a trajetória de crianças e jovens, permitindo um futuro diferente. Como assinalou um dos informantes, permite ser “um parceiro da educação” ou “ocupar o tempo vago das nossas crianças” (Peres, 2004).

Vê-se, portanto, que o problema dos jovens permeia grande parte das preocupações dos principais representantes das comunidades de Manguinhos. Aqui é bom salientar que jovens e crianças são vistos como esperança e futuro em quase todas as sociedades e estratos sociais. Assim, os principais representantes da vida associativa de Manguinhos, sem dúvida, expressam a preocupação com um futuro cheio de incertezas e riscos, cujo antídoto está, em grande parte, constituído de atividades e projetos que envolvem cooperação, diálogo, confiança mútua, enfim, valores ligados ao fortalecimento da cidadania e do capital social.

Deve-se destacar, neste sentido, que o problema central se circunscreve ao *tempo* qualificado como *ocioso*. É “o não ter o que fazer” que se constitui em *tempo-arriscado* ou *tempo-problema*. Contudo, o importante é que esta perspectiva se configura numa equação que conjuga a falta de oportunidades, ou seja, “não ter o

que fazer”, às condições de pobreza e exclusão social com todas as suas variáveis, resultando no risco da inserção de crianças e jovens na criminalidade. Cultura, lazer e esporte são vistos, sobretudo, como meio e não como fim em si mesmo, tal como a literatura tem apontado (Park, 1979; Elias & Dunning, 1992; Zaluar, 2003, 1998). E é justamente a partir desta percepção “midiática” que as atividades culturais se revestem de uma capacidade socializadora e transformadora. Afinal, o objetivo é “prender o tempo da criança ali”, sendo “um chamarisco [...] para jogar para outras atividades”, procurando *abrir a mente dessas crianças e elas passarem a ver que existe um outro mundo aí fora ... que não existe só aquele mundinho [...] de comunidade [...]*, como salientou um dos informantes (Peres, 2004).

Neste sentido, a importância das iniciativas no campo do lazer, esporte e cultura em Manguinhos e, em áreas faveladas da cidade, está relacionada à aquisição de valores morais capazes de modificar a percepção de crianças e jovens sobre a “vida”, afastando-os da violência e do mundo do crime. É através de atividades lúdicas e de “bate-papos” informais que valores são incorporados, ajudando a delinear a índole e o caráter dos jovens e crianças. Em outras palavras, é a partir da relação entre lazer, cultura e esporte, com sinal positivo de um lado, e violência e criminalidade associados à ociosidade com sinal negativo do outro, que representantes locais atuam como *mediadores culturais* e agentes transformadores. Um sistema classificatório simples, que pauta e possibilita as iniciativas dos representantes locais, pode ser visualizado no quadro 1.

Quadro 1

Categorias de atuação dos representantes comunitários.

Positivo (+)	Negativo (-)
Lazer, cultura e esporte	Violência e criminalidade
Educação, saúde e qualidade de vida	Ociosidade
Diversidade de opções	Ausência de opções
Disciplina, regras, normas e valores	Desordem/Degeneração/Vício
Mudança/Transformação	Passividade/Acomodação
Família	Segregação/Quadrilha
Sociabilidade/Cidadania	Ruptura/Anomia
Vontade	Desleixo/Passividade/“Vida fácil”
Futuro	Presente
Movimento	Inércia
Meio/“Chamarisco”	Destino/Fim

Fonte: Peres (2004).

As categorias de pensamento e o esquema simbólico daí derivado – embora flexíveis, já que existem fluxos e continuidades – expressam e são pautados por oposições “fundamentais” entre valores. Afinal, a tensão entre os dois pólos fundamenta a organização e significação do “mundo”.

Entretanto, embora seja atribuído ao esporte, lazer e cultura um papel fundamental na redução da violência e no afastamento de crianças e jovens do tráfico e do crime em geral, há, ao que parece, uma relação ambígua, presente no próprio imaginário da população, já que as atividades do tráfico de certa forma também propiciam e subsidiam possibilidades de lazer no interior das comunidades. O tráfico, ao mesmo tempo em que cria condições e promove oportunidades de lazer, também as restringe, em vista do ambiente violento que impõe limites para a vivência destes momentos. Contradições, conflitos e tensões estão permanentemente presentes no dia-a-dia de Manguinhos e no papel das lideranças comunitárias como *mediadores culturais*.

Desafios para uma agenda no campo da “cultura, lazer e esporte”

O contexto de violência na qual o tráfico vem se tornando a representação central de poder nas favelas altera as redes de reciprocidade e solidariedade ou ainda o sistema de valores compartilhados entre moradores de tais comunidades (Zaluar, 1997). Em alguns casos, o poder e autoridade do tráfico são de tamanha magnitude que interferem não apenas em momentos críticos, quando a polícia ou outro grupo “entra em guerra” com o tráfico, mas no dia-a-dia dos moradores de favelas. Tais modificações nos laços e nas redes de solidariedade e sociabilidade, e até mesmo no campo dos valores, não ficam restritas às favelas, mas estende-se a toda a sociedade. A conjunção entre o crescimento, a difusão e o medo da violência aumenta cada vez mais a intolerância em relação ao “outro”, inviabilizando contatos e soluções comuns. A violência estimula, sem dúvida, uma nova construção simbólica, através de categorias polarizadas, na qual grupos são classificados como perigosos ou indesejáveis (Caldeira, 2000).

Mudanças no espaço público acabam por restringir a participação cidadã, na medida em que inviabilizam os princípios de acessibilidade e circulação, que são as bases do espaço pú-

blico moderno. O encontro, a troca e a interação dos “diferentes” e das “diferenças” aparecem assim cada vez mais ameaçados. Neste sentido, a violência, ao reordenar de maneira simplista a dimensão simbólica em relação ao “outro”, cria sérios desafios à constituição e ao fortalecimento do espaço público e do exercício da democracia.

Por outro lado, pudemos perceber que há uma importante clivagem política entre as associações de moradores, tradicional órgão representativo dos moradores, e outras iniciativas sociais – que se inserem, no que podemos chamar de novos movimentos sociais ou de “novo associativismo”. Nestes movimentos, que conquistaram peso político na década de 1990, a lógica organizacional é marcada pela constituição de parcerias variadas (tanto com o setor público quanto o setor privado), do trabalho em rede e em diversos campos de atuação. De acordo com Vieira, este tipo de associação *não demanda diretamente o Estado, mas influencia o sistema político e econômico ao colocar questões temáticas ao Estado e ao mercado, não ficando, de modo algum, restritas ao mundo societário* (2001). São, assim, movimentos de organização da sociedade civil que dependem menos das administrações públicas para a condução de suas iniciativas – que abrangem desde projetos educativo-sociais até denúncias públicas de discriminação e violação dos direitos humanos, visando justamente chamar a atenção pública para tais questões. Buscam, portanto, dar uma maior visibilidade a atores sociais e temáticas antes excluídas do cenário político.

Diferentemente das iniciativas sociais, as associações de moradores têm uma longa trajetória. Desde o início, as associações tiveram sua história vinculada ao poder público e, de certo modo, tentaram pautar suas ações de acordo com o contexto político governamental (Leeds & Leeds, 1977; Paiva, 2000). As associações de moradores, na perspectiva de Vieira, se configuram como *associações [...] que se institucionalizaram em campos predefinidos de ação, burocratizando-se com temas fixos do passado* (Vieira, 2001).

Afinal, as relações e as práticas políticas em Manguinhos são delineadas, em maior ou menor grau, por uma diversidade de significados e representações que permeiam o dia-a-dia das lideranças locais. Redes de interações, alianças e contatos políticos são permanentemente desenhados de acordo com o contexto e situação política, bem como pela percepção que os re-

presentantes comunitários têm de si mesmos e do poder público. O cenário composto por práticas diferenciadas, representações discordantes em relação ao poder público e de acusações recíprocas entre as associações de moradores e iniciativas sociais aponta para uma importante clivagem política que, ao mesmo tempo, é fruto e consequência tanto do modo de proceder como de suas respectivas visões de mundo, como podemos observar no quadro 2.

Deste modo, uma das hipóteses para a dificuldade na construção de uma agenda comum, apesar da convergência quanto à preocupação com os jovens, seria justamente a disputa pelo poder que opõe líderes tradicionais, representantes das suas respectivas comunidades, e representantes das novas organizações e iniciativas sociais. O que está em jogo é a disputa por capital político e simbólico na região. Enquanto as associações buscam manter o monopólio que faz delas a principal representante e interlocutora das demandas comunitárias, as “no-

vas” iniciativas sociais colocam tal monopólio em discussão.

Enfim, diferenças nas práticas e nas percepções políticas entre as associações de moradores e as iniciativas sociais acabam por delinear e fomentar clivagens e desconfiças políticas entre esses dois importantes atores sociais da vida comunitária de Manguinhos, dificultando, por sua vez, a construção de estratégias e de uma agenda comum para o desenvolvimento da região e para a implementação de atividades culturais e esportivas de maior alcance social. A natureza de tais conflitos se revela nas posições diametralmente opostas entre representantes de associações de moradores e de iniciativas sociais, como podemos ver no quadro 2 (Peres, 2004).

Assim, o cenário de violência conjugado à situação de desconfiça e conflitos presente em Manguinhos nos remete diretamente à discussão sobre capital social. Sucintamente, na literatura consultada, a idéia de capital social se relaciona com a capacidade de se estabelecerem

Quadro 2

Características, diferenças e divergências entre associações de moradores e iniciativas sociais.

	Associações de moradores	Iniciativas sociais
Percepção a respeito do circuito político	“É assim que funciona” “Não tem como mudar”	“Meio sujo” “troca de favores” assistencialista “Tem que mudar”
“Ponto de vista” a respeito do próprio posicionamento político	Pragmático	“Teórico/Politizado”
Direcionamento da ação	Localizado	Abrangente
Parâmetros de êxito	Oferecimento/Necessidade	Conquista/Reivindicação
Percepção a respeito dos moradores	Dependentes/Carentes	Sujeitos de direito
Processo de mudança	Imediata	Prolongada
Meio de transformação	Mudança “Concreta” Soluções Pontuais	“Conscientização”
Conflitos, oposições e divergências atribuídas	Predomínio de interesses pessoais Assistencialistas/“política velha” Envolvimento com o tráfico Impedem a participação comunitária	Ação em benefício da própria entidade/ Falta de transparência “Românticos/ideológicos” Controle de informações Não representam a comunidade

Fonte: Peres (2004).

laços e redes de confiança e cooperação a fim de produzir e construir bens e conquistas coletivas. Trata-se, portanto, do envolvimento com a “coisa pública”, cujas conquistas se traduzem em benefícios comuns (Putnam, 1996; Araujo, 2003). Assim, a convergência de interesses somada à integração e participação comunitária teriam um impacto positivo para o desenvolvimento e para o fortalecimento de agendas democráticas e participativas.

Considerações finais

Lazer carrega diversos significados e interpretações. Entretanto, ao ser tomado como componente da cultura, evidencia não apenas as suas relações com outras esferas sociais, mas possibilita o conhecimento dos significados e valores simbólicos para aqueles que os vivem, bem como aponta a dimensão política que permeia a temática. Foi possível observar práticas e percepções políticas dos líderes comunitários de Manguinhos, configurados em duas lógicas distintas de organização comunitária, a das associações de moradores e das “novas” iniciativas sociais.

O papel fundamental desempenhado pelos líderes comunitários como mediadores culturais, seja no campo da cultura ou em qualquer outro, pode ser potencializado desde que existam laços de confiança e cooperação, de modo a produzir consenso e fortalecer uma agenda comum. Confiança e cooperação estimulam e intensificam a participação social e a sociabilidade em Manguinhos, ao mesmo tempo em que impulsionam a capacidade organizativa. Apontamos, assim, para a necessidade do fortalecimento e consolidação da cidadania, através da ampliação do acesso e do debate político, onde se prioriza a negociação entre diversos atores e a participação popular na definição da agenda e nas diversas instâncias de tomada de decisão. Afinal, *Cidadania, democracia e direitos, mesmo quando confrontados com desigualdade, miséria e exclusão social, revelam o caminho possível da luta política e da busca de autonomia. Não há processo de desenvolvimento de direitos sem compromissos democráticos explícitos em torno da redução da iniquidade social, o que certamente implica o fortalecimento da sociedade civil e de suas formas plurais de organização, permitindo a emergência de novas identidades e de novas representações em torno da questão social* (Bodstein, 1997).

Na constituição de novos espaços e circuitos de discussão e de decisão é necessário reafirmar e reforçar circuitos de participação e mediação política e cultural. Em outras palavras, é necessário apostar na realização da “mediação dos mediadores” no plano político e cultural. A mediação tanto cultural quanto política, em conjunto com regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica, desempenham papel-chave para fortalecer o capital social e para dirimir clivagens que impedem a construção de uma agenda comum.

O grande desafio, além da criação de laços de confiança e cooperação comunitária, passa pela inversão das relações verticais de poder a partir de uma maior interlocução e co-responsabilização na gestão pública, ampliando os canais participativos para os setores excluídos da população, num processo de democratização da administração pública.

Uma das contribuições desse artigo está no fato de ressaltar o papel das lideranças comunitárias como mediadores e de destacar que lazer, esporte e cultura são assuntos fundamentais na dinâmica comunitária e na implementação de programas sociais e de saúde. A análise apontou justamente para o fato de que iniciativas nas áreas de lazer, cultura e esporte possuem centralidade no fortalecimento da cidadania e de redes de solidariedade. Tais iniciativas, como vimos, possuem um potencial de sociabilidade que amplia o campo de possibilidades, abrindo caminhos e opções, diante das dificuldades do contexto social. Além disso, agregariam, através da mediação cultural, valores simbólicos, reconstituindo identidades e relações que ultrapassam em certo sentido os campos do lazer, do esporte ou da cultura propriamente ditos. Propiciam a reafirmação de valores relacionados ao diálogo, à cooperação, à mobilização, à disciplina, à conscientização, à autoridade, valores fundamentais para uma apropriação crítica e reflexiva em relação ao contexto social em que vivem. Deste modo, atividades culturais e de lazer em sentido amplo, como vimos, merecem figurar na agenda de desenvolvimento social e de promoção da saúde. Como nos lembra Alba Zaluar, políticas públicas em áreas faveladas [...] *devem ser implementadas não porque os pobres constituam um perigo permanente à segurança, não porque venham a ser as classes perigosas, mas porque um país democrático e justo não pode existir sem tais políticas* (1997).

Colaboradores

FF Peres trabalhou na concepção teórica, desenho metodológico, pesquisa de campo, análise dos dados e elaboração do texto; R Bodstein, na concepção teórica, desenho metodológico, análise dos resultados e elaboração do texto; CL Ramos, na elaboração dos instrumentos de pesquisa e de coleta de dados; e WB Marcondes, na elaboração dos instrumentos de pesquisa e de coleta de dados.

Referências bibliográficas

- Aguileta IL 2000. *Cultura y ciudad: manual de política cultural municipal*. Ediciones Trea, Gijón.
- Alvito M 2001. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Editora FGV, Rio de Janeiro.
- Araujo MCD 2003. *Capital social*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Bauman, Z 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Bodstein R, Zancan L, Ramos, CL & Marcondes, WB 2004. Avaliação da Implantação do Programa de Desenvolvimento Integrado em Manguinhos: impasses na formulação de uma agenda local. *Ciência & Saúde Coletiva* 9(3):593-604.
- Bodstein R & Zancan LF 2003. *Monitoramento e avaliação do programa de desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) Manguinhos: relatório de pesquisa*. DCS/ENSP/Fiocruz/Finep, Rio de Janeiro.
- Bodstein R & Zancan L 2002. Avaliação das ações de promoção da saúde em contextos de pobreza e vulnerabilidade social, pp. 39-59. In L Zancan, R Bodstein & WB Marcondes (orgs.). *Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos-RJ*. Abrasco-Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Bodstein R, Zancan L & Estrada DD 2001. *Manguinhos: guia de equipamentos e iniciativas sociais*. Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Bodstein RCA 1997. Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. *Cadernos de Saúde Pública* 13(2):185-193.
- Brant L 2002. *Mercado cultural: panorama crítico com dados e pesquisas e guia prático para gestão e venda de projetos*. Escrituras Editora, São Paulo.
- Buss PM 2000. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva* 5(1):163-177.
- Caldeira TPR 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed. 34-Edusp, São Paulo.
- Dumazedier J 2001. *Lazer e cultura popular*. Editora Perspectiva, São Paulo.
- Dumazedier J 1999. *Sociologia empírica do lazer*. Editora Perspectiva, São Paulo.
- Durkheim E & Mauss M 2001. Algumas formas primitivas de classificação, pp. 399-455. In M Mauss. *Ensaio de sociologia*. Editora Perspectiva, São Paulo.
- Elias N & Dunning E 1992. *A busca da excitação*. Difel, Lisboa.
- Faria H 2003. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades, pp. 35-51. In L Brant (org.). *Políticas culturais*. vol.1. Editora Manole, São Paulo.
- Ferreira JR & Buss PM 2002. O que o desenvolvimento local tem a ver com a promoção da saúde?, pp. 15-37. In L Zancan, R Bodstein & WB Marcondes (orgs.). *Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos-RJ*. Abrasco-Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDH) 2000. *Diagnóstico Rápido Participativo de Manguinhos*. Rio de Janeiro.
- Geertz C 1989. *A interpretação das culturas*. LTC – Livros Técnicos Científicos, Rio de Janeiro.
- Giddens A 2002. *Modernidade e identidade*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Kliksberg B & Tomassini L 2000. *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. BID/Fondo de Cultura Económica de Argentina, Buenos Aires.
- Kuschnir K 2001. Trajetória, projeto e mediação na política, pp. 137-164. In G Velho & K Kuschnir (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Aeroplano Editora, Rio de Janeiro.
- Kuschnir K 2000. *O cotidiano da política*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Kuschnir K 1999. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Relume-Dumará-UFRRJ, Rio de Janeiro.
- Leeds A & Leeds E 1977. *A sociologia do Brasil urbano*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Masi DD 2000. *O ócio criativo*. Sextante, Rio de Janeiro.
- Melo VA 2003. Lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário, pp. 73-88. In VA Melo (org.). *Lazer e minorias sociais*. Ibrasa, São Paulo.
- Melo VA & Alves Júnior ED 2003. *Introdução ao lazer*. Editora Manole, São Paulo.
- Paiva MAP 2000. *Espaço público e representação política*. EdUFF, Niterói.
- Park RE 1979. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano, pp. 26-67. In O Velho (org.). *O fenômeno urbano*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Pawson R 2003. Nothing as Practical as a Good Theory. *Evaluation* 9(4):471-490.
- Peres FF 2004. *Lazer e cultura na agenda local: mobilização*

- e ação coletiva em Mangueiras*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Potvin L, Haddad S & Frohlich L 2001. Beyond process and outcomes evaluation: a comprehensive approach for evaluating health programs, pp. 45-62. In IG Rootman, B Hyndman, DV MacQueen, L Potvin, J Springett & E Ziglio (eds). *Evaluation in health promotion: principles and perspectives*. World Health Organization, Copenhagen.
- Putnam RD 2000. *Bowling alone: the collapse and the revival of american democracy*. Simon and Schuster, Nova York.
- Putnam RD 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Editora FGV, Rio de Janeiro.
- Rinaldi AA 1998. Marginais, delinquentes e vítimas: um estudo sobre a representação da categoria favelado no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro, pp. 299-322. In A Zaluar & M Alvito (orgs.). *Um século de favela*. Editora FGV, Rio de Janeiro.
- Rootman IG, Hyndman B, MacQueen DV, Potvin L, Springett J & Ziglio E 2001. *Evaluation in health promotion: principles and perspectives*. World Health Organization, Copenhagen.
- Simmel G 1979. A metrópole e a vida mental, pp. 11-25. In O Velho (org.). *O fenômeno urbano*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Sullivan H, Barnes M & Matka E 2002. Building collaborative capacity through "theories of change". Early lessons from the evaluation of Health Action Zones in England. *Evaluation* 8(2):205-226.
- Velho G 1999a. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Velho G 1999b. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Velho G 2001. Biografia, trajetória e mediação, pp. 13-28. In G Velho & K Kuschnir (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Aeroplano Editora, Rio de Janeiro.
- Vieira L 2001. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Record, Rio de Janeiro.
- Vieira L & Bredariol C 1998. *Cidadania e política ambiental*. Record, Rio de Janeiro.
- Zaluar A 2003. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência, pp. 17-57. In H Vianna (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.
- Zaluar A & Alvito M 1998. Introdução, pp. 7-24. In A Zaluar & M Alvito (orgs.). *Um século de favela*. Editora FGV, Rio de Janeiro.
- Zaluar A 1997. Exclusão e políticas pública: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista de Ciências Sociais* 12(35):29-47.

Artigo apresentado em 10/10/2004

Aprovado em 25/01/2005

Versão final apresentada em 11/01/2005

SEGUNDO ARTIGO

A DIVISÃO SOCIAL DA CIDADE E A PROMOÇÃO DA SAÚDE: A IMPORTÂNCIA DE NOVAS INFORMAÇÕES E NÍVEIS DE DECUPAGEM

A divisão social da cidade e a promoção da saúde: a importância de novas informações e níveis de decupagem

The social division of the city and the health promotion: the importance of new information and decoupage levels

Alberto Lopes Najar¹
Fabio de Faria Peres²

Abstract *The article examines the complex relationships among the sociological concept of socio-spatial segregation, urban poverty and health promotion, suggesting research topics that could contribute to a detailed analysis of the Brazilian social reality within the public health context, underpinning decisions on healthcare. Initially, the main aspects of the social division problems in major cities are examined from the historical and sociological viewpoints. The inaccuracies and problems related to the concept of segregation are then discussed analytically, referenced to discussions of urban sociology. The importance of new information and the decoupage of other levels of social ties are also addressed, taking the problems of health promotion into account. Finally, four themes are listed that might well constitute a research agenda: analysis of socio-spatial segregation structures; comparison of social structures and socialization practices in poverty-stricken neighborhoods; a study of the middle class and its space distribution; and Government policies, regulations curtailing segregation and urban inequalities.*

Key words *Social divisions, Health promotion, Health information, urban sociology*

Resumo *O artigo põe em destaque as complexas relações entre a noção sociológica de segregação socioespacial, a pobreza urbana e a chamada promoção da saúde, sugerindo temas de pesquisa que possam contribuir para uma análise mais elaborada da realidade social brasileira prevalente nos contextos da saúde pública, com vistas a apoiar a decisão em saúde. Primeiramente, são assinalados os principais aspectos do problema da divisão social nas grandes cidades, do ponto de vista histórico-sociológico. Em seguida, discutem-se, analiticamente, as imprecisões e problemas envolvidos na chamada noção de segregação, tendo sempre como referência o debate da sociologia urbana. A importância de novas informações e outros níveis de decupagem do tecido social, face à problemática da dita promoção de saúde, também é abordada, concluindo-se com a indicação de quatro temas que podem constituir-se em pauta investigativa, a saber: análise das estruturas da segregação socioespacial; comparação das estruturas sociais e das práticas de socialização nos bairros pobres; o estudo das classes médias e sua distribuição espacial; e as políticas públicas e a regulação da segregação e das desigualdades urbanas. Palavras-chave* *Divisão social, Promoção da saúde, Informação em saúde, Sociologia urbana*

¹Departamento de Ciências Sociais, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rua Leopoldo Bulhões 1480/917, Manguinhos. 21041-210 Rio de Janeiro RJ. najar@ensp.fiocruz.br
²Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

Apresentação

A concepção e a elaboração de estratégias e linhas de ação que integrem condições de vida, saúde e processo de produção do espaço levam, sobretudo sob a égide da equidade, a processos de decisão baseados em noções de exclusão-inclusão, concentração-distribuição, centro-periferia, distância-proximidade – seja em relação ao poder, ao capital, ao conhecimento ou, de maneira geral, aos “serviços” oferecidos pelas localidades.

Entretanto, apenas o reconhecimento da relação saúde e condições sociais – tão cara à saúde pública desde o século XIX¹ e, posteriormente, com nova roupagem, à promoção da saúde –, embora importante para um conhecimento mais aperfeiçoado e profundo, não resolve por si só os titânicos problemas que se enfrenta hoje no SUS. Especulam os autores que tais sofisticações se deram na direção de um reforço da visão superestrutural, tendo como efeito, certa obnubilização dos problemas mais corriqueiros que afetam a gestão do sistema. É, portanto, na interface do tema da divisão social da cidade e a saúde pública, que o presente artigo busca novas informações, idéias e conhecimentos para a especificação de políticas e programa.

Cidade partida ou cidade *patchwork*? A divisão social da cidade e sua expressão espacial nas grandes metrópoles

O estudo sociológico das cidades não é recente. Desde o final do século XIX e o começo do século XX, estudiosos vêm se debruçando sobre a relação entre os cidadãos e as cidades^{2, 3}. Dentre as inúmeras interpretações e modelos teóricos e a despeito do que pode ser apreendido das obras dos pensadores clássicos da sociologia – Marx, Weber e Durkheim – que conceberam a cidade de diferentes maneiras e em planos distintos como *locus par excellence* ou “cenário”, com as devidas ressalvas, “adequado” para o desenvolvimento, entre outros aspectos, do capitalismo, da industrialização, da racionalização e da divisão do trabalho, serão destacadas no presente artigo duas concepções principais sobre a dinâmica das cidades, notadamente, a das grandes metrópoles no início do século XX. Embora diferentes, tais concepções eram, em muitos casos, defendidas e sustentadas por um mesmo autor⁴.

A primeira se detinha, sobretudo, em descrever a “alma” ou o *ethos* da cidade que passava por um processo de profundas transformações

e apresentava uma nova configuração. Como apontava Robert Park⁵, em 1916, *antes, a cidade é um estado de espírito*. Ou seja, a preocupação principal estava relacionada em relatar as mudanças – típicas da alta modernidade – nos costumes, hábitos, valores, crenças e sensibilidades dos habitantes das metrópoles. Obviamente, tais questões estavam inseridas no contexto social, histórico, econômico e cultural de crescimento e urbanização das cidades.

O clássico “A metrópole e a vida mental” de Simmel⁶, também conhecido em português como “As grandes cidades e a vida do espírito”, publicado pela primeira vez em 1903, destacava com grande apreensão as mudanças de sua época. O aumento de círculos sociais, de contatos corriqueiros e inesperados, da fugacidade dos (des)encontros, da dissociação entre distâncias físicas e simbólicas, da intensificação dos estímulos sensoriais, da racionalização e da sucessão de imagens e informações acabariam, tanto para Simmel como para outros pensadores da época, por gerar condições/situações específicas de comportamento, sensibilidade e de estilo de vida característicos da modernidade. A metrópole – em contraste com a cidade pequena ou rural – criaria, portanto, um novo tipo de individualidade. A velocidade, a pluralidade, bem como a imprevisibilidade do conjunto de experiências e estímulos que o indivíduo está sujeito na cidade grande estariam, por conseguinte, relacionados à intensificação da “vida nervosa”, aos processos de consciência e à forma de experiência da realidade^{6, 7}. *Não é à toa que os grandes símbolos desse momento sejam a luz e a velocidade. Afinal, luz e a velocidade, o progresso e a civilização eram ícones de um mundo em que as noções de tempo e de espaço começavam a ser abaladas*⁸.

A complexidade da vida social, associada ao processo de urbanização, ocasionaria, a um só tempo, o “afrouxamento” dos laços primários e dos círculos sociais mais imediatos (como os de parentesco ou comunidade, por exemplo) e o desenvolvimento de novas relações sociais mais amplas e plurais, embora superficiais e até mesmo anônimas. Neste sentido, se em círculos sociais mais amplos haveria mecanismos que permitiriam a individualização, por outro lado, favoreceriam a impessoalidade ou contatos mais corriqueiros^{9, 10}. A sociedade e a cidade moderna estariam, portanto, relacionadas à pluralidade, à fragmentação e ao anonimato das experiências e das percepções na vida urbana.

Não é por acaso que Baudelaire¹¹ destacava já na primeira metade do século XIX que era *um*

imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito. Estar fora de casa, e, contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo.

Desse modo, diante da intensificação dos contatos e estímulos plurais e diferenciados, o indivíduo se distanciaria – por não ser capaz de lidar adequadamente com eles – adotando uma postura de indiferença ou de contatos “efêmeros”, que Simmel denominou de *blasé*. Seria, então, uma estratégia para se viver nas metrópoles, que **na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização**⁶. Assim, a modernidade e seu *locus* histórico – a cidade – gerariam, de acordo com os pensadores desta concepção, condições para um novo estilo de vida inserido num processo de diferenciação social, do indivíduo, da identidade do “eu” e de sua subjetividade.

A segunda concepção e “modo de olhar” a dinâmica da cidade enfatizava a dimensão espacial que caracterizava as relações sociais, emblemáticas nos estudos da Escola de Chicago. A cidade era vista como um mapa: dividido em espaços físicos bem definidos e delimitados, em áreas separadas espacialmente por subculturas diferenciadas. Robert Park⁵, por exemplo, apontava em 1916 para o **tabuleiro de xadrez** que caracteriza, principalmente, as grandes metrópoles.

A vida social complexa e diferenciada das grandes metrópoles reuniria grupos, segmentos e atividades que se distribuiriam de maneira heterogênea sobre o espaço urbano. A aglomeração populacional, de serviços, atividades e “construções” – característica das urbes – se dispunham desigualmente sobre a cidade, evidenciando diferenças e divisões nítidas sobre seu território. A cidade se assemelharia, portanto, a “um mosaico de mundos sociais” distintos¹².

Inicia-se, assim, a perspectiva de que a organização da cidade não é harmônica, nem tampouco integrada, mas é, ao contrário, heterogênea, desigual e conflituosa. Os estudos voltavam-se para temáticas que abordam a desorganização social, a violência, a segregação racial, a criminalidade e grupos ou segmentos sociais – quase sempre indissociáveis da questão espacial. É neste contexto que nasce e se consolida o clássico modelo centro-periferia de análise do crescimento das cidades¹³.

Assim, nesta concepção, como observara Wirth¹², **o problema central do sociólogo da cidade é descobrir as formas de ação e organização social que emergem em grupamentos compactos relati-**

vamente permanentes, de grande número de indivíduos heterogêneos

As reflexões sociológicas, portanto, a respeito da cidade a partir do começo do século XX, preocupavam-se, embora com particularidades e ênfases distintas, com o que podemos denominar de a **cultura da cidade** e as **culturas na cidade**.

Desde então, as grandes metrópoles solicitam a atenção dos pesquisadores em ciências sociais e das políticas públicas de forma paradoxal: se por um lado, e de um ângulo econômico, elas constituem os principais locais de comando da economia e de desenvolvimento das novas formas da economia terciária, qualificada por alguns de pós-industriais, implicadas centralmente nos processos de globalização; de outro lado, elas são também o local dos contrastes sociais os mais violentos, das formas as mais intensas de confronto entre a exclusão social e o consumo mais luxuoso.

Nesta interrogação sobre os processos de intensificação das desigualdades e das práticas sociais conflitivas, anômicas ou delinquentes que as acompanham, a questão da divisão social urbana aparece como central, seja enquanto revelador analítico da estruturação das desigualdades dentro das metrópoles, seja como dimensão contextual estruturante das práticas sociais nos mais variados campos.

O estudo das desigualdades e da divisão social nas metrópoles contemporâneas é tema crucial para a compreensão das condições de vida e trabalho de indivíduos e famílias. As metrópoles concentram boa parte da população urbana e das transações econômicas dos países, sobretudo em consequência da mudança de paradigma do capitalismo em direção a uma economia de serviços, entre os quais se destacam os serviços de saúde. É exatamente dessa perspectiva que se afirma, no presente artigo, a necessidade de se produzirem novos níveis de agregação da informação para a decisão em saúde. Por exemplo, é sabido que a reestruturação produtiva, que reduziu o papel da indústria na estrutura econômica e, com ela, do operariado industrial na estrutura de classes, produziu resultados bem diferentes quando comparamos o capitalismo avançado e sua periferia. Em toda parte, a terceirização da economia aumentou a precariedade dos empregos, as desigualdades sociais e, por vezes, a segregação espacial¹⁴, mas não em igual proporção ou profundidade segundo as diferentes regiões e mesmo segundo diferentes metrópoles numa mesma região.

Dimensões socioespaciais da pobreza e a noção de segregação

A noção de segregação, de acordo com Grafmeyer¹⁵, (assim como um de seus possíveis antônimos, a integração), ocupa na sociologia, uma posição paradoxal: se por um lado não faz parte dos conceitos maiores que estruturaram a disciplina, tais como classe social, comunidade, anomia, instituição, etc., por outro, numerosos textos sociológicos que estudam e/ou desenvolvem argumentos a respeito da noção de segregação (social, urbana, espacial, etc.), contribuíram – ao preparar e clarear os campos de estudo cobertos por esse termo de muitos significados – para evidenciar e/ou foram remetidos para uma questão mais geral da qual a sociologia não pode se esquivar, qual seja: as relações entre os fenômenos sociais e os espaços dentro dos quais eles necessariamente se inscrevem; em outras palavras, as expressões espaciais que assumem os fenômenos sociais.

Na sociologia, são fartas as construções teóricas e ferramentas de análise onde a idéia de espaço é empregada a título metafórico, tais como distância social, mobilidade social, estrutura social, etc. que estudam uma ordem de fenômenos distintos de suas eventuais expressões espaciais.

O que nos leva a refletir sobre dois tipos de espaços que estariam implícitos nesses usos: um físico e outro metafórico, um concreto e outro abstrato. Cada um remetendo ao outro. A noção de segregação - que não é a mais clara – se situa, portanto, nesse entre-dois, numa espécie de vai-e-vem, possivelmente em função dessa natureza dúplice, qual seja um fato social de antepor uma distância e uma separação física. Na ausência de uma definição minimalista para a noção de segregação, esta corre o risco de ficar “imprensada” entre uma acepção geográfica, limitada a uma identificação, a uma contagem, necessariamente redutora e insuladora e com pouco significado social; e uma acepção mais ampla, que dissolve o significado operacional do termo, em função das múltiplas formas de diferenciação, de distância, de discriminação ou de estigmatização que podem ser observadas no mundo social.

Por se situar na interface do social e do espacial, a questão da segregação se encontra no ponto de contato entre diversas disciplinas e abordagens, entre diversos registros de análise e diversos níveis de discurso, sendo freqüentemente fonte de incompreensões e mal-entendidos. Noção multiforme, sensível aos contextos

históricos assim como às modas intelectuais, a segregação é, a um só tempo, categoria de análise e categoria prática, pré-noção carregada de aspectos implícitos e instrumentos de medida. Uma consulta aos dicionários mostra um acordo de sentido: segregação é uma ação, um ato deliberado. Uma primeira distinção deveria ser feita, portanto, entre esse sentido primeiro e original, ligado à etimologia da palavra, e as definições mais específicas que enfatizam os resultados observáveis no espaço, do que a ação propriamente dita. Nesta perspectiva, a segregação passa a ser tratada como um estado, uma configuração, uma situação (institucionalizada ou não), suscetível de ser descrita, mensurada através, por exemplo, de índices.

Quando se considera os contextos sociais onde a distribuição dos grupos no espaço não se encontra legitimada nem na lei nem na tradição, torna-se difícil identificar e discernir as ações individuais ou coletivas que concorrem a produzir e sustentar a segregação. Em senso amplo, a segregação não se apresenta imediatamente como uma ação, cujos atores, agentes ou responsáveis seriam identificáveis à primeira vista, mas ao contrário, seria resultado da concomitância de diversas lógicas (estruturais, dos atores, do processo).

Nas sociedades onde prevalecem valores igualitários, o termo segregação é sempre cercado de conotações pejorativas, remetendo para um ideal de sociedade não-segregativa. Esse ideal, ou a norma que emerge desse ideal, depende do senso exato do qual se reveste o termo segregação nas diversas análises.

Desde o seu início, a sociologia está envolvida na história científica (e no debate a respeito) do conceito de divisão social e segregação, inclusive nos seus aspectos técnicos - que envolvem discussões transdisciplinares. Essa participação continua com ênfase em aspectos mais reflexivos, privilegiando um olhar crítico sobre os usos do termo e as implicações teóricas e metodológicas; e uma análise sociológica dos diversos usos sociais.

Os historiadores têm mostrado que, segundo os contextos socio-históricos, ou é a excessiva proximidade espacial ou o seu contrário, a segregação, que é temida pelas classes dominantes. Qual seria, então, o “mix” aceitável? (Maiores informações ver a respeito três trabalhos de suma importância para essa discussão, a saber, Chamberedon, Lemaire¹⁶, Massey¹⁷ e Caldeira¹⁸).

Volta-se então às velhas/novas perguntas: por que as classes trabalhadoras são consideradas perigosas? Por que os pobres são considerados

perigosos? Pelas características de seu lugar de moradia? Como as imagens e representações do outro atuam na formação dessas noções?

Segundo Park¹⁹, ***as relações humanas podem sempre ser analisadas com maior ou menor exatidão, em termos de distância***. Pode-se deduzir dessa afirmação que a distribuição dos indivíduos e dos grupos no espaço físico é sempre um bom indicador dessas distâncias? Parece ser essa, grosso modo, a lógica subjacente aos índices de dissimilaridade, de segregação, etc., que foram criados e desenvolvidos pela geração de pesquisadores de Chicago. A proximidade física não é garantia de proximidade social, pois o espaço não é o único obstáculo à comunicação e a distância social não é sempre mensurável de forma adequada em termos puramente físicos.

Independente das expressões físicas, a distância propriamente 'social' pode ser objeto de medidas e não apenas de especulações teóricas e observações etnográficas?

Uma tentativa célebre para esse tipo de avaliação foi feita pelo psico-sociólogo, Bogardus²⁰ ("Bogardus Social Distance Scale"), a partir de uma escala de atitudes que visa apreciar o grau de aceitação ou rejeição (como esposa/marido; como amigo; como vizinho, etc.) de pessoas pertencendo a outro grupo social, cultural ou étnico diferente do entrevistado. Note-se que a aceitação, ou rejeição, como vizinho estabelece um nível preciso de tolerância.

Não é possível a vida social sem um mínimo de especialização de tarefas. A diferenciação social é um fato atestado universalmente. Ela não contém, necessariamente, o fermento de uma segregação. Tudo depende dos princípios que legitimam a ordem social. A diferenciação social pode mesmo ser integradora se consideramos, por exemplo, o conceito de solidariedade de Durkheim ou de relação social entre classes, segundo Marx, mas que, apesar de conflituosa, ainda assim não deixa de ser uma relação.

A importância de novas informações e níveis de decupagem

Desde a elaboração da Carta de Ottawa em 1986 (documento, se não fundador, considerado legitimador e **sistematizador** dos princípios que orientavam o campo, na época, ainda em formação), a promoção da saúde vem se consolidando, a despeito de todas as dificuldades e até mesmo da imprecisão e banalização dos usos e práticas em torno do conceito, como um dos cam-

pos mais promissores e, talvez, de maior destaque nos últimos anos na saúde pública.

Não por acaso, propagam-se - além do aumento de investigações e pesquisas - políticas, programas e projetos que têm a promoção da saúde como objeto e eixo delineador. Atualmente, só para citar como exemplo, 14% dos grupos de pesquisas da área saúde registrados no CNPq estão envolvidos de alguma forma com a promoção da saúde. O que não é pouco, levando-se em consideração a amplitude das temáticas relacionadas à saúde.

De certa forma, o campo da promoção da saúde agrupou, mesmo que não harmoniosamente, uma diversidade de demandas e anseios de segmentos variados frente aos desafios que se colocavam ao setor saúde, reunindo como vocação um conjunto de reflexões e práticas que, entre outras coisas, reconhecem:

- a) A insuficiência do modelo biomédico tradicional de conceber o processo saúde-doença;
- b) A complexidade e a intrincada trama de inter-relações tecida pelos inúmeros determinantes da saúde e da qualidade de vida, bem como a dimensão social e coletiva que permeiam estes fatores;
- c) A necessidade, portanto, de ações e políticas intersetoriais e interdisciplinares - e não apenas as do setor da saúde, especificamente;
- d) A imprescindibilidade da educação e difusão de conhecimentos na construção da autonomia dos indivíduos, assim como a importância da participação e mobilização social no processo de fortalecimento do exercício da cidadania e, conseqüentemente, nos foros de decisão, formulação, implantação e avaliação de ações e políticas; e
- e) A equidade como princípio ético e norteador das estratégias de redução das desigualdades sociais e, por conseguinte, em saúde.

Diante deste panorama amplo e plural, o escopo teórico-prático-político da promoção da saúde, ao abordar a relação entre saúde e condições sociais - que visa identificar, compreender e intervir sobre determinantes sociais da saúde - acaba por colocar, em maior ou menor grau, a questão da espacialização da saúde. Afinal, a produção social da saúde se insere nas cidades, nos bairros, nas relações e unidades de vizinhança - em "ambientes" ou "comunidades" - que constituem espaços sociais e físicos onde as pessoas vivem, participam e "constroem" a sociedade ou, em outras palavras, onde a sociedade se "realiza".

Conforme já foi assinalado anteriormente nesse artigo, o reconhecimento da complexidade

não é *a priori* suficiente para propiciar um conhecimento mais sofisticado e fino da chamada realidade social. Um bom exemplo disso, ao ver dos autores, é quando se traz para a análise as desigualdades de origem social, a problemática conceitualização de segregação, a promoção da saúde e o intrincado problema da pobreza urbana, senão vejamos o problema em largos traços: a pobreza urbana não se distribui de forma homogênea e uniforme no espaço intra-urbano, da mesma forma que também não se concentra em alguma área contígua definida; em outras palavras, a segregação social no espaço não é “perfeita”. Resulta daí que, nem todos os espaços identificados como sendo de baixa renda são ocupados apenas por pobres, nem tampouco todos os pobres ocupam áreas tidas como carentes. Aliás, assumir o espaço urbano enquanto produto social não significa que este seja reflexo direto e fiel da estrutura social ou da dimensão material da vida social.

Essas constatações imediatas para qualquer observador da metrópole, ao mesmo tempo em que refletem algumas das dificuldades clássicas para se definir, caracterizar e localizar a pobreza urbana apresenta, além do interesse acadêmico, questões não triviais ao nível da formulação de políticas públicas compensatórias.

Não é necessária longa incursão na literatura para se dar conta das formidáveis dificuldades de ordem conceitual, analíticas e metodológicas envolvidas em qualquer tentativa de definição, caracterização e identificação da chamada pobreza urbana, bem como dos efeitos, na estrutura social, da subsunção de diversas porções do território às dinâmicas do capital financeiro, havendo razoável consenso, entre os estudiosos do tema, da precariedade dos indicadores disponíveis. Tem-se presente aqui a já considerável literatura que anima esse debate^{21, 22, 23, 24, 25, 26, 27}.

Deve a pobreza urbana ser medida através da renda familiar ou individual? Em termos absolutos ou relativos? Ou talvez através de uma cesta de consumo sujeita aos caprichos das diferenças culturais e/ou regionais? Ou ainda, de modo mais particular, com base nos requisitos de consumo calórico ou protéico para a sobrevivência, ou quem sabe por meio de um indicador genérico de adequação energética? Ou, alternativamente, pode-se pensar em níveis pré-estabelecidos (subjetivos?) para necessidades básicas não atendidas, de saúde, educação, saneamento, etc., cuja composição num único indicador também envolve certa arbitrariedade na ponderação e na própria mensuração.

Não se devem ignorar tampouco os problemas associados à variação temporal no poder aquisitivo do salário mínimo, de uso já consagrado na literatura, da mesma forma que os problemas relacionados à qualificação dos grupos populacionais, quando se leva em consideração o sexo e a cor. Essas considerações caracterizam a pobreza, antes de tudo, como uma síndrome multidimensional de carências diversas - de saúde, educação, habitação, saneamento, lazer, nutrição, etc. Essas ambigüidades, entretanto, implicam dificuldades práticas evidentes, como, por exemplo, a delimitação no tempo e no espaço, da população-alvo de alguma política setorial ou regional específica, isto porque essas carências não incidem cumulativamente sobre os mesmos grupos populacionais, conforme evidenciado na discussão sobre os métodos de medição da pobreza, seja através de linha de pobreza, seja como necessidades básicas não satisfeitas.

As questões apontadas acima, menos do que minimizar ou mesmo relativizar as manifestações da pobreza, indicam a enorme complexidade do fenômeno. Ao se considerarem como população alvo de programas e/ou políticas públicas todos os que enfrentam algum constrangimento na situação de, pelo menos um tipo de carência - seja no consumo individual, familiar ou coletivo - se atingiria, por exemplo, mais da metade da população brasileira. Se, no lugar de considerar o conjunto definido a partir da união de todos os subconjuntos de população com alguma carência, se optasse pelo atendimento prioritário daqueles identificados como pertencentes à interseção de todas essas carências, *i.e.*, os mais necessitados, o problema não seria em absoluto menos complicado, sendo remetido, por definição, tanto à constituição de um “pacote” de medidas, quanto à localização e delimitação geográfica dessa mesma população, ou ainda na definição de critérios de acesso que permitissem particularizar o grupo-alvo.

Conclusão

O desenvolvimento das políticas públicas se apóia, freqüentemente, na troca de experiências entre municipalidades, mas os pesquisadores devem também dar sua contribuição através de uma análise mais aprofundada das estruturas e práticas sociais nas quais intervêm tais políticas; dessa perspectiva, pode-se sugerir temas de pesquisas que ajudem a aperfeiçoar esse conhecimento:

1. Análise das estruturas da segregação socioespacial

Uma primeira dimensão seria o intercâmbio metodológico, seja pela utilização de diversos índices de segregação, que permitam sua avaliação agregada, seja pelas análises fatoriais e tipologias que permitam evidenciar os diferentes tipos de espaços sociais.

Uma segunda dimensão teórico-metodológica a ser explorada seria a da escolha e identificação das categorias descritivas das estruturas sociais utilizadas para analisar a segregação.

A terceira dimensão é, evidentemente, a reflexão comparativa sobre as estruturas socioespaciais geradas: perfil dos diferentes tipos de espaços sociais, grau de especialização e de mistura de alguns deles, distribuição das categorias entre os espaços, etc.

2. Comparação das estruturas sociais e das práticas de socialização nos bairros pobres

A primeira dimensão é aquela da análise das práticas sociais, com atenção particular aos 'efeitos de vizinhança' tão debatidos nas discussões internacionais: em que medida a concentração de categorias sociais pobres em determinados bairros, que podem ser consideradas como vítimas de processos de exclusão social, afeta o acesso ao sistema educativo e a eficácia do aprendizado, o acesso ao mercado de trabalho, a estruturação das práticas no domínio da saúde, da delinqüência, etc. Aqui há o concurso de uma dupla definição dos agregados residenciais: uma definição sociológica, por meio de análises da divisão social que permitam colocar em evidência os perfis sociais dos bairros populares - bairros antigos degradados, conjuntos habitacionais construídos pelo poder público, loteamentos periféricos, favelas e periferias populares; e uma definição institucional dos bairros, focalizando as políticas urbanas e sociais. Um aspecto importante desse tipo de abordagem seria o de estabelecer um paralelo entre as formas de situações 'multiétnicas' ou 'multiculturais' e de discriminações 'etnoraciais' que contribuam para a eventual especificidade desses bairros e de suas relações com os outros espaços urbanos.

A segunda dimensão é aquela da construção histórica dessas categorias de bairros, como emblema dos problemas sociais urbanos. Trata-se de compreender o modo, por exemplo, como as favelas são utilizadas no Rio e em São Paulo, como modo de definição da pobreza urbana, ao lado da caracterização de zonas urbanas sensíveis.

3. As classes médias e sua distribuição espacial

Em diversas metrópoles, as análises estatísticas da divisão social evidenciam a existência de um grupo de espaços 'médios' ou 'intermediários', caracterizados por uma especialização social muito fraca - logo, por uma grande 'mistura social' - e uma presença notável de categorias médias. Esses espaços pouco contrastados são pouco conhecidos e pouco estudados, já que a maioria das pesquisas se concentra nos espaços mais polarizados, bairros pobres e favelas, de um lado, belos bairros tradicionais ou novos, de outro. A análise comparativa deverá permitir caracterizar as particularidades desses tipos de espaços nas metrópoles, tanto em seu perfil social específico quanto em termos de sua localização em cada metrópole. Isso supõe, também, um esforço particular de caracterização sociológica das categorias sociais.

Nesses espaços médios, interessam particularmente as relações entre a mobilidade residencial e a mobilidade social; as condições de vida e práticas residenciais, particularmente no domínio da educação e da saúde; as relações sociais locais entre as diferentes categorias sociais que coabitam esses espaços, para analisar os efeitos sociais concretos das diferentes situações de 'mistura social'.

4. As políticas públicas e a regulação da segregação e das desigualdades urbanas

Se as causas da segregação e das desigualdades urbanas devem ser buscadas em grande parte nos processos de produção e circulação mercantil na cidade, as políticas públicas representam um papel igualmente importante, seja por aprofundá-las - distribuição desigual dos serviços e equipamentos públicos, por exemplo - seja por limitá-las ou combatê-las. Certas políticas explicitamente urbanas definem objetivos declarados nesse domínio enquanto outras têm efeitos anti-segregação de fato, mas outras influem, mesmo sem lixar objetivos claros (políticas sociais territorializadas, políticas de habitação popular, políticas de educação, etc.). Buscar comparar os modos de definição e de ação dessas políticas, bem como suas articulações nos processos de governança urbana, são de suma importância para uma compreensão mais aperfeiçoada da divisão social das cidades latino-americanas e a conseqüente escolha de novas políticas públicas de promoção da saúde.

Colaboradores

AL Najar e FF Peres participaram igualmente de todas as etapas da concepção e elaboração do presente artigo, sendo ambos autores principais do mesmo.

Referências

- Bulmer M. *The Chicago school of sociology: institutionalization, diversity, and the rise of sociological research*. Chicago: The University of Chicago Press; 1984.
- Roncayolo M. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard; 1997.
- Grafmeyer Y, Joseph I. *L'école de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Flammarion; 2004.
- Zaluar A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2004.
- Park R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho OG, organizador. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979. p.26-67.
- Simmel G. A metrópole e a vida mental. In: Velho OG, organizador. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979. p.11-25.
- Waizbort L. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34; 2000.
- Costa AM, Schwarcz LM. *1890 - 1914: no tempo das incertezas*. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.
- Simmel G. *Sociologia: estudos sobre las formas de socialización*. Madrid: Revista de Occidente; 1977.
- Wirth L. *The Ghetto*. New Brunswick and London: Transaction Publishers; 1998.
- Baudelaire C. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 1996.
- Wirth L. O urbanismo como modo de vida. In: Velho OG, organizador. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979. p.90-113.
- Burgess EW. Residential segregation in American cities. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 1928; CXXXX(229):105-115.
- Lipietz A. *La société en sablier: le partage du travail contre la déchirure sociale*. Paris: La Découverte; 1996.
- Grafmeyer Y. Regards sociologiques sur la ségrégation. In: Brun J, Rhein C, organizadores. *La ségrégation dans la ville: concepts et mesures*. Paris: Editions L'Harmattan; 1994. p.85-117.
- Chamboredon J-C, Lemaire M. Proximité sociale et distance spatiale: les grandes ensembles et leur peuplement. *Revue Française de Sociologie* 1970; XI(1):3-33.
- Massey DS, Denton NA. *American apartheid: segregation and the making of the underclass*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press; 2001.
- Caldeira TPR. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp; 2000.
- Park R. The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. In: Park R, Burgess E, Mckenzie R, editors. *The city*. Chicago: The University of Chicago Press; 1925. p.1-46.
- Bogardus ES. A Social Distance Scale. *Sociology and Social Research* 1933; 3:265-271.
- Smolka MO. *Dimensões intra-urbanas da pobreza: contribuição à especificação de políticas*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UF RJ(48); 1991.
- Tilly C. *Durable inequality*. Berkeley: University of California Press; 1998.
- Barros RP, Henriques R, Mendonça R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: Henriques R, organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; 2000. p.21-47.
- Henriques R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; 2000.
- Préteceille E, Valadares L. A desigualdade entre os pobres - favela, favelas. In: Henriques R, organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; 2000. p.459-485.
- Valladares LP. Favelas, mondialisation et fragmentation. In: Navez-Bouchanine F, organizador. *La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?* Paris: L'Harmattan; 2002. p.209-221.
- Valladares LP. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2005.

Artigo apresentado em 29/06/2006

Aprovado em 14/11/2006

Versão final apresentada em 24/11/2006

TERCEIRO ARTIGO

SIMMEL, SOCIABILIDADE E “JOGO” DE DISTÂNCIAS: CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DO LAZER

SIMMEL, SOCIABILIDADE E “JOGO” DE DISTÂNCIAS:

CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DO LAZER

Fabio de Faria Peres

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é identificar elementos presentes no pensamento social de Simmel (1858-1918) que podem nos ajudar a *fazer* pesquisas sociais no campo que se convencionou chamar de Estudos do Lazer. Mais especificamente, o foco deste artigo voltar-se-á para a noção de sociabilidade e de distância desenvolvida por Simmel. A intenção é apresentar alguns conceitos-chave da obra de Simmel, vistos aqui mais como ponto de partida que nos levam a novas questões e trajetórias de pesquisa do que propriamente como um receituário que deve ser rigorosamente seguido ou alcançado. Neste sentido, a elaboração do artigo se baseou na ideia de que a interlocução e o diálogo com a teoria social de Simmel podem oferecer ferramentas que nos auxiliam a enxergar as mudanças de tonalidades e as modulações da vida social.

Palavras-chave: Lazer, Simmel, Sociabilidade.

ABSTRACT

The main aim of this paper is to identify the elements in Simmel's (1858 – 1918) social thinking which can help us to do social researches in the field that is conventionally called leisure studies. This article will be focused more specifically on the notion of sociability and distance developed by Simmel. The intention is to introduce some key-concepts of Simmel's work, taken here more as a point of departure that leads us to new questions and researches trends than a prescription that has to be rigorously followed or reached. In this way, the elaboration of this paper was grounded on the idea that the interlocution and the dialogue with Simmel's social theory can offer tools to assist us in observing the changes of hues and the modulations of the social life.

Keywords: Leisure, Simmel, Sociability

INTRODUÇÃO

Após ler uma das obras de Simmel, Ferdinand Tönnies (1855-1936) escreveu a um amigo que “*The book is shrewd but it has the flavor of the metropolis*” (apud Coser, 1977, p. 194). A frase, escrita provavelmente entre as décadas de 1890 e 1910, anunciava, ainda que com tom crítico, a representação daquilo que anos mais tarde viria a se consolidar: a de que Simmel foi um observador por excelência da vida moderna e cosmopolita.

Baseados em sua experiência da Berlim “grande e moderna” (Waizbort, 2000), diversos escritos de Simmel abordaram, em menor e maior graus, práticas sociais relacionadas às vivências de diversão, espetáculo e entretenimento. O estilo de vida, a moda, a conversa, o coquetismo, as artes, entre tantos outros, podem ser interpretados enquanto temas que permitem aproximações possíveis com tais momentos e vivências.

Não deveria ser surpresa, portanto, o fato de que Simmel possa ter voltado sua atenção para a questão do lazer. Entretanto, a leitura de seus escritos tem mais a oferecer do que a produção de um inventário que busque identificar em quais estudos o objeto poderia ou não ser caracterizado como práticas de lazer. A nosso ver, a teoria social de Simmel traz uma potencialidade metodológica, nem sempre percebida, para o estudo desse fenômeno social presente nas sociedades contemporâneas.

É necessário destacar que o prestígio que Simmel possui – e que está associado à história das disciplinas que compõem as Ciências Sociais, com suas tradições, estilos e afiliações – não o coloca, em geral, no mesmo patamar que seus contemporâneos, como Weber e Durkheim, que, juntamente com Marx e outros autores, lançaram as bases da Sociologia moderna. As qualificações de “mundana”, “efêmera” e “ensaística” atribuídas a sua obra, bem como seu interesse por diversas áreas, como a Arte e a Filosofia, tendem a contar negativamente contra Simmel como categorias de acusação, fazendo-o perder importância frente aos demais pensadores que estavam preocupados em construir e legitimar as bases científicas do pensamento sociológico (Hamilton, 2002; Waizbort, 2000).

A recepção e a circulação do pensamento simmeliano – ainda que presentes na formação e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil “desde que elas se pretenderam ciência”, como aponta Waizbort (2007, p. 41) – ganharam novo, porém

gradual, ímpeto na Sociologia e, em especial, na Antropologia, na virada da década de 1980.

Os usos e as apropriações do pensamento social de Simmel no Brasil, por vezes “ocultas e ocultadas” e que lhe valeram a alcunha de pensador periférico quando comparado a outros autores que lançaram as bases da Sociologia moderna, adquiriram novos contornos a partir daquele momento: com um capítulo dedicado a Simmel na tese de livre-docência de Gabriel Cohn, na Universidade de São Paulo, em 1977 (posteriormente publicada em 1979, com o título *Crítica e Resignação. Fundamentos da Sociologia de Max Weber*), e a publicação da coletânea de textos de Simmel organizada por Evaristo Moraes Filho em 1983, inicia-se uma série de investigações empreendidas por Gilberto Velho, nas quais Simmel é referência norteadora e, sem dúvida, fundamental (Waizbort, 2007).

Neste cenário recente que se descortina, sobretudo, na Antropologia brasileira, os escritos de Simmel, que possuem como alicerce a sua própria experiência como cidadão e transeunte berlinense, bem como seu olhar matizado sobre a sociedade moderna, podem levar ao reconhecimento de uma possível dimensão “etnográfica” de sua obra (como já foi realizado, por exemplo, com João do Rio¹).

Mas qualificar Simmel como “etnógrafo” da experiência urbana e moderna ou até mesmo de algumas formas de lazer não apenas diz pouco sobre o modo de conceber o fazer sociológico de Simmel, como pode nos levar a correr o risco de desconsiderar a própria história da formação do campo das Ciências Sociais e as relações, os pontos de contato e a interseção entre as Ciências Sociais e o campo de Estudos do Lazer.

De todo modo, é indispensável considerar as mudanças que as Ciências Sociais sofreram, sobretudo, ao longo do século XX. As formulações em torno da definição do

¹Maiores informações, ver O'DONNELL, Julia. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

objeto – que no passado foram tão caras à busca de legitimidade científica – tornaram-se, por si sós, controversas. Não é para tanto: em Ciências Sociais, as questões relativas à construção do “objeto” correspondem *pari passu* a problemas que se referem à construção de “abordagens”, isto é, das formas pelas quais as Ciências Sociais pesquisam, analisam e interpretam o mundo social. Abordagens que, hoje em dia, são consideradas – mais do que o objeto em si – definidoras das Ciências Sociais.

Desta forma, ao não se definir pelo objeto, mas sim pelo *olhar* que dirige a vida social, as Ciências Sociais têm denotado uma disposição ao diálogo com perspectivas que pareciam, até um passado não tão longínquo, ter mais nada ou pouco a oferecer, e a partir daí lançarem uma nova luz sobre um determinado fenômeno estudado, como é o caso de Simmel.

Por certo, não são poucas as reservas e desconfianças em relação a um conjunto de disciplinas que insiste em não esquecer seus “clássicos” (Cohn, 2005). Afinal, “crise e dissenso” talvez sejam traços distintivos das Ciências Sociais, como aponta Aluizio Alves Filho (2005).

Mas o que poderia ser encarado como debilidade e fragilidade – dado o “dissenso” e a não uniformidade – é, na verdade, expressão da vitalidade e a possibilidade de as Ciências Sociais se reinventarem (Giddens, 1993, 2001). São ciências que estão condenadas, como Weber apontou, à “*eterna juventude*”, na medida em que se colocam novos problemas ao mesmo tempo que o modo de se interrogar o mundo sempre se renova (Cohn, 2001; Weber, 1979). O que de certa forma faz com que cientistas sociais tenham que lidar com teorias, abordagens e métodos divergentes e rivais que, embora possam estar em disputa, estimulam a formulação de novos problemas sociológicos que são fundamentais para o *ofício* em Ciências Sociais.

No caso da recepção e circulação da obra de Simmel no Brasil, se considerarmos os agentes e centros de transmissão e difusão – é possível perceber a reduzida quantidade de cientistas sociais brasileiros especialistas na obra de Simmel, a ausência de instituições que difundiram o pensamento simmeliano e a inexpressiva tradução de sua obra para o português (Waizbort, 2007) –, é compreensível a ausência de estudos no campo do lazer que dialoguem com relativa profundidade com sua obra.

É nesse sentido que tentarei buscar elementos presentes no pensamento social simmeliano que podem nos ajudar a *fazer* pesquisas sociais no campo que se convencionou chamar de Estudos do Lazer. Mais especificamente, minha atenção voltar-se-á para a noção de *sociabilidade* e de *distância* desenvolvidas por Simmel.

Escrever um artigo a respeito das contribuições do pensamento simmeliano aos Estudos do Lazer não é uma das tarefas mais fáceis, embora formidável. Ainda mais se considerarmos que Simmel é autor de 25 livros e mais de 300 ensaios, críticas e outros trabalhos (Frisby, 2002). A ideia, sem dúvida despretensiosa, é apresentar de maneira bastante sintética alguns conceitos-chave da obra de Simmel, vistos aqui mais como ponto de partida que nos levam a novas questões e trajetórias de pesquisa do que propriamente como um receituário que *deve* ser rigorosamente seguido ou alcançado.

Neste sentido, a utilização da obra de Simmel, sem dúvida, não deve ser vista como uma “*camisa-de-força de idéias desenvolvidas em outro lugar, há muito anos atrás, para explicar os fenômenos peculiares a este tempo e a este lugar*” (Becker, 1997, p. 12). Afinal, não há nada mais ilusório para aqueles que se iniciam nas Ciências Sociais ou com elas têm alguma proximidade do que acreditar que um autor ou uma teoria lhe dará todas as respostas procuradas em suas pesquisas.

A ideia central que norteia este artigo é de que a interlocução com a teoria social de Simmel pode nos ajudar a *olhar*, ou seja, pode oferecer ferramentas que nos auxiliem em nossa “aventura” em Ciências Sociais.

“QUESTÕES FUNDAMENTAIS”: APONTAMENTOS PARA A “AVENTURA”

Um dos elementos-chave para se compreender a obra simmeliana é o fato de o mundo de Simmel ser um mundo de relações; um mundo no qual tudo se liga, configurando constelações de relações (Waizbort, 2000). O mundo social pode ser considerado a partir de diversos ângulos e enfoques na medida em que envolve um encadeamento de ações que se relacionam. Cada manifestação da vida social sustenta uma outra ao mesmo tempo em que a define.

Embora a produção intelectual simmeliana se diferencie por uma plasticidade e uma mobilidade, conferindo-lhe a impropriedade de rotulá-lo (Waizbort, 2000), a sociologia de Simmel ou, como bem nos lembra Vandenberghe (2005), *as sociologias* de Simmel se caracterizam por um olhar relativista e, especialmente, relacional que se opõe à tentativa de encerramento ou fixação da existência e das manifestações do mundo. Como nos diz Waizbort, “*De relação em relação, o mundo de Simmel torna-se um mundo de relações. Tudo está em relação com tudo*” (2000, p. 87).

Justifica-se, pelo menos em parte, o interesse de Simmel – chamado por vezes de “*flâneur* sociológico”, de “compilador de pontos de vista” ou de “esquilo filosófico” – por temas tão inusitados, não convencionais e até mesmo inesperados: a gratidão, a aventura, a conversa, a porta, a fidelidade, a moda, a refeição, a mentira, a solidão, o segredo, entre muitos outros. Não é por acaso que Simmel não se enquadrava nos padrões universitários de seu tempo. O aparente, o trivial, o superficial, o singular e o fugaz se religam e se conectam com o excêntrico, com o profundo, com o todo e com o

essencial. Afinal, é possível “*descobrir em cada detalhe da vida o seu sentido global*”; “*ver no individual o universal*” (Simmel, 1987, p. 16).

Deve-se ter em vista que a sociedade, de acordo com Simmel, não é algo feito, acabado ou estático. Ao contrário, é um fluxo incessante de fazer-se, desfazer-se e refazer-se, cujos laços que “atam” os indivíduos são feitos, desfeitos e refeitos em uma contínua fluidez. O próprio conceito de *Vergesellschaftung* (em geral, traduzido para o português como sociação) significa um “*vir-a-ser da vida social*”, um processo sempre em via de se tornar, um fazer-se sociedade (Moraes, 1983; Simmel, 1950a², 1983a, 1983b).

Em síntese, Simmel concebe a sociedade (ou o social) como interação de indivíduos: ação recíproca que transforma uma “*simples soma de seres humanos em sociedade, sociedades*”. Em outras palavras, trata-se do processo pelo qual nos ligamos (estabelecemos relações, laços) e do qual somos membros (fazemos parte). Isso quer dizer que sempre que houver indivíduos se encontrando em reciprocidade de ação – seja ela permanente ou passageira, seja ela com, contra ou pelos outros –, pode-se falar em sociedade.

Nesse sentido, o “social”, no olhar perspicaz de Simmel, não é apenas composto por interações duradouras e estáveis, expressas em formas bem delimitadas como a família, o Estado, as classes etc. Há incontáveis modos de relação aparentemente insignificantes, mas que sustentam “mais que tudo”, em suas próprias palavras, a sociedade como a conhecemos. A gratidão – tema a que Simmel se dedicou em um dos seus ensaios célebres –, por exemplo, é ao mesmo tempo “fina” e densa ao ser concebida como um “tecer” de laço de reciprocidade que se passa despercebido, mas que é, na verdade, um importante alicerce social.

²Edição em português: SIMMEL, G. *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

É por meio desses incontáveis processos que a sociedade se torna “mais sociedade”, na medida em que são eles que asseguram a elasticidade e a viscosidade da vida social. Isso significa que “*os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros*” (Simmel, 2006, p. 17).

Esse *lançar-se* às ações (e reações) dos indivíduos como princípio analítico que remonta o colorido das relações, por assim dizer, entre a vida “microsociológica” e “macrossociológica”, fez com que Simmel fosse frequentemente acusado de psicologismo, o que falseia consideravelmente a riqueza de sua obra sempre atenta à mudança de tonalidade e às modulações da vida social. Como destaca Cohn:

Na passagem do sentimento íntimo individual à interação social está em jogo também uma mudança de tonalidade. Não há em Simmel qualquer reducionismo psicologista, por mais que ele conceba os conteúdos das interações como da ordem dos sentimentos e dos impulsos subjetivos. (A contrapartida disso é que também não há um formalismo avesso aos conteúdos.) A coloração significativa em que estão imersos os fatos da vida íntima não é da mesma ordem que aquela que infunde seu colorido próprio à vida social. O papel do analista é sempre o mesmo: estar atento às modulações (1998).

Influenciado pela filosofia kantiana, Simmel possui, então, uma maneira bastante peculiar de conceber a vida social. A sociologia pura ou formal, cujo enfoque se concentra nas formas de sociação, possui como alicerce metodológico uma modulação constante entre forma, conteúdo e interações sociais, na tarefa de analisar os elementos que estruturam a sociação, ou seja, o conjunto de interações entre indivíduos “com, para e contra os outros” que tornam a sociedade possível.

As formas de sociação – que, segundo Vandenberghe (2005), são nada menos do que seiscentas presentes na obra de Simmel – designam princípios de estruturação do social e configurações nas quais os indivíduos entram em ação recíproca; “janelas”

estáveis, ainda que provisórias, que, ao mesmo tempo que unificam e estruturam as interações sociais, auxiliam, elas mesmas, como jogo de forças opostas, o olhar dos fenômenos sociais. Deste modo, é possível diferenciar formas e conteúdos da existência social:

Em qualquer fenômeno social dado, conteúdos e formas sociais constituem uma realidade unitária. Uma forma social desligada de todo conteúdo não pode ter existência, do mesmo modo que a forma espacial não pode existir sem uma matéria da qual seja forma. Tais são justamente os elementos, inseparáveis na realidade, de cada ser e acontecer sociais: um interesse, um fim, um motivo e uma forma ou maneira de interação entre os indivíduos, pelo qual ou em cuja figura aquele conteúdo alcança a realidade social (Simmel, 1983a, p. 61).

A sociação é, portanto, constituída de conteúdos (interesses, motivos etc.) e é, ela própria, a forma que esse conteúdo assume. Deve-se ter em vista que o que Simmel designa como matéria ou conteúdo da sociação é *“tudo quanto exista nos indivíduos [...] – como instinto, interesse, fim, inclinação, estado ou movimento psíquico –, tudo enfim capaz de originar a ação sobre outros ou a recepção de suas influências”* (Simmel, 1983a, p. 60). É na base desses interesses, objetivos, inclinações etc. que as interações se estabelecem e se constituem. No entanto, esse conteúdo ou essa matéria – com a qual se “enche a vida” e que compõe a sociação – não chega ainda e em si mesma a ter natureza social (Simmel, 1950a, 1983a).

Esses impulsos, interesses, objetivos etc. só se tornam fatores de sociação (e, conseqüentemente, da sociedade) quando transformam a “coexistência” ou a “mera agregação” isolada dos indivíduos em determinadas formas de interação, ou seja, “formas de estar com o outro e de ser para o outro”, pelas quais e nas quais os indivíduos vão se vincular e influir uns sobre os outros. A sociação é, portanto, a maneira pela qual os indivíduos conseguem realizar seus interesses, suas inclinações,

seus objetivos etc.; é a maneira como esses conteúdos “alcançam” a realidade social (Simmel, 1950a, 1983a). São essas formas, realizadas de diversas maneiras, que estruturam as interações, as ações recíprocas entre indivíduos e grupos sociais.

Importa destacar que a distinção analítica empreendida por Simmel entre forma e conteúdo – que, sem dúvida, não se encontram separados e em estado puro na realidade social – serve para organizar e orientar a investigação. Ao se apoiar em uma perspectiva que consiste em separar de maneira abstrata forma e conteúdo da socialização e considerar a interação como fundamento sem o qual a sociedade não é sociedade, Simmel aponta para uma configuração (*i.e.*, uma formalização) do mundo social que se afasta da ideia de tentar dar conta de uma suposta realidade absoluta ou verdadeira.

Forma e conteúdo são, portanto, conceitos relativos, isto é, categorias do conhecimento utilizadas para aproximação e organização dos fenômenos sociais, de modo que algo que aparece, em uma determinada relação, como forma, em outra, pode ser descrita como conteúdo. A religiosidade como conteúdo, por exemplo, pode constituir tanto formas de socialização não religiosas como religiosas. Do mesmo modo, conjuntos de conteúdos diferentes podem se configurar em uma mesma forma de socialização, ao passo que conjuntos semelhantes de conteúdos podem dar lugar a formas de socialização distintas. O segredo do confessorário, do consultório e do bordel, por exemplo, não são da mesma ordem, mas assemelham-se enquanto formas de socialização, uma vez que envolvem os depositários do segredo em uma relação social particular, entre eles e também entre aqueles que o desconhecem (Frisby, 2002; Watier, 2005).

À Sociologia (pura ou formal) cabe, então, examinar as formas de socialização, segundo Simmel, o objeto específico e domínio próprio da Sociologia (Simmel, 1983b, 1983a, 1950a):

Um aglomerado de homens não constitui uma sociedade só porque exista em cada um deles em separado um conteúdo vital objetivamente determinado ou que o mova subjetivamente. Somente quando a vida desses conteúdos adquire a forma da influência recíproca, só quando se produz a ação uns sobre os outros [...] é que a nova coexistência social, ou também a sucessão no tempo, dos homens, se converte numa sociedade. Se, pois, deve haver uma ciência cujo objeto seja a sociedade, e nada mais, deve ela unicamente propor-se [*sic*] como fim de sua pesquisa estas interações, estas modalidades e formas de sociação (Simmel, 1983a, p. 61).

Contudo, em *Fundamental Problems of Sociology*, Simmel (1950a) ressaltará que, se as formas de sociação são as formas assumidas pelos interesses, impulsos, objetivos e fins (conteúdos ou matérias) – ou seja, uma determinação das formas pelos conteúdos –, essas, uma vez criadas, podem muito bem passar a determinar os conteúdos da vida, tendo em vista que se transformam, elas mesmas, em valores definitivos. Essa guinada, diz Simmel, talvez opere de modo mais abrangente nos numerosos fenômenos que consideramos, em seu conjunto, sob a categoria de jogo (*play*): “Essas formas [...] se tornam conteúdos independentes e estímulos dentro do próprio jogo, ou melhor, **como** jogo” (1950a, p. 42). É interessante perceber que o mesmo ocorre com o fenômeno da sociabilidade, tornando-se ela própria um valor, um fim em si mesma. Não é ao acaso que sociabilidade é denominada por Simmel *play form of sociation*:

Certamente, necessidades e interesses específicos fazem os homens se unir em reuniões econômicas, irmandades de sangue, comunidades religiosas, bandos de bandidos. Só que, para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da sociedade enquanto tal (1950a, p. 43).

Nesse sentido, seria possível pensar algumas práticas e vivências diárias como um *play form of sociation* por excelência. “Sair”, “jogar conversa fora”, “namorar”, “encontrar com os amigos” não têm outro fim senão o prazer de estar junto e de

“praticar” a própria sociação; prazer que figura em graus variados em muitos momentos em que pessoas se encontram como, por exemplo, para assistir a um filme, jogar futebol ou discutir o último *best-seller*.

DISTÂNCIA, DISTÂNCIAS

O fazer sociológico de Simmel, como destacamos anteriormente, possui um *modus faciendi* – isto é, um proceder metodológico – que envolve uma modulação constante entre as noções de forma, conteúdo e interação. De acordo com Simmel:

[...] as relações sociológicas são condicionadas de modo absolutamente dualista: a união, a harmonia, a cooperação (que valem, como tais, como forças socializadoras por excelência) devem estar atravessadas pela distância, pela concorrência, pela repulsão para dar lugar às configurações reais da sociedade; as vastas formas de organização, que constroem ou que parecem construir a sociedade, devem continuamente ser perturbadas, desequilibradas, corroídas por forças individualistas e irregulares, para obter, cedendo e resistindo, a vivacidade de sua reação e de seu desenvolvimento; as relações íntimas, que são regidas pela aproximação corporal e mental, perdem sua atração e mesmo seu conteúdo, na medida em que não incluem de maneira simultânea e alternada também a distância e a intermitência (1939, p. 338).

É a partir de um jogo dualista – de forças opostas, relacionadas e articuladas umas às outras – que Simmel consegue entrever as formas que estruturam as interações (Vandenberghe, 2005). Com efeito, pode-se dizer que Simmel – ainda que identificado como pensador antissistemático e pela diversidade da obra que ultrapassa fronteiras disciplinares – vê o mundo social através de um jogo tênue de contrastes e oposições que se transformam e ajudam a enxergar as interações³. O olhar social de Simmel está, de certa forma, voltado para a combinação simultânea de “aproximações” e

³De acordo com Vandenberghe (2005), Simmel lançará mão de um “princípio dualista da dialética sem síntese”, isto é, as contradições, em Simmel, não são ultrapassadas em uma síntese “superior”, em um movimento progressivo, no qual se superam as contradições entre tese e antítese.

“afastamentos” presente na sociedade moderna, para o “*jogo sutil das distinções entre o estar mais próximo ou mais longe*” (Cohn, 1998).

É, então, a partir dessa combinação de tendências opostas ou polaridades – por meio de um jogo de distâncias – que é possível compreender inúmeros ensaios a que Simmel se dedicou. Grupos restritos, ao mesmo tempo que unem seus membros, afastam-nos dos demais (Simmel, 1950c). A moda, como forma de socialização, é simultaneamente a tendência de se distinguir de certos grupos e de imitar outros e deles se aproximar (Simmel, 1988). O conflito tanto distancia grupos rivais como aproxima internamente os membros de cada grupo (Simmel, 1983c).

Em “O estrangeiro”, publicado pela primeira vez em 1908, Simmel o concebe como uma forma de socialização em que, nas relações sociais, há tanto de distância quanto de proximidade. Logo no primeiro parágrafo ele destaca:

Se viajar é a liberação de qualquer ponto definido no espaço, e é assim a oposição conceitual à fixação nesse ponto, a forma sociológica do “estrangeiro” apresenta, por assim dizer, a unificação dessas duas características. Todavia, este fenômeno também revela que as relações espaciais são, de uma lado, apenas a condição, e, de outro, o símbolo das relações humanas (Simmel, 1983d, p. 182).

O estrangeiro – envolto em interações entre membros de um grupo e aqueles que, vindos de fora, se instalam no interior do grupo – é um ser limiar, no qual convergem proximidade e distância, movimento e fixação. A sua posição diante do grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de que ele, vindo de fora, não pertence à formação original do grupo e dela não faz parte. Ao não partilhar inteiramente dos valores e da história do grupo, o estrangeiro está próximo (fisicamente) e distante (simbolicamente). Entretanto, mesmo estando distante geograficamente do seu antigo lar, pode estar próximo dos seus conterrâneos, sobretudo se tenta se manter fiel ao meio

social do qual é proveniente. O estrangeiro não é necessariamente o “indesejável”, o “marginal” ou o “excluído”, mas pode haver similaridades entre ele e os anfitriões no que se refere a situação social, categoria profissional ou até mesmo traços pessoais comuns.

Nesse sentido, Simmel contrasta as dimensões “espaciais” e “simbólicas” da vida social do estrangeiro ou, em outros termos, o “espaço geométrico” e o “espaço metafórico” (Ethington, 1997). Simmel distingue, assim, dois planos: um físico (que pode ser chamado, *grosso modo*, de “objetivo”) e outro simbólico (que, sob pena de se perder outras dimensões relacionadas, pode ser chamado de “subjetivo”).

A proximidade “física”, nesse sentido, não se traduziria necessariamente em proximidade “social. Robert Ezra Park, um dos pensadores centrais do que viria a ser chamado de Escola de Chicago, dizia – influenciado fortemente pela teoria social de Georg Simmel – que “*Em sociedade vivemos não apenas juntos, mas ao mesmo tempo vivemos separados, e as relações humanas sempre podem ser consideradas, com maior ou menor precisão, em termos de distância*” (1925a, p. 4).

Tanto Simmel como Park contrastavam, assim, essas duas dimensões da realidade: uma “espacial” e outra “simbólica”. Em outras palavras, apresentavam uma concepção não linear e não mecanicista da relação entre o “espaço geométrico objetivo” e o “espaço metafórico subjetivo”. Desta forma, ambos possuíam, ainda que cada um ao seu modo⁴, consciência de que a proximidade física, em si, não equivale necessariamente à proximidade social. O mesmo valendo para o inverso. O que significa que a distância física não poderia ser considerada, *a priori*, como um indicador satisfatório das relações sociais em uma sociedade – sobretudo moderna e urbana – em

⁴Deve-se destacar que, embora a influência intelectual de Simmel seja inegável, a teoria social de Park apresenta sensíveis diferenças em relação a seu predecessor alemão. A concepção de “regiões morais” (Park, 1925) – que se relacionam, mas não se interpenetram – é um exemplo emblemático de tais diferenças.

que os contatos e as interações, ao mesmo tempo, multiplicam-se e independem exclusivamente da proximidade física. A noção de distância encontra-se na tensão entre duas ordens de realidade – uma *simbólica* e outra *espacial* –, configurando-se em uma imbricada relação entre um fenômeno de distância (ou aproximação) social e uma separação física.

Esse dualismo também pode ser observado em outro ensaio, no qual Simmel manifesta as relações entre o meio urbano e suas respectivas implicações de “base psicológica” e na “geometria” da sociação. O clássico “A metrópole e a vida mental”⁵ (Simmel, 1979), publicado pela primeira vez em 1903, destaca as mudanças de sua época:

A base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na intensificação dos estímulos nervosos, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores. [...] Tais são as condições psicológicas que a metrópole cria. Com cada atravessar de rua, com o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica (1979, p. 12).

O aumento de círculos sociais, de contatos corriqueiros e inesperados, da fugacidade dos (des)encontros, da dissociação entre distâncias físicas e simbólicas, da intensificação dos estímulos sensoriais, da racionalização e da sucessão de imagens e informações acabaria por gerar condições/situações específicas de comportamento, sensibilidade e estilo de vida característicos da modernidade (Simmel, 1979, 1977).

A complexidade da vida social, associada ao processo de urbanização, ocasionaria, a um só tempo, o “afrouxamento” dos laços primários e dos círculos sociais mais imediatos (como os de parentesco ou comunidade, por exemplo) e o

⁵No original “Die Grossstädte und das Geistesleben”, também conhecido em português como “As grandes cidades e a vida do espírito”.

desenvolvimento de novas relações sociais, embora superficiais e até mesmo anônimas, mais amplas e plurais.

Os indivíduos, nesse contexto, não apenas optariam por construir, mas também seriam levados a estabelecer vínculos ao entrarem em contato, mesmo que provisoriamente e de forma não voluntária, com desconhecidos e pessoas que não fazem parte de seus círculos sociais e laços de conhecimento mais estáveis e permanentes. De certa forma, tais mudanças resultavam em uma diferenciação e individualização que “[...] *aflojan el lazo que nos une a los que están más inmediatos, pero en cambio crean vínculos nuevo – real o ideal – con los más alejados*” (Simmel, 1977, p. 745).

A sociedade e a cidade moderna estariam, portanto, relacionadas à pluralidade, à fragmentação e ao anonimato das experiências e das percepções na vida urbana. Tal percepção levou tanto Robert Park (1979), anos mais tarde, em 1915, a apontar que, “*antes, a cidade é um estado de espírito*”, como Wirth, em 1938, a indicar o urbanismo como um “*way of life*”, que explicita a ideia de que a cidade é caracterizada por uma cultura, uma experiência, um modo de vida “distinto dos agrupamentos humanos” (1979, p. 92).

Outro ensaio que evidencia esse, por assim dizer, “proceder” caracterizado pela combinação de tendências opostas ou polaridades é *A moda* (1988). Como já foi dito, Simmel vê o mundo social através de um jogo tênue de contrastes, dualismos e oposições que se transformam e ajudam a enxergar as interações sociais. Isto é, a vida social pode ser analisada, segundo Simmel, como “sínteses frágeis de tendências opostas”. A moda, então, é vista como “manifestação” de um dualismo que conjuga, ao mesmo tempo, a tendência à imitação e a tendência à distinção. Diz ele:

A moda é imitação de um modelo dado e proporciona assim a satisfação à necessidade de apoio social; conduz ao indivíduo o mesmo caminho pelo

qual todos transitam e facilita uma pauta geral que faz da conduta de cada um mero exemplo dela. Mas não menos satisfação dá à necessidade de distinguir-se, a tendência à diferenciação, a contrastar e destacar-se [...] Assim, a moda não é senão uma forma de vida peculiar, entre muitas, que se faz confluir em uma única atividade a tendência à igualação social como a tendência à diversidade e ao contraste individual (1988, p. 28).

Nesse sentido, a moda é uma forma de sociação (ou seja, um modo pelo qual as pessoas interagem) que alia a tendência a imitar à tendência a se distinguir. É, simultaneamente, a tendência de se distinguir de certos grupos e de imitar e se aproximar de outros. Reúne, segundo Simmel, em um só “comportamento” a tendência aristocrática da distinção e a tendência democrática da imitação. Com efeito, aproxima os pares – aqueles que compartilham gostos e posição na estrutura social – em um círculo, isolando-os inteiramente dos demais. Tem, por conseguinte, função análoga à moldura de um quadro (ideia também trabalhada em outra obra, chamada *A moldura. Um ensaio estético* (1998), publicada pela primeira vez em 1920).

Mas, se a “moda” pode ser considerada um fenômeno universal – presente em diversas épocas e/ou em sociedades diversas –, ela, na vida moderna, será marcada pela economia monetária e pela divisão social específicas da modernidade, tornando o processo de sucessão e pluralização da moda mais visível e acelerado. Longe de terem um caráter estritamente utilitário (e sim social), as modas se sucedem, se aceleram e se difundem com uma intensidade cada vez maior. Mas, ainda que na vida moderna exista uma “difusão” cada vez mais ampla da moda, essa “tendência” a se propagar ao mesmo tempo contraria e complementa a “essência” da moda: contraria porque, se a moda conseguisse se difundir completamente, perderia seu sentido e, por conseguinte, deixaria a sua condição de “moda”; complementar porque, se ela perdesse tendência de difusão, não se reinventaria constantemente, fazendo com que indivíduos e grupos sociais se aproximassem ou se distanciassem uns dos outros.

A “vocalção” cada vez maior da moda de se difundir nas sociedades modernas apenas corrobora com maior intensidade o dualismo que conjuga, ao mesmo tempo, a tendência à imitação e a tendência à distinção (Simmel, 1988; Vandenberghe, 2005):

A essência da moda consiste em que sempre é apenas uma parte do grupo que a exerce, enquanto que [*sic*] o conjunto se limita a estar em busca dela. Assim que tenha penetrado em todas as partes, isto é, quando no qual inicialmente faziam parte apenas alguns chega a ser realizado verdadeiramente por todos sem exceção [...] então perde a sua condição de moda. Cada avanço, por sua parte, a impulsiona ao seu fim, porque isso elimina precisamente o seu caráter diferenciador. Pertence, portanto, a esse tipo de fenômeno que visa intencionalmente a uma difusão sempre mais ampla, uma realização sempre mais completa, mas que iria se contradizer e se anular se conseguisse chegar a esse fim absoluto (Simmel, 1988, p. 35).

Em síntese, é a partir das nuances desenhadas por Simmel a respeito da noção de sociabilidade e de seu, por assim dizer, modo de proceder que envolve um “jogo de distâncias” que as práticas de lazer podem ser encaradas como fenômeno, ao mesmo tempo, articulador e engendrador de interações sociais que, de alguma forma, podem influenciar a configuração de arranjos coletivos.

O pensamento simmeliano abre a possibilidade de vislumbrar as práticas e as vivências de lazer como *forma de sociação* por assim dizer quase *trivial* e *insignificante*, que estrutura as interações entre indivíduos e grupos sociais, criando laços que, de alguma maneira, ajudam a tornar a “sociedade possível”.

De certa forma, o lazer pode ser caracterizado pelo “não lugar” em outros fenômenos e instituições da vida social, o que, *a priori*, não significa que esse momento, ainda que caracterizado pela dificuldade de se estabelecer limites precisos, não seja fundamental na construção de laços sociais e no desenho das formas da vida coletiva.

Além disso, Simmel nos permite perceber esses momentos não de forma maniqueísta e ingênua, na qual a ênfase se dá apenas no caráter harmonioso ou alienante do lazer, mas como uma síntese frágil de forças opostas, “dualista”, no sentido utilizado por Simmel. Isto é, o diálogo com Simmel abre a possibilidade de percebê-lo na interseção e no jogo entre indivíduo e sociedade, entre objetivo e subjetivo, entre distância e aproximação, entre consenso e conflito.

Deve-se ter em vista que o lazer é concebido, simultaneamente, como um tempo específico caracterizado pela ausência de um certo grau e gênero de obrigações sociais (como os deveres profissionais, familiares, religiosos, entre outras) e um tempo caracterizado pela busca do prazer e/ou da satisfação pessoal, distinguindo-se – enquanto práticas socioculturais – pela conjunção *sui generis* entre *tempo* (disponível) e *atitude* (busca pelo prazer), um de caráter mais social e objetivo, e outro de caráter mais individual e subjetivo (Melo & Alves, 2003; Dumazedier, 1999, 2001).

Como apontado anteriormente, as formas simmelianas não podem ser encontradas em estado perfeito ou puro. Neste sentido, se consideramos a possibilidade da existência de uma *forma de socição* lazer, esta deverá ser “concebida” como uma abstração que acentua determinadas características definidoras (não normativas) que não existem necessariamente na realidade. De maneira semelhante ao tipo ideal weberiano, deverá ser utilizada como um recurso que, não sendo uma hipótese em si, guia a elaboração de hipóteses; ao mesmo tempo que, não sendo uma exposição do real, facilita a exposição e a análise de seus componentes e de suas causalidades (Weber, 1979)⁶.

Desse ponto de vista, entre estas duas dimensões do lazer – *tempo* (disponível) e *atitude* (busca pelo prazer) – não há combinação, por assim dizer, perfeita ou absoluta.

⁶Aproximações metodológicas entre as formas simmelianas e os tipos ideais de Weber são apontadas por Watier (2005) e Vandenberghe (2005).

Ambas participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações. E é claro que, em estado puro, nem o tempo nem a atitude (e, por conseguinte, nem a combinação dos dois) possuem existência real fora do mundo das ideias. Mas também não há dúvida de que as duas dimensões nos ajudam a situar e a melhor ordenar o conhecimento da formação dos indivíduos e dos grupos sociais, e é precisamente por causa desse não engessamento do fenômeno social pelo “concreto” ou pelo “real” que o lazer pode assumir importância para a compreensão e o estudo da vida social.

Por outro lado, uma das possíveis contribuições de Simmel é nos alertar sobre aquilo que Magnani (2008) denominou “tentação da aldeia”, isto é, a tentação “de encarar o objeto de estudo [...] como uma unidade fechada e autocentrada” (p. 47), como uma totalidade destituída de vínculos, trocas e contatos com outras dimensões da vida coletiva, ou, como destaca Gilberto Velho (1999, p. 126): “O que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser exótico, mas, até certo ponto, *conhecido*” (grifos do autor).

Afinal, o indivíduo – como aponta Simmel – será concebido como um polo de tensões e relações, na medida em que se encontra como um ponto de interseção e combinação de diversos círculos sociais (*Kreise*). A multiplicidade de interações e interseções entre planos distintos da realidade não é, a partir desta perspectiva, externa ao indivíduo, mas constitutiva e qualificadora de sua identidade (Schutz, 1979).

Desta forma, a ideia de distância (e, portanto, de aproximação) pode ser encarada não apenas como categoria de análise – ou seja, como aquilo que deve ser observado –, mas como um aspecto central do próprio proceder do pesquisador diante das “sociedades complexas” e/ou do espaço urbano: convertendo-se, assim, em uma postura capaz de enfrentar os desafios do processo de estranhamento e de aproximação em relação ao objeto pesquisado nesses contextos.

Por certo, a questão da “distância” (e, por conseguinte, da relativização) como condição para a análise, sobretudo, antropológica já foi extensivamente debatida e até hoje garante a possibilidade de a disciplina se repensar. A postura de estranhamento (Velho, 1999, 1980), o “*anthropological blues*” (Da Matta, 1978), o “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) e “experiência-próxima” e “experiência-distante” (Geertz, 1997) são exemplos talvez mais significativos da pluralidade e, sem dúvida, vitalidade do debate em torno da questão.

Todavia, importa chamar atenção não apenas para a complexidade, mas também para as possíveis aproximações – e, em certo sentido, contribuições – que a noção de “distância” de Simmel possui com a análise e o olhar etnográfico.

Se considerarmos que “agora somos todos nativos”, como apontou Geertz (1997, p. 226), nós somos também todos “estrangeiros”, no sentido utilizado por Simmel (1983d), já que podemos estar próximos (fisicamente) e distantes (simbolicamente). A experiência etnográfica provoca, via de regra, “efeitos no pesquisador: ela o ‘afeta’ (Goldman, 2001); ‘transforma’ (Merleay-Ponty, 1984), produz-se ‘nele’ e, no limite, ‘converte’ (Peirano, 1995)” (Magnani, 2002, p. 49).

Com as devidas considerações, a figura do etnógrafo se aproxima e mesmo se confunde com a do “estrangeiro” descrito por Simmel. A concepção do estrangeiro como aquele que olha o mundo através de uma perspectiva distanciada é homóloga, isto é, possui correspondência com a perspectiva/condição antropológica. Afinal,

O estrangeiro [e, como estou tentando argumentar, também o antropólogo ao menos em sua expressão típico-ideal] não está submetido a componentes nem a tendências peculiares do grupo e, em consequência disso, aproxima-se com a atitude específica de “objetividade”. Mas objetividade não envolve simplesmente passividade e afastamento; **é uma estrutura particular composta de distância e proximidade, indiferença e envolvimento [...]** Objetividade não significa de maneira alguma não participação (que geralmente exclui tanto a interação subjetiva quanto objetiva), mas um tipo

específico e positivo de participação [...] ele é mais livre, prática e teoricamente; examina as condições com menos preconceito [grifos meus] (1983d, p. 184-185).

Logo, o estrangeiro/etnógrafo é um ser limiar, no qual concorrem proximidade e distância. Parafraseando Simmel (1983d, p. 188): não sabemos como designar a unidade peculiar de sua posição, além de dizer que se compõe de certas medidas de proximidade e distância. Embora certas quantidades delas caracterizem todas as relações, uma proporção especial e uma tensão recíproca produzem a relação formal particular com o “etnógrafo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, a intenção deste ensaio, como já apontado, não é defender uma possível transposição linear do pensamento simmeliano para vida social contemporânea ou para o proceder do pesquisador em Ciências Sociais. Seria um equívoco, do ponto de vista epistêmico, acreditar que empreender tal transposição fosse proveitoso ou até mesmo apropriado.

Particularmente, compartilho da ideia de Howard Becker (2007), de que a teoria é “um mal necessário” que ao mesmo tempo que nos ajuda a levar adiante a nossa pesquisa e trabalho científico tende a “sair do controle” ao fornecer molduras conceituais nas quais toda a vida social pode ser encaixada.

Assim pensando, a obra de Simmel, de forma alguma, pode ser vista como manual ou guia antropológico. Ela ilustra uma maneira de fazer ciência social vinculada a reflexões epistemológicas capazes de enxergar – sobretudo através de um jogo de

distâncias – as complexidades, as mudanças de tonalidades e as modulações da vida social⁷.

Longe de pretender utilizar a teoria simmeliana como explicação *a priori* da “realidade” social, o propósito de lançar mão do pensamento social de Simmel é porque ele pode nos ajudar – seguramente com ressalvas – a compreender e explicar melhor alguns fenômenos e formas da vida coletiva e do ofício do cientista social. Em outras palavras, ele nos ajuda a *olhar* a uma certa *distância* (termo tão caro às Ciências Sociais utilizado aqui, sem dúvida, não como sinônimo de neutralidade, mas em sua dimensão relativa).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

COSER, Lewis A. *Masters of sociological thought: ideas in historical and social context*. New York: Harcourt Brace Jovanivich, 1977.

COHN, Gabriel. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13 n. 38. São Paulo, Oct. 1998.

COHN, Gabriel. Apresentação. In: _____ (org.) *Sociologia: para ler os clássicos*. p. 7-14. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

COHN, Gabriel. Dos riscos que se corre nas ciências sociais. *Tempo social*, São Paulo, v. 13, n. 1, 2001, p. 39-47.

DAMATTA, Roberto . O Ofício de Etnólogo; ou, como ter Anthropological Blues. In: Edson Nunes. (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 23-35.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2001.

⁷Nesse sentido, a possível (e desejável) interface entre o *fazer* sociológico e o pensamento social de Simmel só será exequível na medida em que este seja capaz de contribuir para o alcance do objetivo almejado por uma eventual e futura pesquisa.

- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1999.
- ETHINGTON, P. J. The intellectual construction of “social distance”: toward a recovery of Georg Simmel's social geometry. *Cybergeo*, n. 30, 1997.
- FRISBY, D. *Georg Simmel*. London: Routledge, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e trélicas*. São Paulo: UNESP Editora, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *Sociology*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- HAMILTON, Peter. Editor's Foreword. In: FRISBY, D. *Georg Simmel*. London: Routledge, 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49:11-29, 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____ & TORRES, L. L. (org.). *Na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 15-57.
- MELO, Victor Andrade de & ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.
- MORAES FILHO, E. *Georg Simmel*. Ática, São Paulo, 1983.
- O'DONNELL, Julia. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- PARK, R. The urban community as a spacial pattern and a moral order. In: BURGESS, E.W. *The Urban Community*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1925, p. 20-34.
- PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 26-67.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SIMMEL, G. *Sociologia. Estudos sobre las formas de socialización*. Madrid: Revista de Occidente, 1977.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 11-25.

- SIMMEL, G. O problema da sociologia. *In: MORAES FILHO, E. (org.). Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983a, p. 59-78.
- SIMMEL, G. Como as formas sociais se mantêm. *In: MORAES FILHO, E. (org.). Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983b, p. 46-58.
- SIMMEL, G. Conflito e estrutura de grupo. *In: MORAES FILHO, E. (org.). Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983c, p. 150-164.
- SIMMEL, G. O estrangeiro. *In: MORAES FILHO, E. (org.). Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983d, p. 182-188.
- SIMMEL, G. Fundamental Problems of Sociology (Individual and Society). *In: WOLFF, K.H.. The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950a, p. 3-86.
- SIMMEL, G. Faithfulness and gratitude. *In: WOLFF, K.H. The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950b, p. 379-395.
- SIMMEL, G. Quantitative Aspects of the Group. *In: WOLFF, K.H. The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950c, p. 87-180.
- SIMMEL, G. El secreto y la sociedad secreta. *In: SIMMEL, Georg. Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1939, p. 331-392.
- SIMMEL, G. *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SIMMEL, G. La moda. *In: _____ Sobre la aventura*. Barcelona: Península, 1988, p. 26-55.
- VANDENBERGHE, F. *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru: Edusc/ Belém: Edufpa, 2005.
- VELHO, Gilberto *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- VELHO, G. "O antropólogo pesquisando em sua sociedade: Sobre conhecimento e heresia." *In: Velho, G. (org.). O desafio da cidade. Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 13-20.
- WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- WAIZBORT, Leopoldo. Simmel no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, 2007, pp. 11-48.
- WATIER, Patrick. *Georg Simmel, sociólogo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

WEBER, Max. A objectividade do conhecimento nas ciências políticas e sociais. In: _____ . *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1979, p. 7-111.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979, p. 90-113.

QUARTO ARTIGO

A EXPERIÊNCIA DE “SER EU MESMO”: PRÁTICAS DE LAZER, JUVENTUDE E SOCIABILIDADE EM UM CONJUNTO DE FAVELAS CARIOCAS

**A EXPERIÊNCIA DE “SER EU MESMO”: PRÁTICAS DE LAZER, JUVENTUDE E
SOCIABILIDADE EM UM CONJUNTO DE FAVELAS CARIOCAS**

Fabio de Faria Peres

Alberto Lopes Najjar

RESUMO

Este artigo tem como foco os momentos e as práticas de lazer de jovens moradores do conjunto de favelas de Manguinhos (Rio de Janeiro/Brasil). Trata-se de uma etnografia, cujo objetivo principal foi compreender o papel que as vivências de lazer desempenham na construção dos grupos sociais e da percepção da individualidade dos jovens pesquisados. A intenção foi observar as nuances e tonalidades configuradas pelas interações e os pontos de mediação entre os jovens de Manguinhos, de maneira a entrever os circuitos e as redes de sociabilidade, de trocas e de conflitos que entremeiam as vivências de lazer. Isto é, “ver de perto” a maneira como o lazer é experimentado, vivido e transformado, através dos laços de participação desses atores.

Palavras-chave: Lazer, Juventude, Sociabilidade, Grupos Sociais, Individualidade.

ABSTRACT

This paper is focused on the leisure moments and practices of the young dwellers from the settlement of slums of Manguinhos (Rio de Janeiro/Brazil). It is an ethnography, of which the main aim was to comprehend the role that the leisure experiences play in the building of the social groups and in the examined youth's sense of individuality. The intention was to observe the nuances and hues shaped by the interactions and mediation points among the youth of Manguinhos, so as to glimpse circuits and sociability nets, exchanges and conflicts that interweave the leisure experiences. Namely, to “thoroughly see” the way how leisure is experienced, lived and transformed by means of the bonds in which these actors take part.

Keywords: Leisure, Youth, Sociability, Social Groups, Individuality.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o interesse sobre o tema juventude passou por mudanças consideráveis, não apenas na esfera acadêmica, mas no debate público brasileiro em geral. Além do aumento de investigações e pesquisas que têm a juventude como objeto, proliferaram iniciativas destinadas diretamente a estes grupos ou segmentos (Sposito & Corrochano, 2005).

Políticas públicas, educação, trabalho, violência, gênero, sexualidade e até mesmo religião são exemplos da diversidade de assuntos nos quais o tema juventude aparece como elemento central das reflexões de diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, psicologia, saúde pública, antropologia, educação, entre outros.

Neste sentido, podem-se perceber sensíveis diferenças, ao longo das últimas décadas, em torno da temática juventude e dos assuntos a ela associados. Afinal, como aponta Hermano Vianna, “*O conceito da juventude parece ter ‘colonizado’ todo espaço social*” (2003, p. 8).

Não por acaso este segmento da população vem sendo – sobretudo quando associado à temática violência – um dos principais alvos de discussão no campo das Ciências Sociais. Já na primeira metade da década de 1990, alguns estudos (Minayo, 1994; Minayo & Souza, 1993) alertavam para esse panorama, que posteriormente veio a se solidificar:

Tomando-se a causa específica de mortalidade em maior crescimento hoje no Brasil — os homicídios —, como preveni-los? Correndo o perigo de não ser exaustiva e abrangente, pode-se, pelos diagnósticos já existentes, determinar o principal grupo de risco: a população jovem, de baixa renda, baixa qualificação profissional e sem perspectivas no mercado de trabalho formal, vivendo nas Regiões Metropolitanas. São membros das camadas sociais em total exclusão [...]. A prevenção dos homicídios, portanto, passa por uma mudança mais profunda do estado e da sociedade, sobretudo por um processo de democratização política, social, econômica e cultural [...] (Minayo, 1994, p. 14).

Ao mesmo tempo, projetos sociais são cada vez mais comuns na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo voltados para jovens moradores de favelas e áreas consideradas de risco. Parte desses projetos – notadamente pelo público a que se destina – é identificada ou comumente denominada, ainda que de forma imprecisa, projetos de “lazer”, de “esporte” ou de “cultura”. Secretarias públicas, organizações não governamentais e

empresas tanto privadas como de economia mista elaboram, financiam e implementam – algumas vezes com grande visibilidade – experiências desse cunho, deixando entrever o espaço que a questão vem ocupando na agenda pública, bem como a existência de uma demanda crescente por iniciativas sociais desse tipo.

Em geral, tais projetos procuram se apresentar como alternativa para essa população, ampliando oportunidades e fortalecendo vínculos e redes sociais. Tal argumento se justifica, sobretudo, pelo aumento da violência na cidade do Rio de Janeiro, somada à situação de vulnerabilidade advinda da falta de oportunidades e de exclusão a que estes jovens estão supostamente submetidos (Gonçalves, 2003; Deccache-Maia, 1999; Zaluar, 1994).

Iniciativas desse cunho buscam conjugar – através de discursos que articulam habilitação funcional (formação para o trabalho/profissão e de capacidades técnicas) e habilitação social (promoção da cidadania, inclusão social e mudança de atitudes) – a ocupação do tempo destes jovens com a diminuição do “recrutamento” dos mesmos por atividades criminosas, sobretudo pelo tráfico de drogas (Peres, 2004, 2005).

Deste modo, pensar a juventude hoje, como categoria social, passa a ser não só uma tarefa desafiadora e instigante, mas necessária, principalmente quando deslocamos nosso olhar – sob uma nova perspectiva – para aspectos da vida social dos jovens que, em geral, não estamos acostumados.

Essa pesquisa surgiu a partir de uma série de contatos com jovens moradores do conjunto de favelas de Manguinhos. Nas situações de encontro e convívio com eles, começou-se a se desenhar uma percepção que, com decorrer do tempo, veio a se consolidar cada vez com linhas mais fortes: as diversas práticas desenvolvidas, no que se entende por tempo livre, são, entre outras dimensões da vida social, fundamentais na

construção e sustentação de redes de sociabilidade e de relações de troca e conflito desses jovens.

Para além das interações sociais, por assim dizer, duradouras e estáveis expressas em formas bem delimitadas nas instituições sociais, como a família, o Estado, a religião e a escola, por exemplo, as práticas e os momentos de lazer pareciam ser capazes de “tecer” laços de reciprocidade que, em geral passam despercebidos, mas se constituem em um importante aspecto da vida cotidiana e coletiva desses jovens. Na verdade, tais práticas figuravam envoltas e imbricadas nessas esferas sociais (Simmel, 1950a).

Sem dúvida, a privação (e as diversas causas e consequências relacionadas a ela, como as desigualdades sociais e a violência) pode ser um enfoque importante e necessário. Mas isso é tudo? Essa perspectiva esgota os sentidos e significados, do ponto de vista dos jovens, atribuídos a essas práticas?

Os primeiros contatos com esses jovens nos dava a sensação de que as práticas vivenciadas nesses momentos ofereciam as circunstâncias necessárias para a estruturação de numerosos vínculos que são – em maior ou menor grau – feitos e refeitos, assegurando uma densidade e elasticidade da vida social, para além unicamente das possíveis privações a que estes atores estão sujeitos.

Frente a esse panorama, essa pesquisa buscou compreender o papel do lazer – entendido como fenômeno capaz, ao mesmo tempo, de articular e engendrar sociabilidades – na construção de grupos sociais de jovens de Manguinhos.

Não se tratava de “comprovar” se o lazer era “realmente” a dimensão (mais do que outras) fundamental da vida social de Manguinhos, mas compreender a maneira pela qual aquilo que está sendo denominado lazer influi no modo de ser e de construir os grupos em que esses jovens estão ou não envolvidos.

A pergunta que, antes de mais nada, guiou a pesquisa se resumia, do ponto de vista etnográfico, a uma questão geral: “Como os laços e as associações são possíveis e delineados nessas práticas?”. Ou seja, o interesse recaiu mais sobre a tentativa de compreender os sentidos atribuídos ao lazer e às relações sociais que lhe davam suporte do que propriamente reivindicar uma possível primazia dessa esfera social em detrimento de outras.

Grosso modo, essa pesquisa está inserida em uma concepção de que, se os momentos de lazer são constituídos por processos sociais diversos, eles também constituem esses processos na medida em que lhes dão forma, no sentido empregado por Simmel (1950a, 1983a, 1983b).

Neste artigo, apresentamos uma etnografia sobre os momentos e as práticas de lazer de jovens moradores do conjunto de favelas de Manguinhos, localizado na cidade do Rio de Janeiro. O trabalho de campo foi desenvolvido em 2008 e contou com experiências e contatos estabelecidos, ainda que intermitentes, desde o ano de 2002.

O interesse central da escolha pela etnografia recaiu sobre a espécie de conhecimento acerca da realidade social proporcionada por esta abordagem. A aposta é de que não se devem desarticular questões relativas à “abordagem metodológica” das questões relativas ao “objeto”.

Deve-se ter em vista que a intenção foi observar as nuances e tonalidades configuradas pelas interações e os pontos de mediação entre os jovens de Manguinhos. Isto é, “ver de perto” a maneira como o lazer é experimentado, vivido e transformado, através dos laços de participação desses atores.

Assim, a variedade de ferramentas e técnicas de coleta de dados utilizadas (como a observação participante, entrevistas semiestruturadas, fontes audiovisuais, *chats*, *sites* de relacionamentos etc.) tornou-se imprescindível, na medida em que possibilitou uma

aproximação das perspectivas e dos significados que os atores atribuem à realidade e às suas ações.

Afinal, como nos lembra Gilberto Velho: “*É importante [...] verificar como os [...] indivíduos do universo investigado percebem e definem tais domínios para não cairmos na armadilha muito comum de impormos nossas classificações [...]*” (1999, p. 18).

*

E, tão perto materialmente de nós, no seu morro, essa criatura está há mais de trinta e três anos tão moralmente afastada de nós, tão separada de fato de nossa vida, como se recuada no espaço e no tempo, estivesse no século atrasado e no fundo da China ou da Austrália (Olavo Bilac, *Fora da Vida*, 1907).

Rio de Janeiro, 15 de março. Ao entrarmos na favela, após um lance de escadas, logo vimos um grupo de meninos, todos eles negros e magros. Descalços e sem camisa, corriam livremente – um atrás dos outros – em um chão de terra batida. Pareciam alheios a qualquer fato ou evento exterior que viesse atrapalhar suas brincadeiras. Apesar da visível pobreza e das baixas condições de vida, se divertiam com suas ingênuas meninices.

Um pouco mais adiante, via-se ali perto um pequeno bar com algumas pessoas, sentadas em semicírculo, tocando um samba. O bar era, na verdade, uma estrutura composta por diversos tapumes de madeira com uma abertura, da qual o dono, debruçado sobre ela, vendia diversos produtos. Em torno do bar, além dos “músicos”, se reunia um grande grupo de pessoas, entre elas diversos jovens, que naquele domingo ensolarado comiam e bebiam ao mesmo tempo que ajudavam na mudança de uma família recém-chegada à comunidade.

Ao caminharmos mais um pouco, depois de percorrermos algumas vielas que tortuosamente dão acesso a uma das áreas mais movimentadas da favela, pudemos perceber algo recorrente ao longo do caminho: as moradias eram compostas quase exclusivamente de barracos de madeira ou, em alguns casos, de alvenaria, na qual os tijolos, sem nenhum revestimento, exteriorizavam com vigor suas cores avermelhadas. Mais adiante, do alto, via-se o movimento dos carros, possivelmente voltando de uma das praias ou shoppings da cidade; cidade que parecia distante simbólica e materialmente da favela.

*

Episódios como esse, sem dúvida, encontram semelhanças – mesmo que parcialmente – com o imaginário que se construiu a respeito das favelas. Suas possíveis coerência e capacidade de verossimilhança repousam na referência a um conjunto de traços e características que pode passar despercebido, mas que está presente nas representações que fazemos delas, seja em relação ao território (espaço segregado e alheio à cidade, com ausência de organização e infraestrutura interna), às condições sociais (como local por excelência de concentração de pobreza), à composição étnica e racial (como espaço de convergência de negros), às interações sociais (caracterizadas por laços de cooperação e ajuda mútua em contraste à suposta sociabilidade impessoal presente na *urbe*) ou até em relação às manifestações culturais (*locus* da “genuína” cultura popular).

Por certo, tais imagens, mesmo que produzidas em diferentes momentos do passado – e que tenham adquirido novos contornos com a emergência do papel da violência na cidade –, ainda são capazes de orientar nosso olhar, atribuindo valores e significados a esses espaços que, em geral, identificamos como favelizados.

Seja como for, tal episódio se afasta da situação encontrada no conjunto de favelas, conhecido como Complexo de Manguinhos. Não que alguns desses traços ou dessas características não estivessem presentes (como efetivamente estavam), mas a partir de um contato mais próximo e frequente ao longo dos últimos anos passamos a ter a sensação de que algo estivesse fora do lugar.

Em certa medida, era difícil precisar em que tal caracterização não era totalmente adequada. Nossa impressão era de que tais referências – por certo, fundamentais e mesmo legítimas para compreensão e análise das dinâmicas internas da cidade no decorrer do século XX – não eram suficientes para dar conta do que víamos. Havia um confronto entre aquilo que esperávamos (ao elaborar a pesquisa) e aquilo que efetivamente encontramos no campo.

Afinal, Manguinhos reúne não apenas uma, mas um conjunto de favelas que – algumas mais do que outras – se diferenciam entre si. Mais do que isso: é possível distinguir em cada favela graus variados de diferenciação, afastando-se da possibilidade – sem prejuízos à análise – de serem caracterizadas por um padrão claro, delimitado e extensivamente amplo (seja em relação aos espaços, seja em relação aos indivíduos que os habitam).

Como parte dos estudos tem demonstrado¹ a respeito de espaços favelizados, Manguinhos também se afasta dos traços que tradicionalmente foram utilizados para caracterizar as favelas cariocas.

Localizada na zona norte do Rio de Janeiro, Manguinhos, sem dúvida, congrega situações de extrema pobreza, baixos índices sociais e precariedade de serviços

¹Maiores informações, ver Préteceille E., Valadares L. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: Henriques R., organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000, p. 459-485; Valladares, L.P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

públicos, mas, ao mesmo tempo, apresenta uma densidade social diferenciada e complexa.

Se em Manguinhos há meninos negros, descalços e sem camisa brincando, há também meninos e meninas, brancos, negros ou pardos, vestidos com roupas de *grife*, divertindo-se com algumas das inovações tecnológicas de nosso tempo. Seguramente, existem palafitas e barracos de madeira nos quais as pessoas vivem em condições desumanas, mas Manguinhos apresenta também casas já “consolidadas” com mais de um andar, com jardim, cozinha, banheiros, muros etc. Se há sinuosas vielas de terra, há, da mesma forma, ruas asfaltadas ou de paralelepípedo com carros estacionados nas calçadas.

Nas casas, nas ruas e nos bares escutam-se sambas, mas também diversos outros ritmos, como rock, música baiana, pop, MPB, pagodes, sertanejo e hip-hop (nacionais e internacionais, dos mais variados estilos). Do mesmo modo, se há interações sociais marcadamente caracterizadas por relações do tipo face a face e sentimentos de solidariedade, existem também interações cujos laços se baseiam na impessoalidade, na individualidade e em posturas utilitárias.

A situação encontrada em Manguinhos é, assim, mais plural, agrupando uma série de indivíduos, grupos, práticas e processos sociais que, via de regra, não se distribuem uniformemente sobre as favelas compõem Manguinhos. Apresenta, portanto, diversas implicações conceituais e desafios metodológicos.

Tendemos a imaginar, por exemplo, que o fato de as pessoas viverem próximas uma das outras, em espaços caracterizados como favelados, possa se traduzir em uma possível homogeneidade ou proximidade simbólica, na qual os indivíduos compartilham uniformemente valores e significados. Da mesma forma, tendemos a acreditar que as

peças vivem e participam univocamente, sem nuances, ambiguidades e escolhas, do mundo social em que estão inseridas.

Como antropólogos, sociólogos ou pesquisadores ligados de alguma forma às ciências humanas, muitas vezes representamos os indivíduos e as situações em que estes vivem – em parte por força de algumas estratégias metodológicas e em parte pelo desejo de que nosso argumento seja o mais convincente possível – por meio de esquemas explicativos causais e determinísticos (e não por meio de um conjunto simultâneo de “padrões” e “contingências” com pesos relativos e distintos).

Em outras palavras, desconsideramos a possibilidade de os indivíduos participarem de modo diferenciado da vida social, ao passo que atribuímos a processos, em geral mais amplos, a qualidade de variável explicativa das diversas situações empíricas, dando a impressão de um encadeamento coeso, generalizado e coerente da vida social e dos grupos estudados.

Isso pode parecer óbvio ou mesmo uma trivialidade. No entanto, quando elaboramos nossa pesquisa, corremos o risco de supor que no campo vamos *necessariamente* encontrar grupos bem delimitados e independentes. No caso de Manguinhos, ao iniciarmos essa pesquisa, acreditávamos que se identificaria claramente entre os jovens os grupos *funk*, capoeira, hip-hop, evangélico, grafite, entre outros. Sem dúvida, diversos jovens participavam dessas e muitas outras atividades. Mas eles se percebiam pertencentes a um desses grupos especificamente? A que ponto se autorrepresentavam marcadamente como diferentes de outros?

De fato, alguns jovens com os quais mantivemos contato se identificavam como grupo (em geral, ligado a uma manifestação artístico-cultural). Mas após alguns meses percebemos que eram minoria. E os *outros* jovens que víamos no dia a dia e

constituíam a maioria dos jovens de Manguinhos? O que eles faziam? Onde? Por quê? E como faziam?

Na verdade, nos vimos diante de um dilema: deveríamos nos dedicar a esses grupos aparentemente coesos e bem delimitados (que inclusive são denominados “tribos”, em alguns casos) e a suas relações de conflito e aliança com outros, supostamente também coesos e bem delimitados? Isso certamente parecia, a nosso ver, uma tarefa mais fácil naquele momento. Afinal, o que havíamos imaginado no começo da pesquisa iria se adequar perfeitamente a tal estratégia, tudo se encaixando exatamente como planejado. Ou, de outra forma, deveríamos voltar nossos olhares para os outros jovens que, em geral, estão fora da visibilidade social e acadêmica (ora por esta focar primordialmente as manifestações em si, ora por dar ênfase aos grupos “específicos” ou “genuínos” envolvidos em tais manifestações)?

A decisão não era tão simples. Se, por um lado, desde o final da década de 1980, a temática juventude e o tempo livre (associado a ela) adquiriram maior visibilidade juntamente com o tema violência, na medida em que os próprios jovens passaram a se organizar a partir de produções artístico-culturais, como *rap*, danças folclóricas, grafite, *funk*, hip-hop etc.

Afinal, pesquisas, teses e dissertações haviam sido produzidas a partir dessa perspectiva, estabelecendo-se como enfoque tradicionalmente aceito e consolidado nas Ciências Sociais. Por outro lado, sem ignorar a contribuição desses estudos, há, no entanto, uma numerosa variedade de práticas de lazer que não são visíveis a esse recorte.

Com o tempo, percebemos que isso era um falso dilema (ou, mais precisamente, um dilema que deveria ser relativizado). Como apontamos anteriormente, alguns grupos efetivamente eram melhor identificados no universo social de Manguinhos.

No entanto, ao se fundamentar apenas nesses grupos (embora importantes para a pesquisa), corria-se o risco de uma “tentação à tipificação” e, por conseguinte, de ficarmos cegos a uma série de fenômenos, eventos e nuances que não estavam previstos. Em outras palavras, focar o estudo nesses grupos poderia nos levar a ter uma visão parcial ou observar unicamente o que antecipadamente esperávamos ou gostaríamos de encontrar no campo, em vez de tentar construir esquemas analíticos capazes dar conta do que de fato encontramos.

A questão é que, quando utilizamos as expressões “os capoeiristas”, “os frequentadores de *lan house*”, “os evangélicos”, “os funkeiros”, tem-se – além de uma perspectiva globalizante e monocromática imune às diferenças – a impressão de que os indivíduos envolvidos em tais práticas sociais são exclusivamente capoeiristas, frequentadores de *lan house*, evangélicos e funkeiros (sendo que o mesmo se aplica a nós mesmos, pesquisadores).

Mas bastou-nos acompanhar de perto alguns jovens de Manguinhos para observarmos que no decorrer de um dia (e depois ao longo das semanas e dos meses que se passaram) esses jovens transitam por planos culturais e círculos sociais diferenciados, não se fixando em um único grupo de pertencimento ou identitário.

São estudantes, mas alguns também frequentam a igreja, a *lan house*, a capoeira em uma ONG, ajudam em algumas tarefas domésticas etc. Ou seja, a partir de uma margem de manobra e dos condicionantes sociais que a limitam, os jovens pesquisados – incluindo grande parte daqueles que estão ligados a grupos mais fechados – participam diferenciadamente de mundos sociais e universos de discurso distintos que interferem, se justapõem e mesmo se opõem uns sobre outros.

Mesmo os comportamentos comumente identificados com algumas dessas práticas devem ser relativizados. Agressividade, consumo, sexualidade, religiosidade,

por exemplo, servem em muitos casos como uma espécie de guarda-chuva que predefine e limita nossa visão, evitando as condutas e atitudes, por assim dizer, perturbadoras (por não se conseguir dar conta delas). Esquece-se que as pessoas são agressivas, consumidoras, *sexies* ou religiosas em algumas situações, mas não em outras.

É um equívoco, pelo menos na nossa perspectiva, pensar que elas são absolutamente uma coisa ou outra. Em busca de uma suposta coerência, é estabelecido um único eixo capaz de reger e explicar toda a vida social daquele grupo. Em determinadas situações em Manguinhos, um mesmo jovem, como pudemos observar, é agressivo e *sexy*, por exemplo, ao praticar capoeira na presença de meninas. Como nos aponta Barth (2000, p. 120):

Não afirmo que o que é dito e feito não siga padrão algum; apenas que devemos esperar uma multiplicidade de padrões parciais que interferem uns sobre os outros, e se estabelecem em diferentes graus nas diferentes localidades e nos diferentes campos.

Neste sentido, um dos pontos-chave da nossa proposta é – em vez de recortar o objeto de estudo a partir das práticas que promovem identidades coletivas e que produzem formas de expressão artístico-cultural ou política, como é o caso de parte dos estudos sobre as práticas e vivências de lazer de jovens de “periferia” ou de “comunidade” – optar por enxergar tais práticas, não sob a premissa da carência, da ameaça ou da alienação, mas sob o prisma dos sentidos e significados que os jovens de Manguinhos atribuem a essas vivências.

Essa opção abre a possibilidade de não apenas visualizar outras práticas de lazer, mas também de entrever “outros” jovens que não necessariamente são aqueles inseridos em grupos identitários bem delimitados. Deve-se ter em vista, nesse sentido, que a

categoria jovem foi abordada mais como ponto de partida empírico do que como categoria explicativa *a priori*.

A justificativa dessa posição foi deixar – diante da multiplicidade do universo social encontrado em Manguinhos – uma abertura para a variedade de comportamentos, faixas etárias, práticas e origens sociais que a busca por uma delimitação prévia ou de um denominador comum poderia obliterar.

Após o início da pesquisa de campo, alguns sistemas de classificação foram surgindo (Chenu, 1997; Perec, 2003; Durkheim, Mauss, 2001). Havia práticas de lazer vividas, por exemplo, no interior da família e outras fora das relações familiares; algumas eram realizadas somente por meninos, mas outras apenas por meninas; do mesmo modo, existiam formas de lazer praticadas em casa e outras na rua, nos arredores, e outras não; havia atividades que eram realizadas em dias úteis, enquanto outras apenas nos finais de semana; além disso, também era possível perceber o compartilhamento de tais momentos com pessoas de outras gerações, já em outros não.

Nesse sentido, podiam-se visualizar, enquanto estratégia metodológica, as interações sociais através de tais categorias que, no limite, sintetizam um sistema de oposições, ainda que com espaços de contato e justaposição: dentro/fora; com/sem; próximo/distante; junto/separado.

Mas ao longo da pesquisa um aspecto sucessivamente passou a nos chamar a atenção: a distinção e, ao mesmo tempo, proximidade entre as formas individuais e as formas coletivas de lazer. Não apenas os jovens com os quais estabelecemos e mantivemos contato evidenciavam as relações, ora de semelhança, ora de disparidade, entre as duas formas, como também tais relações eram marcadas pelas relações de gênero, de parentesco, entre gerações e de identidades locais.

Vejamos, então, como se apresenta a articulação entre essas duas formas de organizar os momentos de lazer e as suas relações com as diversas dimensões da vida desses jovens.

FORMAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE LAZER: SENDO “EU” MESMO

Às vezes, bom mesmo é ficar sozinha, sabe? Ficar à toa... sem ninguém para ficar te enchendo, sem ficar preocupada com a escola... com a minha mãe... nem com os outros... É uma hora só minha... Eu faço o que quiser... Mas também é uma hora que eu fico sabendo das coisas do mundo (Jennifer², 17 anos).

Tu acha que tem coisa melhor?... Te explico como a gente faz... Primeiro a gente combina tudo... Alguns querem ir para o pagode do Seu Almicar, outros querem ficar no bar... Depois da gente decidir a gente marca uma hora para se encontrar... Eu me preparo todo... Se já tiver marcado, eu passo a semana toda me preparando... Chegando lá a gente primeiro fica conversando com os amigos, bebendo um pouco... Para saber qualé e para mostrar que não tá de bobeira e tá com a galera. Depois a gente se arrisca com as mulheres (Washington, 16 anos).

Não são poucas as atividades que os jovens acompanhados ao longo da pesquisa relataram fazer sozinhos. Ouvir música, ver televisão, descansar, ler revista, brincar com jogos no celular ou no computador e fazer diversas brincadeiras inventadas por eles para “passar o tempo”. Em geral, tais atividades são vivenciadas dentro de casa, mas não totalmente. Indo ou voltando da escola, quando se está sozinho, também são momentos propícios para algumas dessas atividades.

Essas formas individuais de lazer são representadas por esses jovens como momentos de liberdade, nos quais o “eu” e os princípios da eleição e de escolha, em detrimento de um possível caráter compulsório, adquirem centralidade. São momentos nos quais cada um pode ser ele mesmo (sem interferências, sem negociações e sem

²Os informantes, assim como as pessoas citadas pelos mesmos, foram identificados por nomes fictícios.

laços de dependência). De tal modo que qualquer tentativa de controle, seja dos amigos ou dos pais, principalmente, é vista como obstáculo que, além de provocar uma série de conflitos, pode até mesmo impossibilitar a fruição desses momentos.

Isso não significava que nos momentos coletivos, quando comparados às formas individuais, a valorização do “nós” – sem dúvida, presente nessas formas de lazer – ocorria necessariamente em detrimento da individualidade. A representação que os grupos de jovens de Manguinhos faziam dos momentos coletivos de lazer era de que nas relações estabelecidas eles também poderiam ser “eles mesmos”. Como aponta um dos jovens: “Com eles, eu posso falar o que eu quiser, fazer o que eu quiser, podendo contar com eles para tudo”.

A busca era, portanto, por uma identidade ou proximidade do “eu” com o “nós”. Assim, as diferenciações e as gradações entre os grupos, namorados, “ficantes”, amigos e “conhecidos” pareciam ser regidas em parte por tal busca.

As expectativas imaginadas pelos jovens em suas relações eram frequentemente associadas à valorização da intimidade e da confiança, mas os “outros” tinham que se empenhar e negociar para conquistar a amizade deles. Esse empenho – do tipo “ela já fez muita coisa por mim” – é condição para a manutenção ou dissolução dos grupos e das amizades. Pouquíssimas vezes foi observada a posição inversa em que os jovens se viam como aqueles que se empenhavam – abrindo mão de uma “personalidade própria” – para “conquistar” uma amizade ou alguém em algum relacionamento “amoroso”.

Mesmo as situações do tipo “eu já fiz muita coisa por ele” são encaradas sob um ponto de vista, por assim dizer, “proativo”, no qual o outro é aquele que, então, deve se dedicar para a conquista da sua amizade. Até o empenho nas relações amorosas e sexuais possuíam limites para “eu não deixar de ser eu mesmo”. As relações são

negociadas, mas – segundo a autorrepresentação desses jovens – apresentam uma margem de negociação.

Qualquer possibilidade de interferência ou tentativa de mudança da representação da individualidade, sem que essa fosse conscientemente buscada por esses jovens, implicava um possível afastamento do grupo e, possivelmente, o fortalecimento de outras redes de relacionamento. Não é de se estranhar, portanto, certa despadronização e desencaixe entre as trajetórias individuais desses jovens e dos grupos aos quais eles pertencem ou pertenceram. Da mesma forma, não é de se admirar que, ao focarmos em cada um desses grupos, esses jovens tenham posições “fronteiriças” e “marginais” nos grupos (no sentido de estarem na margem e não no centro) pelos quais procuram transitar.

Nesse sentido, os jovens pesquisados participavam e transitavam, em maior ou menor grau, por grupos e atividades diferentes. Não havia, portanto, equivalência entre os grupos, ainda que pudessem se justapor e apresentassem uma certa estabilidade. Tais jovens, de certa forma, costuravam – dentro de suas margens de manobra – suas relações não apenas com um grupo, mas com grupos mais ou menos distintos entre si. Por certo, existiam aqueles que, do ponto de vista dos jovens, são “melhores” do que outros, isto é, aqueles com os quais há uma proximidade e identidade maior do “eu mesmo” com o “nós”.

Entretanto, isso não necessariamente implicava o estabelecimento de relações inteiramente harmoniosas. Ora mais, ora menos delineadas, relações conflituosas eram estabelecidas cotidianamente entre até mesmo aqueles considerados os mais próximos.

Assim, tais relações iam desde conflitos de menor importância até o rompimento de uma relação com alguém. De uma forma ou de outra, os conflitos ajudavam a definir e a fazer funcionar, ainda que temporariamente, a configuração das lealdades e

cumplicidades entre os jovens e os grupos. As possíveis identidades e a visualização de autopertencimento a um grupo operavam apenas em algumas situações e não eram à primeira vista identificáveis. Possuíam, portanto, um caráter situacional relevante.

Era por meio dos diversos conflitos (seja em função de um segredo ou uma fofoca que foi contata, seja em função de uma trapaça ou de uma disputa qualquer) que os jovens testavam e mapeavam as redes de amizade e dos grupos nos quais transitavam e com os quais podiam contar.

Nesse sentido, os conflitos, ainda que estivessem envoltos de sentimentos depreciativos ou negativos, geralmente não se apresentavam como um problema, em parte, em função da centralidade do “eu”. Ao mesmo tempo que os conflitos afrouxavam algumas relações, acabavam por fortalecer outras em que “você pode contar com os amigos de verdade”. Não era por acaso que diversos conflitos eram intencionalmente provocados para afastarem algumas pessoas e se aproximarem de outras.

De certa forma, os jovens pesquisados mostravam um gosto especial por tais conflitos, a nosso ver, por um duplo aspecto. Por um lado, como apontamos, as alianças eram trabalhadas (sendo feitas, desfeitas, fortalecidas ou enfraquecidas). Por outro, como consequência da construção dessas alianças, graus variados de competitividade e “drama” eram adicionados às relações, as quais adquiriam certo caráter extraordinário e eventual que, em certo sentido, mobilizava tais alianças em direção a um evento ou problema específico. Brigas, conquistas amorosas, convites para eventos, fatos engraçados, êxitos em algum esporte ou atividade artística, por exemplo, eram vistos – no presente, no passado ou no futuro – como elementos que concediam dramaticidade, emoção e imprevisibilidade à vida cotidiana.

Um dos jovens, chamado Jefferson, contou para os amigos que havia feito “tudo para pegar” uma menina e que tudo estava acertado (inclusive com trocas de mensagem por *MSN*). Entretanto, essa, por assim dizer, certeza era relativa. Afinal, a fala de que “tudo poderia acontecer” (termo utilizado por ele) era equivalente à constatação de que há inúmeros aspectos que estão fora de seu controle e que podem atrapalhar ou mesmo impedir que tudo corresse como planejado/idealizado. Era essa tensão entre o planejado/calculado e a possibilidade do imprevisto/inesperado compartilhada com os amigos que concedia certa dramaticidade às atividades.

No que se refere especificamente às vivências individuais de lazer, a questão era que, se na maior parte essas eram realizadas em casa, esses jovens, por sua vez, estavam mais sujeitos ao controle e às normas daqueles que habitavam a mesma residência, sem que isso necessariamente impedisse ou atrapalhasse essas atividades.

Assim, o grau de controle dos pais ou responsáveis podia variar, mesmo que esses jovens não percebessem. Por exemplo, alguns pais incentivavam tais atividades, na medida em que estimulavam a permanência dos jovens em casa ao mesmo tempo que evitavam que tivessem contato com “más companhias”. Afinal, essas pessoas (com as quais se deveria evitar qualquer tipo de convívio) não estavam distantes, em outras favelas ou em outro lugar, mas estavam “por todo lado, é só sair de casa”. Ainda que esses pais atribuíssem valor negativo ao “*não fazer nada*”, era preferível que os jovens ficassem em casa sozinhos do que na rua.

O medo do contato com “más companhias”, no entanto, se diferenciava entre os meninos e as meninas. As sanções em ambos os casos se relacionavam com a possibilidade de criação de laços com pessoas pertencentes ao que se convencionou chamar de “mundo do crime”. Mas, no caso das meninas, a noção de “más companhias”

adquiriria uma conotação mais ampla, referindo-se, de certa forma, a qualquer jovem, seja homem ou mulher, que pudesse ter tido contato com o sexo oposto.

No caso dos meninos, evitar “más companhias” significava essencialmente se afastar de contatos com outros jovens do sexo masculino, já no caso das meninas as “más companhias” se referiam aos meninos que desejavam estabelecer algum tipo de contato sexual, mas também às meninas qualificadas como “desclassificas”, “piranhas” e “vagabundas”, sugerindo que essas já tivessem iniciado sua vida sexual.

De toda forma, as tentativas de estimular práticas individuais de lazer e, portanto, de estabelecer algum tipo de controle – mesmo que parcial – se esvaíam gradualmente, ao que parece, com o aumento da idade desses jovens. Não porque os responsáveis não buscassem interferir. Ao contrário, quanto mais os jovens se tornavam independentes e multiplicavam suas redes de amizade, maior a preocupação em regular a vida social desses jovens.

As formas coletivas de lazer, por sua vez, pareciam abranger uma gama mais variada de atividades do que aquelas vivenciadas individualmente. Afinal, como me explicou um dos jovens, “tem muitas coisas que não dão para fazer sozinho”.

Entre elas, a conversa com amigos e “*os mais chegados*” apareceram como atividade que é exercida cotidianamente. As redes de relações “mais próximas” são mantidas e revigoradas por tais conversas, sobretudo na vizinhança, em projetos sociais ou através do *chat* do computador. Mas essas não ficavam restritas apenas a esses espaços e momentos cotidianos e corriqueiros; as conversas faziam parte também de momentos, por assim dizer, fora do comum, como festas, encontros e “saídas” em geral.

A importância que esses jovens atribuíam a tais conversas não é pouca: quase todos os relatos apontavam que elas eram uma das atividades preferidas.

Em certa medida, através dessas conversas eram formadas e compartilhadas as visões de mundo, as configurações das lealdades e mesmo as relações de cumplicidade entre amigos e possíveis namorados ou “ficantes”. Eram nessas conversas que se testavam e se colocavam em prática as estratégias de sedução, de liderança no interior dos grupos e de diferenciação entre os “amigos de verdade”, “para toda a vida”, daqueles que são apenas “conhecidos”.

Interessante perceber que a conversa figurava como um divertimento apenas quando inserida nas relações de amizade, e não nas relações com pais ou responsáveis. Irmãos ou primos somente participavam das conversas quando eram vistos antes como “amigos” do que propriamente familiares. Não que não houvesse atividades familiares de lazer, mas essas ficavam restritas, em geral, às atividades desenvolvidas dentro de casa, envolvendo desde ver novela e festas de aniversário até comemorações tradicionalmente familiares como Páscoa e Natal. Eram poucas as ocasiões em que as atividades em família se realizavam fora de casa, como a ida a um *shopping* ou festas de outros familiares.

Isso não significava que nas formas coletivas de lazer não houvesse contato entre diferentes gerações. Significava apenas que eram estipulados certos limites no que se refere aos pais ou responsáveis de uma maneira geral. A ida a um bar ou a um baile, por exemplo, envolvia uma quantidade expressiva de contatos entre pessoas de gerações diferentes. Em muitos casos, principalmente quando se tratava de tentativas de estabelecer relações entre pessoas do sexo oposto ou de se envolver em algum jogo de sedução, esses contatos eram bastante desejáveis, na perspectiva tanto dos meninos quanto das meninas.

Como foi apontado, à medida que houvesse um aumento da rede de relações dos jovens, aumentava-se também a preocupação dos pais ou responsáveis por

desconhecerem com quem ou o que esses jovens estavam fazendo. Desejavam e até estimulavam que os jovens ficassem preferencialmente dentro de casa.

A exceção era quando esses jovens participavam de programas ou projetos de cunho social, organizados por adultos e preferencialmente em espaços fechados. Os pais ou responsáveis acreditavam que tais iniciativas eram capazes de ajudar a mantê-los “na linha” tendo em vista que ocupavam o tempo e se contrapunham ao “não fazer nada” visto como tempo perigoso.

Sem dúvida, os jovens envolvidos com essas iniciativas demonstravam especial interesse nas atividades desenvolvidas, independente de essas apresentarem um grau de organização considerável (por exemplo, com horários e dias preestabelecidos) quando comparadas com formas mais espontâneas de lazer (conversar com os amigos na rua).

*

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA TIPOLOGIA DAS FORMAS DE LAZER

A partir da análise dos dados e das interpretações subsequentes, começamos a desenhar uma tipologia das formas de lazer dos jovens pesquisados que, mais do que antagonismos absolutos ou fundamentais, acentuava um caráter de continuidade e de relações imbricadas.

Por exemplo, as formas individuais de lazer são caracterizadas, como dissemos, por uma percepção acentuada do indivíduo (“eu”), que se percebe livre de qualquer aspecto compulsório e portador do controle total da atividade (ainda que os responsáveis, de uma maneira geral, regulassem e estimulassem tais atividades). Os conflitos são exteriores às atividades e, quando ocorrem, atrapalham e mesmo impossibilitam as atividades.

No caso das formas coletivas de lazer, a percepção da centralidade do indivíduo permanece, mas essa está inserida em um processo de possível identidade entre o indivíduo e o sentimento de pertencimento aos grupos (“nós”). A liberdade também é representada como absoluta, mas essa pode ser negociada “dentro de certos limites” e desde que não coloque a individualidade em risco. Essas relações entre os grupos e as individualidades conferem às atividades, dependendo do número de participantes, graus variados de conflito, drama, tensão e imprevisibilidade, fazendo parte e qualificando as próprias atividades enquanto tais.

Ao primeiro grupo atribuímos a denominação formas *ponderáveis* de lazer em função, sobretudo, do controle sobre as atividades. Ao segundo grupo chamamos de formas *imponderáveis* de lazer, especialmente pelo caráter de imprevisibilidade presente nas atividades, isto é, formas de lazer em que há elementos que não podem ser totalmente calculados, nem previstos, mas cujos efeitos podem ser decisivos e determinantes (na perspectiva dos jovens)³.

Nossa argumentação ao criarmos essas categorias de análise é que essas formas não representam uma oposição plena, mas uma unidade de relação na qual uma está em íntima interação com a outra.

Nesse sentido, em vez de defendermos *a priori* que os momentos de lazer e diversão são cada vez mais individualizados e privados – ou seja, são cada vez menos públicos e coletivos, sobretudo em função dos avanços tecnológicos e acesso a mídias até então não existentes –, os discursos no decorrer do trabalho de campo evidenciaram uma perspectiva diferente. Não havia uma tendência de os momentos individuais serem

³De certa forma, relaciona-se com a “busca da excitação” [a que Elias e Dunning (1992) se referem], mas não se resume a ela. Por exemplo, não se está fazendo nenhuma relação entre “controle social e autodomínio” e a “busca de excitação”, que, em outras palavras, retomam a tradicional tensão “sociológica” entre a ideia de coerção (determinação ou ordem) e a ideia de intenção (liberdade).

totalmente separados dos momentos vividos em grupos ou coletivamente, como se houvesse uma oposição entre eles.

Nossa interpretação é que esses “espaços” não poderiam ser observados separadamente e de forma dualística, e sim enquanto dimensões de uma mesma dualidade, cada um “dependendo” do outro.

Pode parecer trivial, mas isso muda diametralmente a maneira de analisar e observar esses momentos. Dessa forma, os momentos de diversão “individuais” sustentam e dão suporte aos momentos coletivos, ao mesmo tempo em que esses últimos parecem “informar” o que, de modo geral, será vivenciado individualmente nos momentos de lazer.

Diversos jovens apontaram, por exemplo, a “preparação” para as saídas e, especialmente, para encontros amorosos. O conhecimento prévio dessas atividades faz com que eles, em seus momentos individuais e também coletivos, se preparem para esses eventos de caráter mais extraordinário. Dependendo do que aconteça, há uma nova estruturação e preparação (análise do que fez certo ou do que fez errado) para os próximos encontros. A mesma coisa acontece com as novelas, os jornais etc., que servem para “ficar sabendo das coisas” para, posteriormente, “ter o que conversar com os amigos”.

As formas *ponderáveis-imponderáveis* de lazer estão relacionadas, em maior ou menor grau, à ideia de uma experiência que relaciona o comum, a cotidianidade com o extraordinário, o fabuloso, conectando o passado, o presente e o futuro. Envolvem um conjunto de atividades que vão desde a preparação à busca de emoção que, em muitos casos, é preparada aos poucos, passo a passo.

Por certo, essas categorias não pretendem se configurar em uma “camisa de força” de ideias ou interpretações, nem tampouco se referem às atividades em si, mas às

relações que se estabelecem e dão forma a essas atividades. Ouvir música, por exemplo, pode ser caracterizada tanto em uma categoria quanto em outra, dependendo da situação.

Em outras palavras, a ideia que norteou a elaboração dessas categorias é que elas podem nos ajudar a olhar alguns fenômenos sociais. Como destaca Magnani, “Se não se pode delimitar uma única ordem, isso não significa que não há nenhuma; há ordenamentos particularizados, setorizados; há ordenamentos, regularidades” (2002, p. 19).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

CHENU, Alain. La descriptibilité statistique des professions. *Sociétés Contemporaines* n. 26, p. 109-136, 1997.

DECCACHE-MAIA, E. Esporte e juventude no Borel. *Revista Estudos Históricos*. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, n. 23, p. 192-206, 1999.

DURKHEIM, E. & MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, M. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 399-455.

GONÇALVES, M.A.R. *A Vila Olímpica da verde-e-rosa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MINAYO, M. C. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cad. Saúde Pública* 10 (suppl.1), p. 7-18, 1994.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência para todos. *Cad. Saúde Pública*, vol. 9, n. 1, p. 65-78, 1993.

PERES, Fabio de Faria. *Lazer e cultura na agenda local: mobilização e ação coletiva em Mangueiras*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004.

PEREC, G. *Penser/classer*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

PRÉTECEILLE, E.; VALADARES, L. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: Henriques R., organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; 2000. p. 459-485.

SIMMEL, G. Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983b, p. 46-58.

SIMMEL, G. Fundamental Problems of Sociology (Individual and Society). In: WOLFF, K.H. *The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950a, p. 3-86.

SIMMEL, G. O problema da sociologia. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983a, p. 59-78.

SPOSITO M. P.; CORROCHANO M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*. v. 17, n. 2, p. 141-172, 2005.

VALLADARES, L. P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

VIANNA, Hermano. *Galerias Cariocas. Territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Editora da UNICAMP/Escuta, 1994.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever uma tese a respeito das práticas e vivências de lazer de jovens moradores de um conjunto de favelas cariocas em formato de artigos está longe de ser uma tarefa fácil. Implica, pelo menos, lidar com um duplo e inter-relacionado conjunto de questões.

Primeiro, porque o lugar consagrado e mesmo paradigmático do “trabalho de campo” (Giumbelli, 2002) está, via de regra, associado à prática descritiva detalhada e extensa: “A ordenação de um imenso número de detalhes culturais sumamente específicos” através da qual se busca uma pretensa “aparência de verdade” (Geertz, 2002). O trabalho descritivo se situa no plano dos “artifícios” da escrita etnográfica capaz de transmitir ao leitor a sensação de que realmente o pesquisador “esteve lá” em contato estreito com os “outros” (*op. cit.*).

A opção pelo formato de artigos, neste sentido, implica abrir mão das vantagens que a descrição pormenorizada ajuda a elucidar. Significa levar ao limite o que Malinowski (1978) chamou de “enorme distância” entre o “material informativo bruto” e a apresentação dos resultados.

Segundo, porque – por isso mesmo – envolve difíceis e, sem dúvida, inquietantes escolhas. Eleger “o que” escrever neste, por assim dizer, desenho tem como consequência a renúncia, mais do que no formato tradicional, de uma série de acontecimentos, eventos e temas (por certo, não menos interessantes) e de um conjunto de abordagens e autores que podem nos ajudar a compreendê-los. Conduzem o autor a classificar – e, portanto, a distinguir e hierarquizar (Durkheim, Mauss, 2001) – o “mundo vasto” encontrado no campo.

O formato da tese traz *per se* um esforço de síntese e de seleção que, de um ou de outro modo, deixa abertas algumas brechas e lacunas (nem sempre esperadas), cuja

busca por “contorná-las” estaria muito além dos limites impostos pelo número de páginas dos artigos. Neste sentido, este capítulo busca dar conta de algumas dessas lacunas. Seguramente, não se trata de apresentar uma “nova e longa” tese em forma de “considerações finais”, mas sim de aprofundar e sistematizar algumas questões apresentadas anteriormente.

*

De certa forma, esta tese aponta para o processo de diferenciação social e de individualização que se configura nas práticas e vivências de lazer dos jovens pesquisados.

Diversas análises têm dado ênfase à complexidade social presente nos espaços favelizados (e/ou periféricos), sem que isso configure desconhecer que eles continuam marcados por inúmeras precariedades (Préteceille, Valadares, 2000; Valadares, 2005; Frúgoli, 2005; Enne, 2002; Cavalcanti, 2007; Magnani, 1998). O acento no caráter múltiplo e plural desses espaços – que não se limita apenas a diferenças entre eles, mas no interior de cada um deles – está presente em parte da literatura, sobretudo quando associada ao debate sobre pobreza, como foi apontado no artigo “A divisão social da cidade e a promoção da saúde”.

Não é, portanto, uma originalidade reafirmar que é mais apropriado utilizar o plural – e não o singular – para designar tais espaços. A possível contribuição desta tese está em não apenas perceber esse quadro mais heterogêneo nas práticas sociais desses jovens, no qual é possível identificar o alargamento de interesses e práticas individuais e coletivas de lazer, mas também em buscar compreender como este quadro expressa e implica formas de autorrepresentação e de pertencimento em arranjos coletivos.

Há uma relação, em tal sentido, entre a participação e experiência destes jovens neste quadro cultural e social mais heterogêneo – em “múltiplos mundos sociais e níveis de realidade” (Velho, 2001, p. 20) – e a construção da individualidade e da subjetividade dos mesmos. Ao fazer parte de suas biografias e trajetórias, o trânsito em círculos sociais variados (*Kreise*, nos termos de Simmel) abre espaço para a transformação de suas identidades, mesmo que esta circulação esteja limitada por um campo de possibilidades (Velho, 1999a; 199b).

É necessário lembrar que os jovens pesquisados não formavam um grupo, em sentido antropológico do termo, mas eram jovens que participavam de diversos grupos, sem desempenharem papéis “centrais” ou de “lideranças”, assim como também não integravam uma amostra, no sentido estatístico do termo. A própria posição, digamos assim, “marginal” destes jovens frente aos diversos grupos identitários – como apontamos anteriormente – reforça a ideia da capacidade de transitar e articular identidades nas quais o “Eu exercita sua liberdade, inclusive a da escolha das identidades postas à sua disposição no interior de tal ou qual sistema cultural concreto” (Oliveira, 2006, p. 60).

A representação que esses jovens possuem de si mesmos lhes confere supostamente a possibilidade de mobilidade que não se restringe a laços que se baseiem unicamente em um tipo de grupo de pertencimento, sejam eles de origem religiosa, socioeconômica, étnica, escolar etc. Sem dúvida, tal cenário depende de uma valorização e centralidade do “eu” enquanto “uma instância superordenadora (*superordinate*) de uma pluralidade de identidades, ainda que, delas, ele não esteja desligado” (Sökefeld, 1999, p. 424).

O peso que essas dimensões possuem, do ponto de vista destes jovens, é relativizado, conferindo-lhes uma suposta margem de manobra do “eu” diante dos, por

assim dizer, “condicionantes”, “estruturas” ou “vínculos” cristalizados em determinadas instituições sociais. A ideia de “liberdade de escolha” se configura como um valor que norteia as práticas sociais, principalmente de lazer dos jovens investigados.

*

Neste ponto, é necessário abriremos um parêntese para evitarmos alguns equívocos. Como se sabe, fazer pesquisa em Ciências Sociais é uma tarefa que envolve uma série de “armadilhas” nas quais, por vezes, nos vemos, embaraçados com as suas repercussões na prática cotidiana da pesquisa. Essas “armadilhas” geralmente dizem respeito às relações entre o que se convencionou chamar de “teoria” e pesquisa empírica. Elas, por certo, não são fáceis de ser desfeitas, e nem é a minha intenção desarmá-las por completo. Mas acredito que lançar uma breve luz sobre uma delas é uma forma de contribuir para uma melhor compreensão de alguns dos resultados obtidos nesta pesquisa.

Uma dessas “armadilhas”, por exemplo, diz respeito à relação agência-estrutura. De certo ponto de vista, pode-se dizer que, ao longo da história do pensamento social, abordagens teóricas enfatizaram em graus variados um ou outro polo dessa relação, através de uma perspectiva dicotômica e de oposição, assumindo, por sua vez, uma variedade de relações binomiais como: objetivismo/subjetivismo, macro/micro, holismo/individualismo, determinismo/voluntarismo, entre outros (Peters, 2006).

Em outras palavras, tais abordagens atribuíam a uma dessas instâncias – seja à estrutura, seja à agência – um caráter causal e/ou determinante na relação entre elas: no limite, acabavam por priorizar uma das instâncias em detrimento e subordinação da outra.

De maneira simplificada, tal dilema da relação agência e estrutura coloca a questão de saber até que ponto os indivíduos são atores criativos, com controle ativo das condições de suas vidas ou até que ponto as ações ou as iniciativas dos indivíduos são “resultado” de “forças exteriores” ou constrangimentos sociais (Giddens, 2001, 1993). Afinal, como aponta Alexander (1987):

Os teóricos da sociologia, sejam eles individualistas ou coletivistas, estão provavelmente tão comprometidos como qualquer cidadão com a **autonomia do indivíduo**. [...] Ao mesmo tempo, os sociólogos reconhecem que a atividade cotidiana do indivíduo tem um **caráter padronizado**. É essa **tensão entre liberdade e ordem** que fornece a base intelectual e moral da sociologia (grifos meus).

Deste modo, a discussão sobre a lógica que sustenta e enquadra a vida social pode ser visualizada – a título de comparação e com fim meramente esquemático – a partir de dois conjuntos de perspectivas teóricas¹: um deles centrado predominantemente na agência, no qual a “sociedade” (ou seja, as estruturas e instituições em sentido amplo) é concebida simplesmente como “produto” dos indivíduos em ação social com suas motivações subjetivas; e outro centrado principalmente em constrangimentos e coerções sociais considerados “determinantes” e exercidos independentemente das escolhas e das vontades dos indivíduos (em última análise, uma concepção de sociedade como entidade autônoma).

De maneira bastante caricata, pode-se dizer que o papel do cientista social seria, no primeiro caso, compreender as motivações e as *atuações* dos atores. A ordem social seria uma derivação ou uma propriedade sempre emergente, na medida em que as normas, as regras e os valores são negociados “situadamente” pelos indivíduos (o que

¹Importa destacar o risco de classificar linearmente as diversas teorias em um ou outro pólo dessas categorias, sobretudo, quando é possível observar a grande variedade e diversidade entre teorias consideradas pertencentes supostamente a um mesmo conjunto de perspectivas teóricas.

levaria a priorizar uma análise “micro”, bem como a desconsiderar a questão da institucionalidade e da desigualdade de poder presente nas relações sociais).

Já no segundo caso, o papel do cientista social seria desvendar a “realidade” que nós, como atores, “na verdade”, ignoramos e da qual não temos consciência. Isto é, revelar as “estruturas” que se abatem mecanicamente sobre indivíduos “assujeitados”, já que as ações são interpretadas como determinadas inteiramente pelas “coerções, instituições e sistemas sociais”, ou seja, por formas padronizadas e regularizadas de conduta independentes dos indivíduos particulares.

*

A questão que estou apresentando a respeito dos jovens pesquisados em Manguinhos não está relacionada à escolha de uma ou outra perspectiva de análise. Não se trata por optar por uma dessas lentes interpretativas², e sim de apontar como esses jovens se veem e se identificam ao vivenciar os momentos de lazer, *i.e.*, como eles se representam, se imaginam e conduzem suas condutas a partir de princípios eletivos.

Não significa adotar uma postura ingênua sobre essas práticas, como se elas se apresentassem como espaço (parcial ou totalmente) livre de “constrangimentos” e “imperativos” sociais, no qual a condição situacional das relações sociais é levada ao limite, mas perceber que os pertencimentos e compromissos “compulsórios” próprios do que se convencionou chamar de primeira modernidade (Beck, 2006) – como nação, classe social, ocupação, família, religião e etnicidade – são colocados em questão, na medida em que eles constroem uma autoimagem constituída pela busca de laços eletivos (e, portanto, não compulsórios).

²Não apenas porque ambas as perspectivas se mostraram, cada uma a sua maneira, frutíferas, ainda que com limitações, quando bem conduzidas. Mas, também porque é possível observar as tentativas de síntese de tais instâncias e, por conseguinte, de superação de um suposto tratamento dicotômico entre elas, como no caso de Giddens, Habermas e Bourdieu, cada qual através de percursos e *modus operandi* distintos.

Viver em um suposto “líquido cenário” (Bauman, 2004), marcado pela fragilidade dos vínculos e pela “furiosa individualização”, não quer dizer que esses jovens, ainda que valorizem uma relativa fluidez e uma mobilidade real e simbólica pautadas no princípio da escolha, busquem efetivamente uma desvalorização de toda e qualquer “durabilidade” ou “dependência” presente em determinadas “amarras” e “constrangimento” sociais (Singly, 2007).

É um equívoco pensar, ao menos a partir do que foi encontrado na pesquisa etnográfica, que tais jovens possam ser representados como “nômades” ou “viajantes” que a todo momento abrem um mapa e escolhem para onde querem ir. Os jovens com os quais mantive contato não incorporam o personagem Ulrich – herói do romance de Robert Musil³ –, interpretado por Bauman (2004) como o “homem sem vínculos” – “cidadão de nossa líquida sociedade moderna”.

Não se deve acreditar, portanto, que esses jovens personificam *ad corpus* a postura *blasé*, nos termos de Simmel (1979), ou de “urbanismo como estilo de vida” como aponta Wirth (1979) – nos quais o caráter de reserva, anonimato, impessoalidade, racionalização e indiferença é acentuado e mesmo constitui uma das formas de socialização presente no contexto urbano⁴.

A fixação, dependência, durabilidade e permanência fazem parte do panorama deles, desde que estejam atreladas à ideia de que eles possam “ser eles mesmos”. É frequente, por exemplo, identificar a procura por relações que se baseiem em “verdadeira” fidelidade (nos casos amorosos) e lealdade (quando se trata das amizades) que não podem ou pelo menos não devem ser desfeitas “sem grandes delongas, quando os cenários mudarem” (Bauman, 2004, p. 7).

³Maiores informações ver MUSIL, Robert. O homem sem qualidades. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

⁴Deve-se ter em vista que não é nossa intenção nos ater especificamente ao debate sobre a relação indivíduo/pessoa.

Mas a busca por um amor ou por uma amizade para toda a vida – que envolve laços de dependência – está condicionada, entretanto, pelo caráter eletivo que esses jovens atribuem a si mesmos, uma vez que eles constroem e escolhem seus vínculos: seja com seus amigos, seja com suas relações amorosas e/ou sexuais ou até mesmo com seus pais.

Eles se movimentam no universo social, mas isso não significa que tal deslocamento seja *ad infinitum*, sem limites: a complexidade das relações e dos laços sociais não pode ser caracterizada como um indicador do *laissez-faire* social. Inspirado pela teoria simmeliana, François Singly (2007) destaca que o primado do indivíduo não se traduz em ausência de “amarras” sociais, mas traz junto de si diferentes formas de controle, regras e normas:

A ordem mudou, é menos institucional, mas tão normativa quanto. O processo de individualização próprio à modernidade ocidental não suprime, assim, o social; ele está associado à transformação das formas sociais que são julgadas mais compatíveis com as exigências desse processo. Os indivíduos que se preocupam com a “(des)socialização” das sociedades modernas estão enganados, me parece, ao não perceberem a invenção de novas modalidades de controle e de entraves sociais (p. 180).

Mais do que personificarem o “homem sem vínculos” de que fala Bauman (2004), esses jovens parecem incorporar e experimentar, ao menos do ponto de vista deles, a possibilidade de um sentimento de *pertencimento móvel*, no qual as identidades, as lealdades e as próprias performances possam ser, em alguma medida, operacionalizadas frente a cada contexto e a cada grupo. O caráter supostamente eletivo e, por sua vez, seletivo das relações sociais está atrelado, indissociavelmente, a outras formas de vínculos (talvez indissolúveis e definitivos, cujos peso e força sejam igualmente vigorosos aos estabelecidos por laços “herdados”).

Neste sentido, deve-se destacar que, ao lançar mão do olhar simmeliano – que se dá a partir de um jogo dualista de forças, contrastes e oposições que combinam simultaneamente “aproximações” e “afastamentos” – sobre as formas coletivas e individuais de lazer dos jovens pesquisados, é possível observar as tensões, as nuances e os contrastes que fazem parte das opções e interações sociais que se estabelecem entre eles. Como destaca Simmel (1983c, p. 124-125):

É claro que provavelmente não existe unidade social onde correntes convergentes e divergentes não estão inseparavelmente entrelaçadas. Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma união pura (*Vereinigung*) não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real [...]. Há um mal-entendido, segundo o qual um desses dois tipos de interação desfaz o que o outro constrói, e aquilo que eventualmente fica é o resultado da subtração dos dois (enquanto na realidade deve ser mais propriamente designado como o resultado de sua soma).

É, então, a partir dessa combinação, de um jogo de distâncias, que é permitido observar, entre outras coisas, a possibilidade desses jovens: de se afastarem de grupos mais fechados e restritos, se aproximando de grupos mais abertos que, segundo eles, dão espaço para expressar suas individualidades⁵; de se afastarem ou se distinguirem de determinados indivíduos ou grupos e se aproximando de outros (Simmel, 1950c, 1988, 1983c).

Como já foi apontado, as práticas individuais de lazer – classificadas como formas ponderáveis, nas quais os jovens procuram ter ou possuem controle sobre a atividade – são vivenciadas, em boa parte, em casa. A busca por um espaço para sua individualidade – “fazer o que quiser sozinho” – é acompanhada pelo aumento do

⁵É necessário destacar que essa procura por ser "eu" mesmo também caracteriza a busca por inserção de alguns jovens em grupos mais restritos ou de identidade mais marcadas, o que muitas vezes os levam a adotar uma postura de centralidade no grupo, ao passo que a relação entre o "eu" e o grupo convergem.

controle dos pais, na medida em que esses não precisam presumir (ou deduzir ou duvidar) “o quê” e “com quem” são vivenciados tais momentos.

Outro exemplo – deste jogo de distâncias que relativiza o que aparentemente é absoluto – ocorre quando esses jovens parecem colocar em questão os laços “herdados” ou lidam de forma diferente com os vínculos cuja força é sentida de maneira coercitiva. Ainda que a suposta experiência de liberdade seja vivenciada individualmente pelos jovens (ou até por cada membro da família), seus pais talvez nunca tenham tido tanto interesse ou tenham tentado participar da vida de seus filhos, em especial, nos momentos de lazer.

*

Devo concluir essas considerações finais ressaltando que as condições que possibilitaram esta pesquisa dependeram da busca por um olhar que possibilitasse uma abertura e uma porosidade diante da pluralidade do universo social encontrado na pesquisa de campo. Essa procura encontrou alguns marcos, isto é, alguns pontos de referência, principalmente na teoria social de Simmel, mas também em outros autores que me ajudaram na orientação do campo.

O recorte da pesquisa não se deu *a priori* e independente da vida social que viria a ser pesquisada, mas apenas até certo ponto: foi construído a partir de um processo de bricolagem, cujas bases estão na atenção a nas relações e “combinações não-previstas de elementos, evitando normas de procedimento rígidas” (Castro, 2009, p. 15), escapando da “camisa-de-força de ideias” de que trata Howard Becker (1997).

Sem dúvida, várias análises antropológicas, sobretudo aquelas que se consideram ou são consideradas estudos das “sociedades complexas” ou de “antropologia urbana”, têm denotado especial capacidade de entrever os processos que

envolvem a complexidade e a diferenciação da vida social contemporânea (Velho, 2001, 2002, 1999a, 1999b; Magnani, 2005, 2002, 2000, 1998; Hannerz; 1993; Velho, Kuschinir, 2001, 2003).

Parte dessas análises aponta – cada uma a sua maneira – para o caráter de cruzamento e entrecruzamento de grupos e segmentos (ora mais, ora menos, irreconciliáveis), abrindo a possibilidade de fluidez e justaposições de fronteiras reais e simbólicas.

No caso desta pesquisa, minha atenção esteve voltada principalmente para jovens que não formavam necessariamente entre si um grupo, no sentido tradicional que o termo adquire nas Ciências Sociais. Informado pelo que foi encontrado no campo, meu olhar priorizou jovens que participavam, em graus variados, de diferentes grupos.

As experiências cotidianas desses jovens não produziam fronteiras simbólicas suficientemente significativas e bem delimitadas [que, em geral, são (super)valorizadas nas análises], ainda que isso não signifique ausência de vínculos e redes de reciprocidade. Seja qual for o possível mérito ou desmérito desta pesquisa, ela aponta para a possibilidade (e talvez necessidade analítica) de lançar luz sobre determinadas relações que, via de regra, não constituem o foco de análise tradicional ou não são consideradas como merecedoras de importância sociológica.

Em todo caso, se a ideia de complexidade (com todos os desafios que ela traz) é importante para a análise do mundo social, ela deve ser acompanhada de alguns cuidados que evitem que o mundo social se torne justamente o que a ideia de complexidade tenta evitar: que ele seja analisado de maneira simplista.

Primeiro, porque os grupos sociais são compostos também por indivíduos e relações presentes em suas margens, onde os atores são ativos e mesmo conscientes de

sua posição. Eles interferem, de um modo ou de outro, na organização e na inter-relação com outros grupos (seja em conjunto, contra ou a seu favor).

Em certo sentido, devemos compreender que as relações, digamos assim, “grupais” se situam em algum lugar entre dois extremos: um em que uma única pessoa faz e centraliza todas as atividades (ou é representada e se autorrepresenta como portadora dessa capacidade); e outro em que as atividades, sem as quais os grupos não seriam possíveis, são igualmente divididas entre todos os participantes do grupo (Becker, 2008).

Segundo, porque esses indivíduos podem transitar em diversos grupos, “operacionalizando” identidades de acordo com o contexto e dentro dos limites impostos pelo “campo de possibilidades”. Neste caso, não é comum eles adotarem uma identidade e um pertencimento claramente marcado.

E, terceiro, porque frequentemente se confundem os limites de grupo com os limites da cultura como se houvesse uma equivalência entre eles: para cada grupo, uma cultura. Como destaca Hannerz, “a discussão sobre os sistemas culturais da década de 50 transformou os limites de grupo em limites de culturas sem que ninguém tenha prestado muita atenção nisso” (1997, p. 16).

Enfim, enfocar esses jovens enquanto indivíduos não quer dizer que optei por uma perspectiva atomista que reduza a realidade social a átomos isolados, mas sim por uma preocupação com o caráter relacional que as práticas de lazer configuram e são configuradas na individualidade e nos arranjos coletivos. Esse aspecto relacional pode ser ora mais ora menos claros, mas permanece criando e dissolvendo laços sociais:

Nosso interesse na cultura, porém, não precisa ficar restrito às distribuições de significados e formas significativas emblemáticas que implicam nítidas distinções entre grupos. Neste ponto se coloca a questão de saber em que outros termos seria possível pensar a respeito dos limites da cultura. [...]

Pode-se argumentar que, se o fluxo cultural estacionou de algum modo em algum lugar, onde existe uma descontinuidade na distribuição de significados e/ou formas significativas entre indivíduos e relações sociais, então identificamos um limite cultural. Mas onde estaria este limite [...]? Às vezes, o limite é visível, outras vezes não. É melhor entendê-lo como um ziguezague ou uma linha pontilhada (Hannerz, 1997, p. 17).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, 1987.

Artigo disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/138/54/>

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 2006.

BECKER, Howard S. *Los mundos del arte: sociología del trabajo artístico*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CASTRO, Celso. Introdução. Sociologia e a arte da manutenção de motocicletas. In: MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 7-19.

CAVALCANTI, Mariana, *Of Shacks, Houses, and Fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, University of Chicago, 2007.

DURKHEIM, E. & MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, M. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 399-455.

ENNE, Ana. 2002. *“Lugar meu amigo, é a minha Baixada”*: Memória, representações sociais e identidades. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (tese de doutoramento).

FRUGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 48, n. 1, 2005, p. 133-165.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e trélicas*. São Paulo: UNESP Editora, 2001.

GIDDENS, Anthony. *Sociology*. Cambridge: Polity Press, 1993.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do trabalho de campo: reflexões supostamente malinowskianas. *Rev. bras. Ci. Soc.* São Paulo, v. 17, n. 48, Feb 2002, p. 91-107.

HANNERZ, Ulf. *Exploración de la ciudad*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, Apr. 1997, p.7-39.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 2, nov. 2005, p. 173-205.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____ & TORRES, L. L. (org.). *Na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 15-57.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental* (coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MUSIL, Robert. *O homem sem qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Unesp, 2006.

PETERS, Gabriel Moura. *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade de Brasília, UNB, Brasil, 2006.

PRÉTECEILLE, E.; VALADARES, L. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: Henriques R., organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000, p. 459-485.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 11-25.

SIMMEL, G. Conflito e estrutura de grupo. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983c, p. 150-164.

- SIMMEL, G. Quantitative Aspects of the Group. In: WOLFF, K. H. *The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950c, p. 87-180.
- SIMMEL, G. La moda. In: _____ *Sobre la aventura*. Barcelona: Península, 1988, p. 26-55.
- SINGLY, François. *Sociologia da Família Contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SÖKEFELD, Martin. Debating self, identity and culture in anthropology. *Current Anthropology*, v. 40, n. 4, 1999, p. 417-447.
- VALLADARES, L. P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (org.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999b.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: *Mediação, cultura e política* (Gilberto Velho & Karina Kuschnir, orgs.). Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 13-28.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 90-113.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA DA PESQUISA

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BODSTEIN, R., ZANCAN, L. & ESTRADA, D.D. *Manguinhos: guia de equipamentos e iniciativas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DURKHEIM, E. & MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, M. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p.399-455.

FUNDAÇÃO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO. *Diagnóstico Rápido Participativo de Manguinhos*. Rio de Janeiro, 2000.

GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e réplicas*. São Paulo: UNESP Editora, 2001.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

PERES, Fabio de Faria. *Lazer e cultura na agenda local: mobilização e ação coletiva em Manguinhos*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1985, p.55-124

1. PRIMEIRO ARTIGO: LAZER, ESPORTE E CULTURA NA AGENDA LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM MANGUINHOS

Aguileta IL 2000. *Cultura y ciudad: manual de política cultural municipal*. Ediciones Trea, Gijón.

Alvito M 2001. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Editora FGV, Rio de Janeiro.

Araujo MCD 2003. *Capital social*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.

Bauman, Z 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.

Bodstein R, Zancan L, Ramos, CL & Marcondes, WB 2004. Avaliação da Implantação do Programa de Desenvolvimento Integrado em Manguinhos: impasses na formulação de uma agenda local. *Ciência & Saúde Coletiva*9(3)593-604.

Bodstein R & Zancan LF 2003. *Monitoramento e avaliação do programa de desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) Manguinhos: relatório de pesquisa*. DCS/ENSP/Fiocruz/Finep, Rio de Janeiro.

Bodstein R & Zancan L 2002. Avaliação das ações de promoção da saúde em contextos de pobreza e vulnerabilidade social, pp. 39-59. In L Zancan, R Bodstein & WB Marcondes (orgs.). *Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos-RJ*. Abrasco-Fiocruz, Rio de Janeiro.

Bodstein R, Zancan L & Estrada DD 2001. *Manguinhos: guia de equipamentos e iniciativas sociais*. Fiocruz, Rio de Janeiro.

Bodstein RCA 1997. Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. *Cadernos de Saúde Pública*13(2):185-193.

Brant L 2002. *Mercado cultural: panorama crítico com dados e pesquisas e guia prático para gestão e venda de projetos*. Escrituras Editora, São Paulo.

Buss PM 2000. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*5(1):163-177.

Caldeira TPR 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed. 34-Edusp, São Paulo.

Dumazedier J 2001. *Lazer e cultura popular*. Editora Perspectiva, São Paulo.

Dumazedier J 1999. *Sociologia empírica do lazer*. Editora Perspectiva, São Paulo.

Durkheim E & Mauss M 2001. Algumas formas primitivas de classificação, pp. 399-455. In M Mauss. *Ensaio de sociologia*. Editora Perspectiva, São Paulo.

Elias N & Dunning E 1992. *A busca da excitação*. Difel, Lisboa.

Faria H 2003. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades, pp. 35-51. In L Brant (org.). *Políticas culturais*. vol.1. Editora Manole, São Paulo.

Ferreira JR & Buss PM 2002. O que o desenvolvimento local tem a ver com a promoção da saúde?, pp. 15-37. In L Zancan, R Bodstein & WB Marcondes (orgs.). *Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos-RJ*. Abrasco-Fiocruz, Rio de Janeiro.

Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDH) 2000. *Diagnóstico Rápido Participativo de Manguinhos*. Rio de Janeiro.

Geertz C 1989. *A interpretação das culturas*. LTC – Livros Técnicos Científicos, Rio de Janeiro.

Giddens A 2002. *Modernidade e identidade*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.

- Kliksberg B & Tomassini L 2000. *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. BID/Fondo de Cultura Económica de Argentina, Buenos Aires.
- Kuschnir K 2001. Trajetória, projeto e mediação na política, pp. 137-164. In G Velho & K Kuschnir (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Aeroplano Editora, Rio de Janeiro.
- Kuschnir K 2000. *O cotidiano da política*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Kuschnir K 1999. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Relume-Dumará-UFRJ, Rio de Janeiro.
- Leeds A & Leeds E 1977. *A sociologia do Brasil urbano*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Masi DD 2000. *O ócio criativo*. Sextante, Rio de Janeiro.
- Melo VA 2003. Lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário, pp. 73-88. In VA Melo (org.). *Lazer e minorias sociais*. Ibrasa, São Paulo.
- Melo VA & Alves Júnior ED 2003. *Introdução ao lazer*. Editora Manole, São Paulo.
- Paiva MAP 2000. *Espaço público e representação política*. EdUFF, Niterói.
- Park RE 1979. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano, pp. 26-67. In O Velho (org.). *O fenômeno urbano*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Pawson R 2003. Nothing as Practical as a Good Theory. *Evaluation*9(4):471-490.
- Peres FF 2004. *Lazer e cultura na agenda local: mobilização e ação coletiva em Mangueiras*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Potvin L, Haddad S & Frohlich L 2001. Beyond process and outcomes evaluation: a comprehensive approach for evaluating health programs, pp. 45-62. In IG
- Rootman, B Hyndman, DV MacQueen, L Potvin, J Springett & E Ziglio (eds). *Evaluation in health promotion: principles and perspectives*. World Health Organization, Copenhagen.
- Putnam RD 2000. *Bowling alone: the collapse and the revival of american democracy*. Simon and Schuster, Nova York.
- Putnam RD 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Editora FGV, Rio de Janeiro.
- Rinaldi AA 1998. Marginais, delinquentes e vítimas: um estudo sobre a representação da categoria favelado no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro, pp. 299-322. In A Zaluar & M Alvito (orgs.). *Um século de favela*. Editora FGV, Rio de Janeiro.

Rootman IG, Hyndman B, MacQueen DV, Potvin L, Springett J & Ziglio E 2001. *Evaluation in health promotion: principles and perspectives*. World Health Organization, Copenhagen.

Simmel G 1979. A metrópole e a vida mental, pp. 11-25. In O Velho (org.). *O fenômeno urbano*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.

Sullivan H, Barnes M & Matka E 2002. Building collaborative capacity through "theories of change". Early lessons from the evaluation of Health Action Zones in England. *Evaluation* 8(2):205-226.

Velho G 1999a. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.

Velho G 1999b. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.

Velho G 2001. Biografia, trajetória e mediação, pp. 13-28. In G Velho & K Kuschnir (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Aeroplano Editora, Rio de Janeiro.

Vieira L 2001. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Record, Rio de Janeiro.

Vieira L & Bredariol C 1998. *Cidadania e política ambiental*. Record, Rio de Janeiro.

Zaluar A 2003. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência, pp. 17-57. In H Vianna (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

Zaluar A & Alvito M 1998. Introdução, pp. 7-24. In A Zaluar & M Alvito (orgs.). *Um século de favela*. Editora FGV, Rio de Janeiro.

Zaluar A 1997. Exclusão e políticas pública: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista de Ciências Sociais* 12(35):29-47.

2. SEGUNDO ARTIGO: A DIVISÃO SOCIAL DA CIDADE E A PROMOÇÃO DA SAÚDE: A IMPORTÂNCIA DE NOVAS INFORMAÇÕES E NÍVEIS DE DECUPAGEM

1. Bulmer M. *The Chicago school of sociology: institutionalization, diversity, and the rise of sociological research*. Chicago: The University of Chicago Press; 1984.

2. Roncayolo M. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard; 1997.

3. Grafmeyer Y, Joseph I. *L'école de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Flammarion; 2004.

4. Zaluar A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2004.

5. Park R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho OG, organizador. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979. p.26-67.
6. Simmel G. A metrópole e a vida mental. In: Velho OG, organizador. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979. p.11-25.
7. Waizbort L. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34; 2000.
8. Costa AM, Schwarcz LM. *1890 - 1914: no tempo das incertezas*. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.
9. Simmel G. *Sociologia: estudos sobre las formas de socialización*. Madrid: Revista de Occidente; 1977.
10. Wirth L. *The Ghetto*. New Brunswick and London: Transaction Publishers; 1998.
11. Baudelaire C. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 1996.
12. Wirth L. O urbanismo como modo de vida. In: Velho OG, organizador. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979. p.90-113.
13. Burgess EW. Residential segregation in American cities. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 1928; CXXXX(229):105-115.
14. Lipietz A. *La société en sablier: le partage du travail contre la déchirure sociale*. Paris: La Découverte; 1996.
15. Grafmeyer Y. Regards sociologiques sur la ségrégation. In: Brun J, Rhein C, organizadores. *La ségrégation dans la ville: concepts et mesures*. Paris: Editions L'Harmattan; 1994. p.85-117.
16. Chamboredon J-C, Lemaire M. Proximité sociale et distance spatiale: les grandes ensembles et leur peuplement. *Revue Française de Sociologie* 1970; XI(1):3-33.
17. Massey DS, Denton NA. *American apartheid: segregation and the making of the underclass*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press; 2001.
18. Caldeira TPR. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp; 2000.
19. Park R. The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. In: Park R, Burgess E, Mckenzie R, organizadores. *The city*. Chicago: The University of Chicago Press; 1925. p.1-46
20. Bogardus ES. A Social Distance Scale. *Sociology and Social Research* 1933; 3:265-271.

21. Smolka MO. *Dimensões intra-urbanas da pobreza: contribuição à especificação de políticas*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ(48); 1991.
22. Tilly C. *Durable inequality*. Berkeley: University of California Press; 1998.
23. Barros RP, Henriques R, Mendonça R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: Henriques R, organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; 2000. p.21-47.
24. Henriques R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; 2000.
25. Préteceille E, Valadares L. A desigualdade entre os pobres - favela, favelas. In: Henriques R, organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; 2000. p.459-485.
26. Valladares LP. Favelas, mondialisation et fragmentation. In: Navez-Bouchanine F, organizador. *La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?* Paris: L'Harmattan; 2002. p.209-221.
27. Valladares LP. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2005.

3. TERCEIRO ARTIGO: SIMMEL, SOCIABILIDADE E “JOGO” DE DISTÂNCIAS: CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DO LAZER

- BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- COSER, Lewis A. *Masters of sociological thought: ideas in historical and social context*. New York: Harcourt Brace Jovanivich, 1977.
- COHN, Gabriel. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13 n.38. São Paulo, Oct. 1998.
- COHN, Gabriel. Apresentação. In: _____ (org.) *Sociologia: para ler os clássicos*. p.7-14. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.
- COHN, Gabriel. Dos riscos que se corre nas ciências sociais. *Tempo social*, São Paulo, v. 13, n. 1, 2001, p. 39-47.
- DAMATTA, Roberto . O Ofício de Etnólogo; ou, como ter 'Anthropological Blues. In: Edson Nunes. (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.23-35.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2001.

- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1999.
- ETHINGTON, P.J. The intellectual construction of “social distance”: toward a recovery of Georg Simmel's social geometry. *Cybergeo*, n. 30, 1997.
- FRISBY, D. *Georg Simmel*. London: Routledge, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e trélicas*. São Paulo: UNESP Editora, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *Sociology*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- HAMILTON, Peter. Editor's Foreword. In: FRISBY, D. *Georg Simmel*. London: Routledge, 2002
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17 n.49:11-29, 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____ & TORRES, L.L. (org.). *Na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 15-57.
- MELO, Victor Andrade de & ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.
- MORAES FILHO, E. *Georg Simmel*. Ática, São Paulo, 1983.
- O'DONNELL, Julia. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- PARK, R. The urban community as a spacial pattern and a moral order. In: BURGESS, E.W. *The Urban Community*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1925, 20-34.
- PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979, p.26-67.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1979.
- SIMMEL, G. *Sociologia. Estudos sobre las formas de socialización*. Madrid: Revista de Occidente, 1977.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979, p.11-25, 1979.
- SIMMEL, G. O problema da sociologia. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983a, p.59-78.

SIMMEL, G. Como as formas sociais se mantêm. *In: MORAES FILHO, E. (org.). Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983b, 46-58.

SIMMEL, G. Conflito e estrutura de grupo. *In: MORAES FILHO, E. (org.). Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983c, 150-164.

SIMMEL, G. O estrangeiro. *In: MORAES FILHO, E. (org.). Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983d, 182-188.

SIMMEL, G. Fundamental Problems of Sociology (Individual and Society). *In: WOLFF, K.H.. The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950a, p.3-86.

SIMMEL, G. Faithfulness and gratitude. *In: WOLFF, K.H.. The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950b, p. 379-395.

SIMMEL, G. Quantitative Aspects of the Group. *In: WOLFF, K.H.. The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950c, p.87-180.

SIMMEL, G. El secreto y la sociedad secreta. *In: SIMMEL, Georg. Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1939, 331-392.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, G. La moda. *In: _____ Sobre la aventura*. Barcelona: Península, 1988, p.26-55.

VANDENBERGHE, F. *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru: Edusc/ Belém: Edufpa, 2005.

VELHO, Gilberto *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

VELHO, G. "O antropólogo pesquisando em sua sociedade: Sobre conhecimento e heresia." *In: Velho, G. (org.). O desafio da cidade. Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p.13-20.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.

WAIZBORT, Leopoldo. Simmel no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, 2007, pp. 11-48.

WATIER, Patrick. *Georg Simmel, sociólogo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

WEBER, Max. A objectividade do conhecimento nas ciências políticas e sociais. *In: _____ Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1979, p.7-111.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979, p.90-113, 1979.

4. QUARTO ARTIGO: A EXPERIÊNCIA DE “SER EU MESMO”: PRÁTICAS DE LAZER, JUVENTUDE E SOCIABILIDADE EM UM CONJUNTO DE FAVELAS CARIOCA

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

CHENU, Alain. La descriptibilité statistique des professions. *Sociétés Contemporaines* n.26, p.109-136, 1997.

DECCACHE-MAIA, E. Esporte e juventude no Borel. *Revista Estudos Históricos*. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, n.23, p.192-206, 1999

DURKHEIM, E. & MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, M. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p.399-455.

GONÇALVES, M.A.R. *A Vila Olímpica da verde-e-rosa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17 n.49, p.11-29, 2002.

MINAYO, M. C. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cad. Saúde Pública* 10 (suppl.1), p.7-18, 1994.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência para todos. *Cad. Saúde Pública*, vol.9 n.1, p.65-78, 1993.

PERES, Fabio de Faria. *Lazer e cultura na agenda local: mobilização e ação coletiva em Mangunhos*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004.

PEREC, G. *Penser/classer*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

PRÉTECEILLE, E.; VALADARES, L. A desigualdade entre os pobres - favela, favelas. In: Henriques R, organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; 2000. p.459-485.

SIMMEL, G. Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983b, 46-58.

SIMMEL, G. Fundamental Problems of Sociology (Individual and Society). In: WOLFF, K.H.. *The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950a, p.3-86.

SIMMEL, G. O problema da sociologia. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983a, p.59-78.

SPOSITO M. P.; CORROCHANO M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social* v.17, n.2, p.141-172, 2005.

VALLADARES, L. P.. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2005

VELHO, Gilberto *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

VIANNA, Hermano. *Galeras Cariocas. Territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Editora da UNICAMP/Escuta, 1994.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.4, 1987.

Artigo disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/138/54/>

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 2006.

BECKER, Howard S. *Los mundos del arte: sociología del trabajo artístico*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CASTRO, Celso. Introdução. Sociologia e a arte da manutenção de motocicletas. In: MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p.7-19.

CAVALCANTI, Mariana, *Of Shacks, Houses, and Fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, University of Chicago, 2007.

DURKHEIM, E. & MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, M. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p.399-455.

ENNE, Ana. 2002. “*Lugar meu amigo, é a minha Baixada*”: *Memória, representações sociais e identidades*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (tese de doutoramento).

FRUGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 48, n. 1, 2005, p. 133-165.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e réplicas*. São Paulo: UNESP Editora, 2001.

GIDDENS, Anthony. *Sociology*. Cambridge: Polity Press, 1993.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do trabalho de campo: reflexões supostamente malinowskianas. *Rev. bras. Ci. Soc.* São Paulo, v.17, n.48, Feb 2002, p. 91-107.

HANNERZ, Ulf. *Exploración de la ciudad*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*. Rio de Janeiro, v.3, n.1, Apr. 1997, p.7-39.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2, Nov. 2005, p.173-205.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17 n.49, p.11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____ & TORRES, L.L. (org.). *Na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 15-57.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. (coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural: 1978.

MUSIL, Robert. *O homem sem qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Unesp, 2006.

PETERS, Gabriel Moura. *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade de Brasília, UNB, Brasil, 2006.

PRÉTECEILLE, E.; VALADARES, L. A desigualdade entre os pobres - favela, favelas. In: Henriques R, organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; 2000. p.459-485.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979, p.11-25, 1979.

SIMMEL, G. Conflito e estrutura de grupo. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983c, 150-164

SIMMEL, G. Quantitative Aspects of the Group. In: WOLFF, K.H.. *The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950c, p.87-180

SIMMEL, G. La moda. In: _____ *Sobre la aventura*. Barcelona: Península, 1988, p.26-55.

SINGLY, François. *Sociologia da Família Contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2007

SÖKEFELD, Martin. Debating self, identity and culture in anthropology. *Current Anthropology*, v.40, n.4, 1999, p.417-447.

VALLADARES, L. P.. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2005

VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (org.), 2003. *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (org.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

VELHO, Gilberto, 1999a. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

VELHO, Gilberto, 1999b. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: In: *Mediação, cultura e política* (Gilberto Velho & Karina Kuschnir, org.). Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p.13-28.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1979, p.90-113, 1979.